

## **03-10-2011 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em conjunto com o primeiro-ministro da Bélgica, Yves Leterme**

**Presidenta agradece a calorosa recepção belga e fala sobre temas como o Festival Europalia, a V Cúpula da Parceria Estratégica Brasil–União Europeia, o programa Ciência sem Fronteiras, a Rio+20, entre outros**

**Bruxelas-Bélgica, 03 de outubro de 2011**

Eu queria iniciar agradecendo ao Primeiro-Ministro a calorosa recepção, e também os belíssimos dias que nós estamos, aqui, usufruindo.

Queria destacar que é, de fato, com grande alegria que eu visito a Bélgica, um país que nós consideramos um grande parceiro e, sem sombra de dúvida, com o qual queremos estreitar as relações.

Esta visita coincide com a abertura da Europalia, tendo com o Brasil o tema central, e isso é muito importante para esse relacionamento, baseado não só nos agentes econômicos, nas parcerias estratégicas na área de ciência e tecnologia, mas também na cultura que representa a alma dos povos.

Eu queria também destacar que nós estamos aqui para a V Cúpula da Parceria Estratégica Brasil–União Europeia, considerando que a sede da União Europeia é aqui em Bruxelas, e, portanto, esta é uma agenda muito importante tanto para o Brasil em relação à Bélgica quanto para o Brasil em relação à União Europeia.

Eu agradeço o apoio do governo do primeiro-ministro Leterme à 23ª edição do Festival Europalia, com o tema centrado no Brasil. Eu acredito que esse momento do Festival Europalia coincide também com um momento importante para o Brasil, em que o Brasil continua tendo crescimento econômico com um processo de inclusão social e com grande (incompreensível) na questão da inovação tecnológica.

Eu destaquei a importância dessa relação Brasil-Bélgica, no que se refere a essa questão da ciência, da tecnologia e da inovação. Em primeiro lugar, gostaria de destacar a questão relativa aos estudantes brasileiros aqui na Bélgica, principalmente dentro do Programa Ciência sem Fronteiras. Nesse Programa nós pretendemos que 75... em torno de 75 a cem mil estudantes brasileiros vão ao exterior e estudem nas universidades mais destacadas, principalmente na área das Engenharias, da Matemática, da Física e da Química.

Concordamos com a importância da cooperação na área do tratamento de resíduos nucleares, na medida em que o Brasil tem uma parte da sua matriz energética, em torno de 2%, baseada no fornecimento de energia nuclear para fins pacíficos.

Nos interessa também a participação de empresas belgas nos processos de seleção que nós teremos daqui para frente, notadamente, na área de satélites espaciais, especificamente

satélites geoestacionários, que nós pretendemos licitar ainda este ano; também pela experiência logística da Bélgica na área de portos, aeroportos e gestão de hidrovias.

Mesmo durante a crise econômica, as nossas relações comerciais seguem se desenvolvendo de uma forma bastante satisfatória, e empresas brasileiras atuam aqui na Bélgica e empresas belgas atuam no Brasil. E para nós interessa estreitar cada vez mais essa relação. E manifestei ao Primeiro-Ministro a minha satisfação com o fato de a economia belga, nesta situação, estar crescendo de forma significativa.

Conversamos também a respeito dos órgãos multilaterais e, obviamente, em todos esses órgãos multilaterais um tema vai se destacar neste momento e pelo menos até o final do ano, que é o caso da crise que afeta os países desenvolvidos. E, neste aspecto, o Brasil está tomando todas as providências para diminuir o eventual impacto do aprofundamento da crise sobre a sua economia.

Manifestei que é nossa crença que os governos dos países desenvolvidos devem agir no interesse dos seus povos e, de fato, garantir que eles não sofram de forma grave o desemprego e a redução de suas conquistas sociais.

O Brasil faz parte de uma região do mundo que nos anos 80 e 90 sofreram um processo de estagnação econômica, de perdas bastante significativas em todas as áreas, por um processo que inicia no início dos anos 80 e que se chamou a “crise da dívida latino-americana”. E destaquei que a nossa experiência demonstra que, no nosso caso, ajustes fiscais extremamente recessivos só aprofundaram o processo de estagnação, de perda de oportunidades e de desemprego, e que dificilmente se sai da crise sem aumentar o consumo, o investimento e o nível de crescimento da economia.

Além disso, eu agradei muito ao primeiro-ministro Leterme o apoio belga à reforma do Conselho de Segurança da ONU, e também à aspiração brasileira de um assento permanente.

Vamos considerar, de forma muito amigável, o pleito belga de sediar, em 2017, a Exposição Universal.

Reiterei o convite, ao Primeiro-Ministro, para participar da Conferência sobre o Clima, a Rio+20, lembrando que o Brasil, de forma voluntária, definiu, em lei, a redução das suas emissões de gases efeito estufa, no horizonte até 2020, com base em 1990: redução de 36% a 39%. A Rio+20 é um momento especial para que os povos olhem para frente e discutam seu desenvolvimento com, cada vez mais, inclusão social e respeito ao meio ambiente.

Finalmente, eu reitero a determinação do Brasil em construir uma parceria estratégica com a Bélgica e buscarmos, juntos, um desenvolvimento maior dos nossos países e das nossas regiões.

Agradeço a recepção fraterna que o governo belga me deu, nesse momento, e espero que, de fato, as relações entre os nossos dois povos encontrem um momento muito especial nessa Europa.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-conjunto-com-o-primeiro-ministro-da-belgica-yves-leterme-belgica-bruxelas-08min10s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-conjunto-com-o-primeiro-ministro-da-belgica-yves-leterme-belgica-bruxelas-08min10s>)(08min10s) da Presidenta Dilma

Salvar

Salvar

# **04-10-2011 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos**

**A União Europeia é o principal parceiro comercial do Brasil, e o Brasil é o sexto principal investidor na União Europeia, tendo aportado US\$ 5 bilhões em investimentos diretos em 2010**

**Bruxelas-Bélgica, 04 de outubro de 2011**

Dom José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia,  
Senhoras e senhores profissionais da imprensa da União Europeia e do Brasil,  
Senhoras e senhores,

É com especial satisfação que venho a Bruxelas para a V Reunião de Cúpula entre o Brasil e a União Europeia. Quando este mecanismo foi lançado em 2007, tínhamos a convicção de que era chegada a hora de o Brasil e a União Europeia projetarem uma visão comum para o mundo.

Passados cinco anos, esta associação é ainda mais urgente. A Primavera Árabe, os desafios do desenvolvimento sustentável, a crise financeira internacional revelam que necessitamos forjar nosso futuro coletivo.

Em poucas semanas, Brasil e União Europeia se juntarão aos demais membros do G-20, na Cúpula de Cannes, para dar prova de nossa capacidade de ação coordenada.

O mundo olha hoje com enorme preocupação a situação econômica dos países desenvolvidos. Em 2008, a ação conjunta do G-20 evitou o colapso bancário e a recessão. Porém, não se conseguiu retomar o crescimento sustentado e, novamente, enfrentamos um cenário recessivo, com elevados índices de desemprego e erosão de conquistas sociais.

É preciso ter claro que a ausência de regulação eficaz do sistema financeiro está na origem de todo esse processo. Estamos na segunda fase da crise. A política de socorro a instituições financeiras levou a um elevado endividamento público na grande maioria dos países desenvolvidos. Estamos agora diante do aumento do risco soberano.

Acredito, senhoras e senhores, que é fundamental a coordenação política entre os países para fazer face a este momento internacional.

A história nos mostra que a saída da crise somente virá pelo estímulo ao crescimento econômico, por políticas de estabilidade macroeconômicas, conjugado a políticas sociais de geração de renda e emprego. Não faz sentido só a adoção de ajustes recessivos. É necessário que se façam e se tomem medidas macroeconômicas e, ao mesmo tempo, se busque o combate firme ao desemprego, para que as populações não percam esperança no futuro.

A experiência latino-americana, em décadas passadas, demonstra que recessão traz como resultado a regressão produtiva, o aumento do desemprego e das desigualdades sociais.

O Brasil sabe, por experiência própria, que só o estímulo ao crescimento econômico é capaz de gerar recursos para o pagamento das dívidas e para o equilíbrio das finanças públicas.

O Brasil e outros países emergentes têm demonstrado, nos últimos anos, que crescimento, geração de emprego, aumento da renda e da produtividade são compatíveis com responsabilidade e equilíbrio fiscal. Nossa região, que foi, durante mais de 20 anos, sinônimo de crise, hoje é uma das que mais cresce no mundo.

Senhoras e senhores,

É pela dificuldade de construir consensos políticos que o mundo hoje atravessa situações muito difíceis. Tenho certeza de que, com liderança, determinação e sentido de urgência histórica, será possível superar o grave quadro de instabilidade econômica e social e evitar sombrios desdobramentos políticos.

O Brasil – e aqui tenho certeza que expresse o sentimento de economias em desenvolvimento – está pronto para assumir suas responsabilidades de forma cooperativa. Somos parceiros da União Europeia. Podem contar com o Brasil.

Este é um diálogo do qual toda a América do Sul deve também se fazer presente. Por isso, os Ministros da Fazenda, da Unasul, vão se reunir nos próximos dias para coordenar posições com vistas à Cúpula de Cannes.

Senhoras e senhores,

Recordei aos presidentes Van Rompuy e Durão Barroso que todos nós sabemos que as Nações Unidas precisam estar à altura de desafios de um mundo multipolar, complexo e interdependente. Os valores da democracia, da cooperação e da paz não são monopólio de alguns. São princípios que Brasil e União Europeia defendem com veemência.

Precisamos investir mais na prevenção de conflitos, na chamada diplomacia preventiva, e menos em intervenções armadas, principalmente aquelas praticadas à revelia do Direito Internacional.

Como anfitriões do Rio+20, queremos mobilizar agentes públicos e privados na busca de um novo modelo de sustentabilidade. Sem sombra de dúvida, os compromissos da União Europeia com a mudança do clima e o meio ambiente tornam a sua presença, na Rio+20, condição para o sucesso dessa conferência. O Planeta, todos nós sabemos, não suporta mais as pressões de uma globalização predatória do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Com a versão atualizada do Plano de Ação que adotamos hoje, nossa cooperação, Brasil-União Europeia, ganha novos e mais ambiciosos horizontes. Unir capacidades em matéria de pesquisa, conhecimento e inovação é decisivo neste mundo competitivo e interdependente. Esse é o objetivo das Cartas de Intenções sobre o Diálogo em Políticas Espaciais e em Desenvolvimento Tecnológico, que concluímos durante esta Cúpula.

Expliquei o interesse do meu governo em impulsionar a mobilidade acadêmica entre o Brasil e a União Europeia. No nosso Programa Ciência sem Fronteiras, as parcerias bilaterais com os países europeus serão aprofundadas, em particular nas áreas de ciências exatas, ambientais e da saúde.

Queremos fortalecer uma aliança engajada em projetos de combate estrutural à pobreza na América Latina e na África. Por meio de uma cooperação triangular, podemos multiplicar as

iniciativas bem-sucedidas.

Atribuo especial atenção e importância às ações conjuntas de promoção e proteção dos Direitos Humanos. O combate à intolerância, à xenofobia, à tortura e a todas as violações aos Direitos Humanos é elemento imperativo da agenda bilateral. Recentemente, nosso país assegurou a regularização de mais de 100 mil imigrantes, que buscaram no Brasil trabalho digno e vida melhor.

Desejo ressaltar ainda a realização na tarde de hoje do V Fórum Empresarial Brasil-União Europeia, evento do qual participei e que reúne expressivo grupo empresarial europeu e brasileiro para diversificar e facilitar o comércio e os investimentos entre ambas as regiões.

Nosso comércio bilateral mostrou seu vigor em 2010, ultrapassando os US\$ 82 bilhões, e acreditamos que chegaremos logo aos US\$ 100 bilhões. Renovamos, com muito empenho e determinação, o nosso programa de avançar para concluir um acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia, regiões que têm laços históricos, étnicos e que podem e devem cooperar.

Nós, sem sombra de dúvida, vamos desenvolver relações estratégicas entre o Brasil e a União Europeia, e, como disse o presidente Durão Barroso, a nossa cumplicidade estratégica.

Queremos afirmar aqui que o êxito da União Europeia é extremamente importante, não só para os europeus, mas para toda a Humanidade, e que o Brasil será sempre uma voz solidária com a União Europeia.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-v-cupula-brasil-uniao-europeia-bruxelas-begica-09min29s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-v-cupula-brasil-uniao-europeia-bruxelas-begica-09min29s>)(09min29s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 04-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura do Festival Internacional de Artes Europalia Brasil 2011

**Presidenta Dilma destaca que a cultura é a expressão maior da alma de uma sociedade**

**Bruxelas-Bélgica, 04 de outubro de 2011**

Suas Majestades (incompreensível),

Suas Altezas Reais,

Senhor Yves Leterme, primeiro-ministro do Reino da Bélgica,

Conde Jacob (...), presidente da Euduvale,

Senhor Herman Van Rompuy, presidente do Conselho Europeu,

Senhor José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia,

Senhoras e senhores profissionais da imprensa,

Senhoras e senhores,

É uma alegria participar da inauguração do Festival Europalia, evento singular por sua riqueza e simplicidade. Para o Brasil é ocasião de apresentar uma ligação ampla e aprofundada, aspectos de nossa cultura e de nossa visão do mundo.

A cultura, expressão maior da alma de uma sociedade, é também importante que a gente (incompreensível). No Brasil, o nosso compromisso de nos desenvolver e erradicarmos a extrema pobreza tem também uma dimensão (incompreensível) o combate à miséria material, implícita na incentivação dos direitos de cidadania e na elevação de mulheres e homens a uma vida digna e plena e o acesso aos bens culturais e à produção da arte.

No momento em que o mundo precisa reaprender a importância do diálogo, o Brasil e a América do Sul têm algo mais a oferecer, além do (incompreensível) econômicos e sociais: nossa (incompreensível) étnica e cultural e nossa capacidade de conviver em paz nessa diversidade.

Senhoras e senhores,

A diversidade cultural do Brasil integra nossas raízes históricas. Somos (incompreensível) povo formado pela influência de etnias, crenças e manifestações artísticas de diferentes tradições. Somos um país mestiço, no qual migrantes de todas as regiões do mundo somam-se às três matrizes onde surgiram o povo brasileiro: a indígena, a europeia e a africana. Eis uma mistura que nos orgulha e define.

Neste ano, o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, ressalto a contribuição africana para a identidade cultural do Brasil, país com a segunda maior população negra do mundo.

Ao prestigiar a cultura do Brasil, o Festival Europalia homenageia também um pouco da grande riqueza cultural da África, que se nacionalizou brasileira.

Senhoras e senhores,

Os brasileiros orgulham-se muito de seu patrimônio cultural e de suas tradições populares, mas também ousam reinventá-los e reinterpretá-los. Mostraremos aqui, na Europalia, um pouco dessa cultura viva em movimento permanente.

Hoje lanço o convite a todos que queiram, sem preconceitos, conhecer um pouco da reflexão do Brasil sobre si mesmo e sobre o mundo. Venham encontrar o Brasil que a Europa conhece, mas também o Brasil que ela ainda não vê. Terra da arte popular erudita, tradicional e inovadora, sucessão e (incompreensível) urbano, de uma grande indústria criativa.

O Europalia Brasil abrange exposições desde o Brasil pré-colonização até a vanguarda mais experimental, em mais de 400 atividades envolvendo as mais variadas linguagens artísticas e manifestações regionais do país.

Aproveito esta oportunidade para agradecer os profissionais de diversos países que se dedicaram à organização do Festival e às empresas que compreenderam a importância do investimento na cultura e colaboraram com o seu financiamento.

Estendo agradecimento especial aos artistas, que, ao exporem seus trabalhos, (incompreensível) todos os brasileiros e brasileiras.

Senhoras e senhores,

Queremos que o Brasil seja melhor pensado a partir da Europa, como queremos que a Europa seja melhor pensada a partir do Brasil. Foi mais que oportuna a escolha da Bélgica e de Bruxelas, para esse esforço inédito e estruturado de apresentação da cultura brasileira, de nossa visão de mundo, de nossa memória do passado e de nossa compreensão da experiência do presente.

Muitos já falaram que a Europa (incompreensível) como um grande espaço de encontros de cultura. Em suas ruas, monumentos tantos (incompreensível), a Europa é também um lugar de memória, onde o passado está sempre presente.

Este continente que já enfrentou e superou tantas dificuldades em sua história, encontrará, nessa confluência de culturas e nessa memória, a força para superar os percalços do momento, afinal (incompreensível) nossos passados e nossos presentes nos habilitamos a desenhar um futuro melhor.

O diálogo que estabelecemos hoje, inaugurando o Festival Europalia é mais um passo no aprofundamento do conhecimento mútuo, fundamental para a construção do mundo mais democrático, aberto e plural que todos queremos.

Agradeço as palavras amigas de todos os que me antecederam e queria dizer que fiquei muito comovida com a síntese do ministro Barroso... do presidente Barroso, que sintetizou o Brasil como sendo um vulcão artístico, do qual, sem dúvida, Portugal (incompreensível) mais.

Ouçá a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-abertura-do-festival-internacional-de-artes-europalia-brasil-2011-bruxelas-belgica-07min09s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-abertura-do-festival-internacional-de-artes-europalia-brasil-2011-bruxelas-belgica-07min09s>) (07min09s) da Presidenta Dilma

Salvar



# **04-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de encerramento do Fórum Empresarial Brasil-União Europeia**

**Presidenta Dilma fala que a União Europeia é uma parceira prioritária para o Brasil**

**Bruxelas-Bélgica, 04 de outubro de 2011**

Senhor Herman Van Rompuy, presidente do Conselho Europeu,

Senhor José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia,

Senhor Alessandro Barberis, presidente da Eurochambres,

Senhor Philippe de Buck, diretor-geral da BusinessEurope,

Senhor Robson Andrade, presidente da CNI,

Senhoras e senhores empresários europeus e brasileiros,

Senhoras e senhores profissionais da imprensa,

Senhoras e senhores,

Tenho grande prazer em participar de um seminário que vai aprofundar uma relação estratégica que está voltada para o presente e o futuro de economias dinâmicas e competitivas.

A União Europeia é uma parceira prioritária para o Brasil, percepção compartilhada pelas esferas governamental, privada e pela opinião pública. Os empresários europeus encontram, no Brasil, um país renovado e confiante. Superamos décadas de instabilidade e de políticas equivocadas, que conduziram o nosso país a uma prolongada estagnação.

Prestes a completar meu primeiro ano de governo, estou convencida de que continuamos adotando o caminho correto do Brasil para enfrentar os desafios impostos pela crise financeira internacional. Fizemos, da inclusão social, ingrediente central do crescimento econômico no Brasil, incorporando mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras como consumidores, produtores, pequenos empresários, enfim, em cidadãos brasileiros.

Provamos que o necessário equilíbrio fiscal que perseguimos e as políticas de estabilidade macroeconômica não são incompatíveis com um desenvolvimento humano, com a geração de emprego e de oportunidades.

Atravessamos a crise de 2008-2009 porque nos apoiamos no robusto mercado interno brasileiro em crescimento e em expansão. Devido a um marco regulatório adequado, nossos bancos, privados e públicos, não foram contaminados pelos ativos tóxicos que derrubaram instituições financeiras pelo mundo. O Estado brasileiro acreditou no potencial do país e não

abdicou de sua função indutora, revelando sábia prudência.

O país, hoje, reúne as condições para um período longo de expansão, que será durável na medida em que combine estabilidade macroeconômica com a promoção da inclusão social e com políticas de inovação e agregação de valor.

Os milhões de brasileiros que ascenderam à produção e ao consumo representam o nosso maior ativo, tanto na nossa sociedade quanto na nossa economia. Estamos, hoje, atingindo o virtual pleno emprego. Nossas reservas internacionais superam US\$ 350 bilhões, e, a partir de 2007, nos tornamos credores do Fundo Monetário Internacional.

Senhoras e senhores,

O Brasil, juntamente com nossos vizinhos da América do Sul, constrói sólida base para fazer nossa América um dos pólos dinâmicos da economia mundial. Dispomos de vasto patrimônio energético, incluindo as reservas do pré-sal e de grandes e diversificadas reservas minerais, essenciais para a expansão industrial, a qual consideramos fundamental e estratégica para o país, pois não pretendemos ser uma economia só de serviços.

Possuímos agricultura e pecuária modernas, de alta produtividade, resultado de uma articulação positiva entre o agronegócio e a agricultura familiar. Nossa extraordinária biodiversidade abre novas fronteiras promissoras, e o componente de energia renovável transforma o Brasil num dos países com grande compromisso com a mudança do clima, com todos os mecanismos para impedi-la e contê-la, e com uma estratégia amigável em relação ao desenvolvimento.

Consideramos que crescer e respeitar o meio ambiente não são incompatíveis, mas no mundo atual fazem parte de uma estratégia que consideramos fundamental.

Abrigamos, nesse sentido, um parque industrial diversificado e com qualificada produtividade. Temos universidades e centros de pesquisa tecnológica. Vivemos em paz e com democracia na nossa região. É esse o Brasil que quer fortalecer, ainda mais, sua parceria econômica e comercial com a União Europeia, o que consideramos estratégico e damos uma importância decisiva no cenário das relações econômicas, políticas e culturais.

Somos um país que se moderniza há décadas, com o apoio das empresas europeias que investiram e geraram, ao longo da nossa história, milhares de postos de trabalho no Brasil. Nesse sentido, eu posso dizer que os diferentes países da União Europeia contribuíram para que nós chegássemos até onde estamos.

Além disso, gostaríamos de dizer que, para superar nossos gargalos logísticos em aeroportos, portos, hidrovias e ferrovias, estamos executando planos de investimento e contamos com nossos parceiros europeus. Essas oportunidades de investimento são ainda maiores com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, e com todos os nossos programas, tanto na área de energia como na área de infraestrutura.

Ao mesmo tempo, capitais brasileiros começam a trilhar o caminho inverso, levando nossa tecnologia e experiência para a Europa. Algumas empresas privadas, como (falha no áudio), Odebrecht, estão presentes na Europa, assim como a Petrobras.

Nosso estoque de investimento direto na União Europeia, em 2009, chegou a 53,6 bilhões de euros. Em 2010, investimentos novos totalizaram 3,77 bilhões de euros. O Brasil é o sexto maior investidor na União Europeia. Entre janeiro e agosto de 2011, nosso intercâmbio alcançou US\$ 65,6 bilhões, em matéria de corrente de comércio, com expansão de 27% em relação ao mesmo período de 2010.

Tomada no seu conjunto, a União Europeia é o principal parceiro comercial do Brasil.

Consideramos isto muito auspicioso. Gostaríamos de melhorar, até porque a concentração das exportações brasileiras em produtos básicos e semifaturados [semimanufaturados] ainda é fonte de desequilíbrio. Por isso, queremos alterar essa situação, com a incorporação de produtos de maior valor agregado em nossas vendas para o mercado europeu.

Consideramos muito importantes as negociações entre Mercosul e União Europeia, que criam condições para multiplicar esses avanços e identificar novos horizontes de cooperação. Um enfoque pragmático, flexível e realista, de ambos os lados, é essencial, e, com isso, nós todos concordamos – o presidente Van Rompuy e o presidente Barroso.

Na cooperação energética, outra área que a V Cúpula considera estratégica no que se refere à cooperação, podemos ser um dos pilares importantes de uma parceria estratégica. O suprimento confiável de (incompreensível) de energia, o desenvolvimento de tecnologias que permitam uma economia de baixo carbono são desafios para nossas sociedades, nossas nações e nossos países.

No setor de biocombustíveis, a União Europeia e o Brasil oferecem conhecimento, tecnologia e vantagens competitivas, seja na produção do biodiesel, seja na produção do etanol, seja na produção de energia eólica, como de energia solar.

Os biocombustíveis, especificamente, poderão contribuir para a diversificação, tanto da matriz europeia, quanto da matriz brasileira, e para o cumprimento de nossas metas ambientais.

Não é demais lembrar que o Brasil assumiu o compromisso voluntário e aprovou, através de um projeto de lei, no Parlamento brasileiro, a redução dos gases de efeito estufa, no período até 2020, entre 36 a 39,5%.

Atualmente, a crise internacional exige de nós uma ação macroeconômica coordenada, em especial nos organismos multilaterais, que nós consideramos que têm de ter a sua reforma continuada.

Estabelecer um marco regulatório efetivo, que impeça os mercados financeiros de continuarem a ser uma fonte inesgotável de instabilidade é um requerimento que os nossos governos não podem deixar de enfrentar.

Garantir uma perspectiva para sair da crise internacional, que combine crescimento econômico, geração de emprego e garantia de direitos com a estabilidade macroeconômica e com a hígidez fiscal, nós consideramos essencial.

Assegurar, ainda, a continuidade das reformas de todas as instituições, em especial também do Conselho de Segurança Nacional... ah, desculpa, da ONU.

Os vínculos históricos que forjamos na área de ciência, tecnologia e inovação, por sua vez, entre o Brasil e a União Europeia, devem galgar uma nova etapa. Queremos que parques tecnológicos europeus se associem às universidades e institutos brasileiros, que mais empresas europeias desenvolvam seus serviços e produtos no Brasil, e mais associações empresariais e integração produtiva sejam estimuladas.

É preciso fazer da inovação para o desenvolvimento um novo eixo das relações bilaterais entre Brasil e União Europeia. Como a inovação está diretamente relacionada à educação de qualidade, o Brasil está determinado a aumentar o intercâmbio de pesquisadores estudantes com a Europa. Das dez mil bolsas de estudo... aliás, das cem mil bolsas de estudo garantidas pelo setor público e pelo setor privado no exterior, concederemos um peso especial para a integração com a Europa, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Senhoras e senhores,

As mudanças no Brasil de hoje não são passageiras, nem fruto de políticas provisórias. Resultam de projetos de longo prazo e de um compromisso com mais de 190 milhões de brasileiros.

Não há nada mais vantajoso para o ambiente de negócios do que tratar com alguém de nossa confiança, pois é isso que os nossos governos – do Brasil e da União Europeia – estão fazendo: construindo confiança.

É com confiança na nossa capacidade conjunta – Brasil e União Europeia – de vencer as dificuldades do presente, e com esperança de construirmos um futuro de prosperidade e de paz para os nossos países, que encerro esta fala, agradecendo a acolhida dos senhores presidentes Van Rompuy e Barroso, e também dos empresários europeus.

Agradeço, também, a atenção de todos.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-encerramento-do-forum-empresarial-brasil-uniao-europeia-bruxelas-begica-14min28s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-encerramento-do-forum-empresarial-brasil-uniao-europeia-bruxelas-begica-14min28s) (14min28s) da Presidenta Dilma

Salvar

# **05-10-2011 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos**

**Presidenta fala sobre a parceria Brasil-Bulgária nas áreas de Ciência,Tecnologia, Educação, Agricultura, entre outros**

**Sófia-Bulgária, 05 de outubro de 2011**

Senhor Georgi Parvanov, presidente da Bulgária,  
Senhoras e senhores integrantes da delegação brasileira,  
Senhoras e senhores representantes do governo búlgaro,  
Senhoras e senhores,

Estou feliz e emocionada de, pela primeira vez, visitar a Bulgária, terra natal de meu pai, e desde que cheguei aqui recebi muitas manifestações de afeto de seus governantes e de seu povo, ao qual me sinto profundamente ligada por laços de sangue e pela memória de meu pai.

Agradeço muito especialmente ao presidente Parvanov, que se desdobrou em atenções para que esta fosse uma visita à altura das expectativas das duas partes.

Tenho dito a meus interlocutores que enxergo, nas homenagens que recebi, manifestações de carinho pelo Brasil e pelo que ele representa. Por isso venho à Bulgária com a expectativa de traduzir esse carinho e esse apreço em gestos concretos de aproximação entre os nossos dois países.

Um primeiro terreno a explorar – o mais óbvio – é o do intercâmbio comercial. Nosso comércio vinha crescendo de maneira notável, ao longo da última década, e espero que assim continue neste momento. A crise internacional, ainda em curso, nos impede de tirar das cifras de intercâmbio conclusões definitivas. Tenho, no entanto, o firme propósito de recuperar o terreno perdido, recuperar o dinamismo e multiplicar as oportunidades para empresários brasileiros e búlgaros. Essa preocupação estará presente em todas as minhas conversas, e esse objetivo será promovido, principalmente, com a ajuda da delegação empresarial que me acompanha nesta viagem.

Outra vertente desta visita é promover a cooperação, ainda mais estreita, entre o Brasil e a Bulgária em todas as áreas, em especial na educação, na ciência e na tecnologia. Nosso governo tem dedicado grande atenção à formação de estudantes brasileiros no exterior, em centros de excelência, e também a vinda [ida] de estudantes de outros países para o Brasil. Conversei com o presidente Parvanov sobre as oportunidades nestas iniciativas. Sei que a Bulgária tem tradição em áreas importantes para o Brasil, como por exemplo, a Medicina, a Física e a Matemática.

Ao mesmo tempo, o Brasil pode também oferecer algo em troca. Em meus encontros, estou assinalando nossa disposição de compartilhar experiências bem-sucedidas nas áreas de agricultura, energias renováveis – especialmente hidrelétrica e biocombustíveis – e todas as áreas relativas à indústria, à aeronáutica e à indústria do petróleo e gás.

Além disso, o Brasil tem, hoje, uma experiência muito grande no que se refere aos programas de transferência de renda e ascensão social, porque tiramos 40 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza.

Gostaria de enfatizar que, além dos vínculos emocionais e afetivos que eu tenho com a Bulgária, o meu país vê na Bulgária um parceiro estratégico e de peso nesta região, onde queremos estreitar e expandir, cada vez mais, nossa presença. A Bulgária é um país com o qual compartilhamos muitos valores e pontos de vista, notadamente o esforço por construir a paz, a estabilidade, a integração de economias, povos e culturas.

Expressei ao presidente Parvanov minha confiança pelo sucesso da Bulgária, país com o qual desejamos expandir nossas relações políticas, culturais e também comerciais.

No que se refere aos esportes, o Brasil receberá, de braços abertos, os atletas, torcedores, jogadores e turistas búlgaros por ocasião da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Nesse, como em outros tantos pontos, falamos um idioma comum: a universal conversa dos esportes. Por isso, vemos na Bulgária, também, um parceiro com o qual queremos trabalhar nesses aspectos, em benefício de nossas duas sociedades, e também um parceiro com o qual buscaremos aprofundar o diálogo sobre toda a sorte de temas de interesse comum – crescimento econômico global, promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento – em nossas regiões e no resto do globo.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-sofia-bulgaria-13min16s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-sofia-bulgaria-13min16s>) (13min16s) da Presidenta Dilma

Salvar

## **05-10-2011 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião privada com o primeiro-ministro da República da Bulgária, Boyko Borissov**

**Em declaração à imprensa após reunião com o primeiro-ministro Boyko Borissov, a presidenta Dilma Rousseff reforçou o interesse do governo brasileiro em estreitar as relações com a Bulgária**

**Sófia-Bulgária, 05 de outubro de 2011**

Eu gostaria de dizer que para mim é um grande prazer estar aqui na Bulgária e que tive, há pouco, uma reunião com o primeiro-ministro Borissov, e acredito que a Bulgária está em uma situação de investimentos em estradas, em vários investimentos, no metrô, e que me relatou também o primeiro-ministro que tem uma situação de estabilidade e de sustentabilidade econômica bastante significativa.

Eu desejo que a Bulgária mantenha a sua situação, que cresça, que gere empregos, apesar da crise internacional que afeta a Zona do Euro e os países desenvolvidos.

O Brasil tem uma enorme disposição de estreitar seu relacionamento em todas as esferas com a Bulgária, tanto no que se refere à agricultura, à ciência e tecnologia, a todos os setores da tecnologia da informação, como a Comunicação, e também tenho certeza de que há uma grande possibilidade de estreitamento das nossas relações através da educação. A Bulgária tem profissionais e professores e pesquisadores na área de ciências exatas, Matemática, Medicina e Engenharia... Matemática e Física. E, ao mesmo tempo, o Brasil também tem seus institutos, suas especialidades e seus avanços nessa área. É um campo, sem sombra de dúvida, importante para que nós colaboremos.

Nós somos um país que nos últimos anos ascendeu a uma posição de desenvolvimento com grande inclusão social. E apesar de sermos um grande produtor de petróleo, de minérios, na área de agricultura e da indústria, tenho certeza que a nossa grande riqueza é o fato de termos 190 milhões de consumidores. É esse mercado consumidor que eu acredito que pode ser um fator importante de cooperação entre o Brasil e a Bulgária, através do aumento das nossas correntes de comércio.

O Brasil tem uma parceria estratégica com a União Europeia, e a Bulgária pode ser tanto o ponto de entrada como o ponto de saída dessa relação entre uma economia como a brasileira e uma economia como o conjunto das nações da União Europeia.

Eu trouxe uma relação... um grande contingente de brasileiros nesta minha viagem, sejam ministros, presidentes de empresas e uma delegação de empresários, porque nós acreditamos nesta parceria.

Agradeço ao primeiro-ministro Borissov, que me convidou, quando estive em Brasília, para eu visitar a Bulgária, com quem eu tenho laços afetivos bastante profundos. Como agradeço, também, ao presidente Parvanov por esta recepção tão calorosa.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-com-o-primeiro-ministro-da-bulgaria-boyko-borissov-sofia-bulgaria-08min18s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-com-o-primeiro-ministro-da-bulgaria-boyko-borissov-sofia-bulgaria-08min18s)(08min18s) da Presidenta Dilma

■

Salvar

# **05-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante jantar oferecido pelo presidente da Bulgária, Georgi Parvanov**

**Presidenta agradece as homenagens a ela e a seu país realizadas pelo governo búlgaro e reforça a necessidade de maior aproximação entre Brasil e Bulgária**

**Sófia-Bulgária, 05 de outubro de 2011**

Senhor Georgi Parvanov, Presidente da República da Bulgária,

Senhora Zorka Petrova Parvanova,

Senhor Boyko Borissov, primeiro-ministro da República da Bulgária,

Senhora Tsetska Tsacheva, presidenta da Assembleia Nacional da República da Bulgária,

Senhoras e senhores integrantes da delegação brasileira e búlgara,

Senhoras e senhores,

Esta visita à Bulgária é fonte para mim de profundas emoções, além de um compromisso de governo. Venho a este país, terra de meu pai, para um encontro com a parte importante de minhas raízes, da minha origem. Sou-lhe extremamente grata, senhor Presidente, por proporcionar-me, junto com o povo búlgaro, estes momentos.

Fico sensibilizada como brasileira porque enxergo nessas homenagens à minha pessoa uma homenagem ao meu país. No orgulho de vocês pela “Presidenta búlgara” do Brasil, vejo uma celebração do Brasil multicultural - do país plural que, ao longo da História, abriu suas portas para imigrantes das mais variadas origens, que lá vivem em paz e harmonia.

Nossos países estiveram, por muito tempo, distantes um do outro, por circunstâncias políticas e, simplesmente, por buscarem estratégias distintas de inserção internacional.

Estou convencida de que esta minha visita enseja uma maior aproximação entre o Brasil e a Bulgária. O evento empresarial de que participamos na tarde de hoje foi um passo importante nessa direção. Também poderemos contar com amplo leque de iniciativas de lado a lado que decorrerão dos acordos de cooperação econômica e tecnológica que hoje assinamos.

Senhor Presidente,

Brasil e Bulgária compartilham objetivos como a promoção da paz e do desenvolvimento com inclusão social em nossas respectivas regiões. Temos, ainda, um inabalável compromisso comum com a democracia. Estamos convencidos de que, no mundo de hoje, estratégias apenas regionais já não nos bastam. Estamos abertos à construção de parcerias frutíferas com todos os povos que vejam, no Brasil, um sócio.

Senhor Presidente, sei bem que seu país é um ator de peso em sua região, e é como tal que o Brasil o enxerga. Desejamos, sim, construir projetos comuns com a Bulgária, esperamos encontrar em nossos parceiros búlgaros a mesma disposição para manter relações frutíferas e construtivas com o Brasil, ancoradas tanto em interesses econômicos, que haveremos de cultivar, como em relações políticas e culturais.

Um brinde, senhor Presidente, a Vossa Excelência, à Bulgária, aos búlgaros, à amizade, que estou segura de que a partir de hoje se reforçará, entre os povos búlgaro e brasileiro.

Aceite, senhor Presidente, a certeza de que o Brasil estará sempre aberto e solidário à Bulgária.

Ouça a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-bulgaria-georgi-parvanov-sofia-bulgaria-03min37s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-bulgaria-georgi-parvanov-sofia-bulgaria-03min37s) (03min37s) da Presidenta Dilma

■

Salvar

# **05-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Bulgária**

Na ocasião, Presidenta Dilma afirma que "a assinatura do Acordo para Cooperação Econômica lança parceria sólida entre nossos países, baseada na amizade, na aproximação contínua dos nossos povos e na construção de parcerias em áreas de interesse comum"

## **Sófia-Bulgária, 05 de outubro de 2011**

Senhor Georgi Parvanov, presidente da República da Bulgária,

Senhor Tsvetan Simeonov, presidente da Câmara de Comércio e Indústria da República da Bulgária,

Senhor Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria,

Senhores ministros,

Senhoras e senhores empresários búlgaros e brasileiros,

Senhoras e senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

Com grande satisfação me dirijo às autoridades governamentais, aos empresários brasileiros e aos empresários búlgaros aqui presentes, e a todos aqueles que trabalham pelo estreitamento das nossas relações.

Ao longo da preparação desta visita, minha orientação sempre foi muito clara: a de aproveitar o caráter inegavelmente emotivo de uma viagem como esta para traduzi-lo em oportunidades concretas de cooperação e em benefício de nossos povos.

A assinatura do Acordo para Cooperação Econômica lança parceria sólida entre nossos países, baseada na amizade, na aproximação contínua dos nossos povos e na construção de parcerias em áreas de interesse comum.

O mundo enfrenta uma crise econômica bastante profunda. Os países desenvolvidos, que não encontraram equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos necessários para retomar o crescimento de maneira equilibrada, encontram-se numa encruzilhada. Muitas vezes, o que gerou a crise é reafirmado e prescrito como terapia.

No Brasil, resistimos à crise porque apostamos no fortalecimento do nosso mercado doméstico, na expansão do emprego, da renda e do consumo de nossa população; na expansão dos investimentos sociais; em infraestrutura, na indústria e na agricultura. Apostamos também em marcos regulatórios para o sistema financeiro e bancário brasileiro

bastante robustos, com grandes exigências de capital para os nossos bancos. Também construímos um processo fiscal de consolidação, buscando sempre diminuir a nossa relação de endividamento sobre o PIB.

Nós não estamos imunes ao aprofundamento da crise, mas trabalhamos com esforço e discernimento para manter esses fundamentos macroeconômicos e, ao mesmo tempo, não comprometer as políticas de crescimento e de inclusão social, que são a principal defesa e razão do nosso sucesso.

A crise atual tem, na Grécia, um de seus pontos de maior irradiação e está a exigir a ação articulada e solidária de todos os países. Na reunião, ontem, com a Comissão Europeia, eu afirmei a importância, para o Brasil, da Europa como sendo uma das grandes realizações da democracia e da paz para a Humanidade no pós-guerra e a importância de manter a durabilidade dessa conquista, que foi a União Europeia, da qual todos nós, no mundo inteiro – mesmo que não sejamos da Zona do Euro –, precisamos e necessitamos.

Estejam seguros – eu adiantei diante da Comissão Europeia e quero externar novamente aqui – que o Brasil será sempre um parceiro e fará todo o possível para que esta crise tenha uma solução menos dolorosa e mais rápida. Estejam seguros também de que o Brasil será uma opção segura para produtos e serviços búlgaros, caso sejam afetados pela redução das demandas de parceiros tradicionais.

Sabemos que nosso comércio está muito aquém do seu potencial. Este comércio crescia de maneira notável, ao longo da última década. Como disse o senhor Presidente, de 2005 a 2007 teve um desempenho muito importante. O início da crise internacional diminuiu esse intercâmbio. Nós podemos, mesmo considerando esses aspectos, e até por causa deles, mostrar que os processos de integração regional de que participamos – a Bulgária, na União Europeia; o Brasil, no Mercosul – nos permitem explorar possibilidades verdadeiramente criativas para a integração produtiva entre nossos países e nossas regiões.

O Brasil é uma porta de entrada da Bulgária no Mercosul e a Bulgária pode ser uma das portas de entrada do Brasil na União Europeia.

Precisamos assumir o compromisso político de reverter a tendência de queda em nosso comércio bilateral.

Trouxemos conosco delegação empresarial expressiva, para dar início a conversas nesse sentido. Estamos dispostos a receber, também, empresários búlgaros em nosso país para dar continuidade a esse esforço.

As oportunidades que temos são muitas e, se nos esforçarmos, logo começaremos a colher os primeiros resultados.

O fato de que jatos da Embraer começam a operar na Bulgária é, para nós, motivo de orgulho. A empresa é uma das nossas maiores exportadoras e um dos símbolos do desenvolvimento tecnológico brasileiro.

A Marcopolo, outra empresa, produtora de ônibus de qualidade internacional, quer participar de licitações para a renovação da frota de transporte. Se ganhar, também ficaremos muito satisfeitos.

São iniciativas como essas que diversificam nosso intercâmbio comercial e lançam as bases de um relacionamento sustentável. Queremos ir além do relacionamento comercial. Devemos explorar oportunidades em agricultura, em energia, e promover a cooperação técnica.

A Bulgária é uma fonte muito importante de fornecimento de fertilizantes, que ajudam a fazer do agronegócio um dos principais setores de nossa economia.

Por isso trouxemos aqui o Diretor-Executivo da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola [Agropecuária] –, empresa pública responsável, como eu disse, pela pesquisa e a inovação de nossa agricultura, que tem hoje presença no cenário internacional. A Embrapa busca construir, também aqui, parcerias que ajudem a garantir a segurança alimentar do Brasil, da região do Mercosul, da Bulgária e da União Europeia.

A Bulgária, justamente por ser importante produtor de fertilizantes, tem condições de tornar-se parceiro privilegiado do Brasil em nossos esforços de elevar, cada vez mais, nossa produtividade agrícola. Faço votos de que esta jornada tenha lançado as bases para construirmos parcerias sólidas nesse sentido, na área de construção e na área de infraestrutura, na cooperação industrial, na cooperação e na pesquisa científica e tecnológica.

Também estou satisfeita por termos tido a ocasião de compartilhar nossa experiência no que se refere à construção de uma matriz energética renovável, tanto no que se refere à hidroeletricidade quanto no que se refere a biocombustíveis.

Estamos seguros também que o Brasil e a Bulgária poderão fazer parcerias na utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Estou segura de que, do mesmo modo, os empresários brasileiros aqui presentes retornam com uma visão muito mais clara das potencialidades do mercado búlgaro, um mercado integrado à Europa, com importantes vantagens comparativas. Aqui faço um parêntese para cumprimentar a Bulgária pelo seu desempenho aqui na Zona do Euro e, principalmente, pelos seus *ratings* mais elevados. E acalento projetos de conjugar, efetivamente, a visão, o esforço empreendedor dos búlgaros e dos brasileiros.

Senhoras e senhores,

Como disse, ao princípio, este é um dos principais objetivos da minha visita e, se pudermos aproveitar a boa vontade mútua que esta ocasião gerou, para avançar em projetos concretos de integração, para identificar e explorar oportunidades de bons negócios, então partirei daqui duplamente satisfeita. Mas, sobretudo, pelas grandes demonstrações de carinho dos búlgaros a mim e ao Brasil, pelo fato de ser a terra natal do meu pai, e pelas sementes que plantamos hoje em prol da prosperidade de nossos povos.

Muito obrigada. *Blagodaria*.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-encerramento-do-forum-empresarial-brasil-bulgaria-10min46s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-encerramento-do-forum-empresarial-brasil-bulgaria-10min46s) (10min46s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 06-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante visita à escola Vasil Aprilov

**Na antiga escola de seu pai, Dilma Rousseff sugeriu a abertura de um curso de língua portuguesa. O mesmo será proposto em Brasília para alunos interessados em aprender o búlgaro, afirmou. Assim, brasileiros e búlgaros poderão estreitar as relações**

**Gabrovo-Bulgária, 06 de outubro de 2011**

Queria agradecer ao presidente Parvanov, pelo fato de ter-me recebido aqui na Bulgária e ter-me recebido em Sófia, em Veliko Turnovo e também aqui em Gabrovo. E ter-me recebido não apenas com a necessária educação e respeito que um chefe de Estado recebe outro chefe de Estado, mas também com grande carinho e olhando para mim sempre e vendo que por trás da Presidenta do Brasil tinha um búlgaro nascido aqui em Gabrovo.

Queria cumprimentar também a senhora Parvanova,

Queria cumprimentar o governador de Gabrovo, Mariyan Kostadinov,

O senhor Dobrin (incompreensível), prefeito de Gabrovo,

A senhora Ana Marinova, diretora da escola Vasil Aprilov, por intermédio de quem cumprimento todos os professores, alunos e funcionários,

Queria, mais uma vez, cumprimentar os moradores aqui de Gabrovo, os búlgaros e os nascidos aqui nesta região,

Senhores profissionais da imprensa, jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas,

Queridos amigos e amigas de Gabrovo,

[expressão búlgara] Gabrovo.

Quero dizer a vocês que, na minha vida, muitas vezes eu me emocionei profundamente. A primeira vez foi quando nasceu a minha filha, depois, quando nasceu meu neto, depois, quando me elegi presidente da República.

Quero dizer para vocês que, na minha juventude, eu participei das lutas de resistência do meu país, combati a ditadura, fui presa, e ao conquistar a liberdade, mais uma vez, tive uma grande emoção ao despedir das minhas companheiras que lá ficavam.

Agora, mais uma vez eu me emociono profundamente por estar aqui em Gabrovo, cidade de onde meu pai saiu, há 80 anos atrás e, indo para o Brasil, garantiu que a sua filha lá nascesse e fosse eleita presidente do Brasil. Me emociono também pelo fato de estar aqui, nesta escola, no Liceu Aprilov, que foi onde meu pai estudou e que contribuiu para uma visão de mundo generosa e para o fato de me educar olhando para a situação dos povos do mundo.

Realizo hoje o sonho do meu pai que, eu tenho certeza, gostaria de estar aqui, retornando à Bulgária. Realizo um sonho e, ao mesmo tempo, agradeço a esse morador de Gabrovo que

me ensinou a amar a vida.

O tempo, muitas vezes, torna os encontros cívicos impossíveis. Mas o tempo também permite que a gente realize os sonhos. E eu tenho certeza que o país que adotou o imigrante búlgaro e que está hoje, aqui, representado por uma presidenta que vocês chamam “a Presidenta Búlgara do Brasil”, é um país que soube acolher, de todas partes do mundo, imigrantes, e de transformá-los em brasileiros. Saibam vocês que uma parte de Gabrovo e da Bulgária mora, reside e é presidenta do Brasil.

Minha visita à Bulgária guarda múltiplos significados e valores. É uma das primeiras visitas que realizo a um país europeu. A Bulgária é hoje uma nação dinâmica, detentora de fortes tradições nacionais históricas e, ao mesmo tempo, integrante da União Europeia.

Minha presença hoje aqui, na cidade natal do meu pai, mostra que nós podemos e devemos construir um mundo para além das diferenças étnicas, das diferenças de línguas, e que esse mundo é um mundo possível.

Esse país, que teve a contribuição de europeus, índios e africanos, e que é um país, como o Brasil, que permite que pessoas de origens diferentes convivam democraticamente, sem xenofobismo, permite também que a filha de um imigrante búlgaro se torne presidenta da República.

Nessa minha viagem, que foi uma viagem de Estado, representando o Brasil, um país novo que cresce, que consegue assegurar para os seus 190 milhões de brasileiros, a cada dia mais, uma renda melhor, essa viagem que tem esse aspecto de relacionamento íntimo com a Bulgária, com quem o Brasil quer estreitar seus laços comerciais, seus laços econômicos e laços de investimento e também culturais, esta viagem também tem, para mim, um sentido pessoal.

Sei que Gabrovo se consagrou, no decorrer de sua história, como um dos destinos turísticos mais atrativos da Bulgária. Sei também que a cidade soube cultivar uma das mais nobres tradições do espírito humano, o humor. Por isso, eu quero dizer para vocês que eu me sinto muito feliz de estar aqui. Primeiro, porque eu queria conhecer a cidade onde meu pai viveu, as ruas por onde ele andou e a escola onde ele estudou.

E eu estou aqui, hoje, também num momento especial, porque estamos na escola Aprilov e, o que é mais importante hoje, no meu país e, tenho certeza (falha no áudio) de vida das pessoas. Nós, no Brasil, temos um imenso amor e um grande compromisso com a educação.

Gostaria de aqui, nesta escola, agradecer a proposta do Presidente de aqui abrir um curso de língua portuguesa, porque nós também iremos propor, em Brasília, a abertura de um curso de língua búlgara, para que búlgaros e brasileiros possam estreitar seu relacionamento e se conhecer cada vez mais.

Com meu pai, eu pude, cedo, desenvolver um imenso amor pelos livros, um imenso amor pela literatura e pela poesia. Eu conheci, no Brasil, uma grande amiga do meu pai, a poetisa Elisabeta Bagriana, que lá foi nos visitar. Ontem, o presidente Parvanovi me ofereceu uma tradução de alguns dos poemas. E também recebi de outras pessoas a tradução de outros poemas. Eu acredito que aquela grande poetisa búlgara, uma vez indicada para o Prêmio Nobel, deve ser lembrada neste momento.

Queria dizer para vocês alguns versos de um poema que ela compôs em sua visita ao Brasil, em que tocou delicadamente as saudades de meu pai da terra natal. Esse poema diz o seguinte: “Eu te ouvia e escutava, observando o mundo acima. Este estrangeiro céu do sul. Com essas estrelas estrangeiras, eu acreditei e não acreditei em você. E fundo no fundo compreendi: eu era o depositário e você, pátria, era a remetente”.

Agradeço de coração a recepção calorosa, o carinho, a atenção, as palavras de boas-vindas que eu recebi aqui, da população de Gabrovo. Agradeço a cada um de vocês, a cada uma das mulheres aqui presentes. E quero dizer a todos que eu jamais esquecerei este momento. [palavras em búlgaro].

Ouçã a íntegra do discurso (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-visita-a-escola-vasil-aprilov-em-gabrovo-bulgaria>) (24min34s) da Presidenta Dilma

Salvar

# **06-10-2011 - Palestra "O Estado Social de Direito" proferida pelo Presidente da República em exercício, Michel Temer, na Conferência Estadual OAB Sergipe 2011**

**Palestra "O Estado Social de Direito" proferida pelo Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante a Conferência Estadual OAB Sergipe 2011**

**Aracaju-SE, 06 de outubro de 2011**

Prezado amigo Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju,  
Senhor Carlos Augusto Monteiro, presidente da OAB, que nos introduziu neste plenário,  
Dr. Márcio Conrado, presidente da Escola Superior de Advocacia,  
Dr. Henri Andrade, ouvidor-geral do Conselho Federal da OAB,  
Ex-presidente da OAB Cezar Britto,  
Deputados estaduais Luiz Garibalde Mendonça, José de Oliveira Guimarães,  
Senhoras e senhores secretários de Estado,  
Imprensa de Aracaju e do Brasil,  
Senhoras e senhores,

Eu quero reiterar, portanto, o agradecimento pelo convite que me fizeram para vir aqui a Aracaju, porque é uma oportunidade que eu tenho de rememorar os velhos tempos, em que eu era convidado – professor que era, de Direito Constitucional – para proferir palestras, especialmente palestras na nossa OAB. A nossa OAB, de tantas tradições no país, a nossa OAB que recuperou a democracia, pelo menos para a nossa geração, recuperou a democracia no nosso país, nós que participávamos, no passado, de tantos encontros da OAB nacional, e que os temas fundamentais era o tema da Constituinte, era o tema da recuperação das prerrogativas do Legislativo e do Judiciário, temas fundamentais para o Brasil.

Então, quando eu falo aos colegas advogados, a primeira coisa que eu gosto de recordar é, precisamente, essa circunstância, circunstância de que a OAB sempre exerceu e continua exercendo um papel relevantíssimo na vida pública nacional, seja a OAB nacional, sejam as OABs Seccionais e, no particular, a OAB, aqui, Seccional de Sergipe. De modo que me dão, portanto, a oportunidade de vir reencontrar colegas de profissão, velhos amigos, e de transmitir algumas ideias.

Eu devo até registrar, Governador, e o primeiro tema que me deram é o tema da reforma política, um tema que eu tenho falado em muitos pontos do país. E como ontem, na verdade, não se conseguiu votar, na Comissão Especial, a reforma política, eu vou tomar a liberdade de fazer algumas breves menções, não vou fazer a palestra exatamente sobre a reforma

política, mas dar apenas algumas informações aos senhores e às senhoras, que poderão, eventualmente, ser úteis como informações. Então, eu começo por aí, para depois dizer alguma palavra sobre o Estado Social de Direito, que me parece um tema também muito importante para os dias atuais.

E, neste particular – no particular da reforma política –, eu quero relembrar que muitas e muitas vezes nós tentamos – não é, Jackson? –, na Câmara Federal e no Senado Federal, realizar uma reforma política no nosso país. Eu fui Presidente da Câmara dos Deputados três vezes. Tentei pelo menos duas vezes, como Presidente, elas iam até um certo ponto e não chegavam ao seu final, em face dos conflitos naturais referentes às tendências, não dos partidos políticos. Porque é coisa curiosa: a reforma política ela não é um tema partidário, ela é um tema individual. Na verdade, a cada deputado, a cada senador com quem você conversa, ele quer saber, muito naturalmente, como é que fica a sua posição em face de uma reformulação política do país. Então, um tema de uma dificuldade extraordinária.

Eu, ao longo do tempo e nesses últimos tempos especialmente, andei sustentando a tese do voto majoritário para a eleição de deputados federais, deputados estaduais e mesmo de vereadores. E, digamos assim, ao fazer essa proposta, como fiz e levei adiante e passou a ser até uma proposta do partido ao que pertencço e de vários outros partidos, eu partia, veja bem, de um aspecto... é quase um vício profissional.

Eu fui examinar a Constituição e verificar o que a Constituição indicava em relação a esse tema. Então, muito rapidamente, eu quero dizer aos colegas advogados e advogadas o seguinte: quando você abre a Constituição, você verifica que lá está dito que o poder é do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes. É claro, quando diz: "o poder é do povo", na sequência lógica, isso chama a ideia da democracia, e não há outro dizer escrito na Constituição que não seja fazer até avultar a ideia do chamado Estado Democrático de Direito. Ou seja, se o poder é do povo, a ideia básica é da democracia, já que democracia, até etimologicamente, para dizer o óbvio, significa governo do povo.

Quando você vai na sequência, você pensa em democracia, a ideia é ideia de maioria. Essa é a ideia da democracia – a maioria governa, respeitando os direitos da minoria. E quando você vai para o texto constitucional, você verifica que é assim: o governador, o prefeito, o presidente da República são eleitos por maioria de votos, às vezes até maiorias especiais, maioria absoluta, por exemplo.

Quando você verifica as votações dos Projetos de Lei na Câmara Municipal, na Assembleia, no Congresso Nacional, é por maioria. E quando um deputado vota ou um senador vota em um projeto, aprovando ou desaprovando, ele está praticando um ato de governo, ou seja, ele está falando em nome do povo.

Então, nessa sequência lógica, eu vou caminhando na Constituição e digo: interessante, o poder é do povo, portanto, democracia; democracia é o governo da maioria, está aqui; a maioria é representada nesses atos, portanto posso até registrar que nos Tribunais, por exemplo, os Tribunais decidem por maioria de votos – os desembargadores, os juízes se reúnem e por maioria dão provimento ou não dão provimento a uma determinada ação judicial.

Então, a tese da maioria permeia todo o texto constitucional, compativelmente com a ideia de que o poder é do povo, e que, portanto, nós vivemos em uma democracia. Quando se vão constituir as comissões nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias, no Congresso Nacional, as Comissões Permanentes, as Mesas Diretoras, a determinação constitucional é exatamente que o maior partido ocupe o primeiro lugar; o outro partido, o segundo lugar, e, assim, sucessivamente. Sempre a tese da maioria.

Entretanto, em um dado momento, eu vou verificar como se elegem os deputados, os membros do Legislativo, e verifico, curiosamente, que há uma assintonia, uma desconformidade com essas ideias inaugurais que eu acabei de mencionar. Por que eu vejo, lá adiante, que eles se elegem pelo chamado sistema proporcional, e o sistema proporcional chama logo a ideia do chamado coeficiente eleitoral. E o que é o coeficiente eleitoral, se me permitem dizer rapidamente?

Coeficiente eleitoral é mais ou menos isto: você divide o número de votos pelo número de deputados daquele estado e tem o chamado coeficiente eleitoral. Em São Paulo, por exemplo, o coeficiente eleitoral é 300 mil votos, 304 mil votos, o coeficiente eleitoral. O partido que tiver, exemplificativamente, em São Paulo, 930 mil votos elege três deputados, nada importando se o deputado teve 50 votos ou 1 milhão de votos. Elege três deputados porque, no total, fez 900 mil votos.

E aí, digo eu, que tenho dito com frequência, Britto, que aí há uma distorção, porque nós já tivemos casos no Congresso Nacional, tem um caso em São Paulo, por exemplo, em que um colega teve 128 mil votos. Ou seja, o povo, a quem pertence o poder, o povo que revela a democracia pelo voto, disse: "Olha, eu quero mandar fulano de tal para o Congresso Nacional para ele praticar atos de governo em meu nome".

E esse cidadão não foi eleito porque ele é pertencente a um partido que teve candidatos com muitos votos, então só quem teve mais de 135 mil votos é que foi eleito, ele ficou fora. Entretanto, um outro partido que teve uma figura de grande projeção nacional, da maior respeitabilidade, aliás, professor universitário já falecido, teve 1,5 milhão de votos, só esse candidato. E, com isso, ele levou mais cinco deputados, sendo certo que os quatro demais deputados, um tinha 3 mil votos, outro tinha 2 mil, outro tinha 800 e, pasmem, um deles tinha 275 votos. E esse que tinha 275 votos foi lá representar a regra constitucional que diz: todo poder emana do povo, foi representar a maioria para praticar atos de governo.

Então, vejam, eu disse... e vejam que eu estou fazendo uma formulação teórico-constitucional para adotar a tese do voto majoritário, porque eu cheguei à seguinte conclusão: se nós tivéssemos, talvez, alguns doutrinadores alemães [falha no áudio] admite a teoria da Inconstitucionalidade de Norma Constitucional. Ou seja, se você tem as vigas mestras no sistema constitucional e um dispositivo viola determinados princípios constitucionais, poderia ser declarado inconstitucional. Mas, aqui, nós não temos esse sistema, nós não aplicamos esse sistema.

Então, a regra estabelece a proporcionalidade, embora incompatível com aquela principiologia que eu acabei de apontar, ela, inevitavelmente, é aplicada, e ocorrem, volto a dizer, as distorções como essas que acabei de mencionar.

Então, a partir daí, eu disse: olha, a única coisa lógica e que o povo vai entender, porque a linguagem legal também deve ser uma linguagem singela, simples, quase trivial, para fácil apreensão. E você sabem que, mesmo com essa história do conceito eleitoral, às vezes, até um colega deputado não sabe bem como é que funciona: mas como é que é isso? O povo, então, evidentemente, fica fora dessa compreensão.

Então, eu aqui comigo disse: bom, se nós adotarmos o sistema majoritário, nós estaremos cumprindo a principiologia constitucional. Então, o ideal é que, se fizer uma reforma política, os mais votados sejam os eleitos. Ora bem, no instante em que você diz isso, é muito natural que surja o contra-argumento seguinte: bom, mas isso daí vai enfraquecer os partidos políticos, ou até, quem sabe, eliminá-los, porque vai depender do voto daquele que receber a maior soma de vontades populares. Então, é preciso tomar cuidado para não desmerecer os partidos políticos.

Eu digo: olha, uma reforma política importaria em uma reforma constitucional, porque o voto deixaria de ser proporcional para ser majoritário. Então, em São Paulo, nós temos 70 vagas, os 70 mais votados seriam eleitos. E a primeira regra, singela, seria: adota-se o voto majoritário. A segunda regra estabeleceria, como estabelecido está até por decisão do Supremo Tribunal Federal, a regra da fidelidade partidária absoluta. Ou seja, poder-se-ia manter o mesmo sistema que existe hoje – quem foi eleito por um partido, dele não pode sair, a não ser na hipótese de justa causa, ou, comprovadamente, perseguição do partido, formação de outro partido etc. As hipóteses hoje legalmente estabelecidas. Então, você manteria a fidelidade partidária e, ao mesmo tempo, estabeleceria que os mais votados seriam os eleitos. Qual é a vantagem, digo eu?

Eu falei que eu ia falar pouco disso, mas agora eu vou ter que concluir o raciocínio. Qual é a vantagem deste sistema, ao meu modo de ver? E eu dou exemplos concretos, porque, todas as vezes que nós falamos teoricamente é uma coisa, mas, quando nós damos exemplos concretos, fica de fácil apreensão aquilo que se quer dizer.

Por exemplo, em São Paulo, no meu partido, nós temos direito a indicar uma vez e meia. Então, nós podíamos indicar 105 candidatos. E eu me recordo das reuniões do partido, onde as pessoas diziam: "Olhe, tem um fulano lá que é presidente de um clube de futebol lá em Sapopemba – um bairro de São Paulo – ele traz uns 800 votos, 1.000 votos. Vamos lançá-lo candidato". Porque, para fazer o coeficiente eleitoral, você precisa ter gente trazendo votos para o partido. Um deles tem 800 votos, outro tem 4 mil, vamos trazendo, que vai somando, vai engordando o coeficiente eleitoral. Ou seja, a própria escolha das candidaturas torna-se uma verdadeira falseta porque são trazidos candidatos que, na verdade, se destinam a engordar o coeficiente eleitoral ou em uma posição inversa. Vamos chamar uma grande figura, que não seja da área política, que não tenha quem sabe uma vocação pública, mas que tem grande notoriedade, pode trazer 1 milhão, 1,5 milhão de votos e com isso ele arrasta mais quatro ou cinco deputados, que é o que ocorre no sistema proporcional. É mais uma distensão no próprio momento da campanha.

Então, o que acontece? Cada partido lá em São Paulo, (incompreensível) a São Paulo, tentava lançar 105 candidatos para eleger, na verdade, quatro, cinco, às vezes, no máximo, dez deputados, não mais do que isso. Qual é o problema que surge daí? É que os candidatos, quando lançados, eles querem claro, fazer campanha, querem apoio do partido, querem participar do horário eleitoral. E daí, que vocês vêem na propaganda eleitoral: "olhem aqui, votem em mim, meu número é tal", porque não dá tempo de dizer mais nada.

Se nós adotássemos o sistema majoritário, o que ia acontecer é que os partidos não iam procurar nem o sujeito de 800 votos, nem o sujeito de 1 milhão de votos, porque o de 1 milhão de votos, para o militante partidário, ele vai ocupar uma vaga, e só uma vaga, e eu não quero, eu quero disputar. Então, você teria um número de candidatos mais compatível com a realidade política.

Então, vou tomar o caso do meu partido em São Paulo, meu partido dizia: "olha, nós elegemos dois, três, cinco, dez, quem sabe, vamos escolher vinte candidatos, vinte, quinze candidatos, porque não vai demandar o número de votos para fazer coeficiente eleitoral".

Isso faria com que... faria com que, mesmo nos programas eleitorais, o cidadão tem que ser um pouco mais temático, um pouco mais programático nos seus dizeres, porque: primeiro, ele tem mais tempo pra falar; segundo, ele sabe que o outro, se ele não disser, dirá. Então torna um pouco mais consequente a eleição, seja federal, seja para deputado estadual, ou seja até para vereador.

Em segundo lugar, hoje se fala não tem eliminação das coligações. Vocês sabem que, hoje,

quando você faz coligação do partido "A" com o partido "B" no sistema proporcional, é para trazer votos. A coligação se destina a trazer votos para poder eleger deputados. Hoje, se fala em eliminar a coligação e eu digo: se, se adotasse um sistema majoritário, nem precisaria pensar na coligação porque nenhum partido vai querer pensar na coligação. O partido vai querer lançar os seus candidatos e trabalhar apenas para os seus candidatos, revelando aquilo que o partido, digamos, teoricamente, deve ser.

Partido é uma expressão que vem de "parte" e política vem de "*polis*", portanto, partido político é uma parcela da opinião pública que pensa mais ou menos da mesma maneira e quer chegar ao poder para governar a *polis*, para governar a União, para governar o estado, para governar o município. Essa é a ideia do partido político, é parcela da opinião pública.

É claro que eu fico muito à vontade, estou aqui com o meu presidente, o [Valdir] Raupp, mas nós sabemos que, nos partidos políticos, não há, exatamente, essa concepção. A concepção é como ganhar os votos, e só como ganhar os votos. Não há, exatamente, uma programação, tanto que nós temos no país hoje cerca de 30 partidos políticos registrados no Tribunal Eleitoral, e outros tantos vão surgindo, às vezes, até sendo apenas um aglomerado de pessoas. Não é um aglomerado de ideias, quando deveria ser um aglomerado de ideias.

Eu penso que a reforma política, se levasse em conta... posso estar enganado, mas penso que se a reforma política levasse em conta essas ideias que eu estou expondo, nós teríamos partidos mais programáticos. E sobre mais, quem lê a Constituição, que aqui são advogados, estudantes de Direito... porque ler a Constituição é uma coisa muito importante, porque eu vejo, muitas vezes, pessoas que dão palpite e jamais tiveram a Constituição às mãos. Ler a Constituição é uma coisa fundamental, porque você vai lá e verifica que o deputado federal não é representante do Estado.

Deputado Federal, diz a Constituição, é representante do povo brasileiro, circunstancialmente domiciliado, em Sergipe ou em São Paulo. São Paulo tem 70 deputados, tem um número maior de eleitores, mas, se 20 milhões de pessoas se trasladarem para Sergipe, Sergipe é que terá o maior número de deputados, que são os brasileiros alocados, domiciliados, aqui no estado de Sergipe.

Então, o sistema majoritário teria como circunscrição eleitoral, como distrito, o próprio estado, por isso que esse sistema majoritário, de vez em quando, vocês vêem nos jornais, é chamado de "distritão". Ou seja, é o próprio estado que é o distrito. E, portanto, em oposição ao chamado "distritinho", porque o distritinho é uma maneira, penso eu, uma maneira equivocada de fazer a representação em uma federação, porque você partilha o estado em vários distritos, talvez pelo número de eleitores ou pelo número da população, e cada distrito elege um deputado. Ele, na verdade, perde um pouco a noção natural que a Constituição pretende dar, ou a tarefa natural que a Constituição pretende dar, ao deputado federal.

Nós, que somos deputados ou fomos deputados, sabemos que muitas e muitas vezes o deputado federal é obrigado a levar verbas para o município, tal e qual não é por uma razão institucional, porque ele é representante da Federação, é por uma razão eleitoral. Ou seja, se ele não trabalhar dessa maneira nos municípios tais e quais, ele não se reelege.

Agora, joguem essa ideia para o "distritinho". Se o deputado federal não virar um grande despachante lá na área federal para conseguir verbas para o seu distritinho, ele não se reelege. Então, é uma coisa que, francamente eu... com todas as vênias e talvez com todo o equívoco que possa ter em relação a isso, mas eu creio que é uma fórmula inadequada para o nosso sistema.

E vocês sabem, estou falando aqui rapidamente, mas vocês sabem que também se tentou a chamada lista fechada. A lista fechada é o sistema, teoricamente, mais compatível para

fortalecer os partidos políticos, porque os partidos apresentariam uma lista e o partido que tiver o maior número de votos vai eleger o primeiro, o segundo, o quarto, o quinto da lista, assim por diante.

Eu concordo que ele realmente dá grande densidade aos partidos políticos, mas não passa no Congresso Nacional, até por uma razão muito natural. Há sempre uma preocupação no Congresso com o chamado "casquismo" no local. Vou dar um exemplo, para não falar de terceiros: se eu fosse... se eu viesse a ser candidato a deputado federal em uma próxima eleição e tivesse a lista, certamente, eu iria ocupar o primeiro da lista, porque eu tenho hoje uma vida política, etc, e me colocariam no primeiro da lista. Mas as pessoas têm preocupação com isso, e uma preocupação legítima.

Em certos locais, os, digamos, donos dos partidos diriam: "Não, quem vai participar dessa lista é A, B, C, D, primeiro, segundo, terceiro, trabalha nessa direção". Então, por isso que a lista não passa lá, e, pelo que eu estou apontando aqui a vocês, vocês percebem os conflitos naturais que surgem durante o debate da reforma política.

Eu acho que ela é fundamental para o país, mas, com toda a franqueza, eu acho que a essa altura, mesmo essa reforma tão bem engendrada, tão.... o Henrique Fontana, que é relator, trabalhou com muita persistência, consultou todo mundo, mas ontem, ainda na Comissão [Especial da Câmara], não se conseguiu votar o relatório porque não havia acordo sequer na Comissão, imagine no Plenário. E, hoje, você vê que os jornais dizem que a reforma política já foi por água abaixo.

Diante disso, eu confesso que eu recupero também uma outra ideia, que já preguei no passado, dizendo: olha, o melhor, como nós temos um sistema de democracia direta... aqui está dito: todo poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes. E a revelação da democracia direta no país se dá, primeiro, pela iniciativa popular para a apresentação do Projeto de Lei. O povo pode apresentar Projeto de Lei, tem uns projetos importantíssimos que foram apresentados como fruto da iniciativa popular. Depois disso, o Plebiscito, que é uma consulta prévia que se faça em um tema qualquer. E o Referendo, que visa referendar, que visa confirmar algo que já foi feito e que está dependendo da manifestação popular. Então, tendo em vista esses princípios constitucionais, eu digo: o melhor... e até, ontem, eu uma reunião à noite, eu dizia um pouco isso... mas o melhor é deixar para 2014, ao lado das eleições para deputados federais, senadores e outros tantos, presidente e governador, um questionário para o povo, para que o povo, em Plebiscito consultado, diga se ele quer um sistema distrital, um sistema distrital misto, um sistema majoritário, como eu acabei de apontar, um sistema de lista fechada, ou manter o sistema atual.

E isso daria, penso eu, muita densidade às campanhas que antecederão o pleito de 2014, porque os deputados, os senadores, o próprio presidente, o candidato a presidente, a governador, vai ter que ir a público para dizer qual é a sua posição, o que dá conteúdo para a própria campanha, em primeiro lugar.

Segundo lugar, durante a campanha será esclarecido o povo sobre as qualificações de cada um desses sistemas, e, se o povo decidir que é o sistema "A" ou "B", o Congresso eleito teria a obrigação de realizar esta emenda constitucional já plebiscitada, seria aprovada pelo Congresso para ter aplicação em 2018, o que seria extremamente útil, porque não pega a eleição de 2014. Quando você faz uma reforma política logo para a eleição seguinte, há muitas resistências.

Então, eu queria fazer essa brevíssima... Acabou não sendo uma introdução, acabou sendo uma coisa um pouco mais longa, mas eu vou, se me permitem, acho que terei mais um

tempinho para falar sobre Estado Social de Direito, porque eu quero falar um pouco do nosso Estado atual.

Eu, quando trato desse tema – Estado Social de Direito – eu tenho que apenas lembrar alguns conceitos. E a primeira lembrança que eu faço é de que o Estado é uma organização, não é? O Estado é uma sociedade, é uma organização que deriva de uma regração impositiva. Essa regração impositiva vem por força da Constituição, que é a lei maior do Estado. Ela se chama Constituição porque vem do verbo “constituir”. Num dado momento, o povo se reúne, quer constituir um Estado, exerce o chamado “Poder Constituinte”, e é Poder Constituinte, porque vem de poder, constituir. São pessoas, ou é o povo ou é um movimento golpista, revolucionário que seja. Alguém que tem condições de poder constituir um Estado e exerce, portanto, o Poder Constituinte. E disto nasce a lei maior, a lei primeira, a lei inaugural, a lei fundamental, a lei estruturante de um Estado, que por porvir, como disse, de um movimento constituinte, tem o nome de Constituição esta lei.

Portanto, a Constituição dá a organização. Aliás, toda e qualquer sociedade se ampara numa organização. Não é sem razão que os latinos diziam: “*ubis societas ibi jus, ubi jus ibi societas*”. Onde está a sociedade está o direito, onde está o direito está a sociedade.

E eu costumo dar o exemplo de quem entra num estádio de futebol, vê lá cem mil pessoas reunidas, aponta aquilo e diz: “Isto não é uma sociedade”. Ele sai de lá, entra na sala da diretoria do Vasco Futebol Clube, vê a diretoria do Vasco reunida, 10 pessoas, 15 pessoas, e diz: “Isto é uma sociedade”. Porque aquelas 10, 15 pessoas estão agindo, trabalhando fundadas no estatuto do clube, portanto, numa organização.

Então, a primeira ideia básica é esta: a Constituição que dá a organização do Estado, cria o Estado. Tanto que nós, da área jurídica, da área sociológica, da área histórica, da área geográfica, nós vivemos num Estado brasileiro desde 1822, mas, no plano jurídico, nós vivemos num Estado brasileiro que nasceu em 5 de outubro de 1988. Este é o Estado em que nós vivemos, este é o Estado que nós, na área jurídica, somos obrigados a interpretar, enquanto advogados, juízes, promotores, delegados, o que seja, na área jurídica.

Então, este Estado que nasceu em 5 de outubro de 1988 é um Estado absolutista, é um Estado liberal ou é um Estado social de direito? Qual é a natureza deste nosso Estado, já que a Constituição diz assim: “O Brasil é um Estado democrático de direito”. Mas qual é a significação completa deste vocabulário, deste vocábulo ou desta expressão que eu acabei de mencionar?

Daqui eu quero, muito rapidamente, fazer uma distinção porque eu sei que os alunos de (incompreensível), de direito constitucional já estudaram essa matéria, e aí vão algumas obviedades. Eu quero dizer que quando surge, na verdade, a primeira figura do Estado, ou seja, desta organização imperativa; ou seja, ainda, da incidência de uma normatividade imperativa sobre determinadas pessoas que estão em determinado território... porque muitas e muitas vezes havia organizações. As tribos eram organizações, mas eram organizações que não se fixavam naquele povo determinado ou num território determinado. Muitas vezes, nômades que eram, mudavam de um local para outro.

A figura do Estado é, exatamente, a incidência... e esta é a definição de Estado: é a incidência de uma ordem jurídica sobre determinadas pessoas que estão em determinado território. E todos conceitos jurídicos, não conceitos demográficos. O conceito de povo é um conceito jurídico. Povo não é quem quer. Povo é aquele que a Constituição, que a Lei criadora define como tal. Não é sem razão que a Constituição diz: “São brasileiros: 1. os natos; 2. os naturalizados; 3. aqueles que a lei estabelecer”.

Então, você tem, num país, você tem os integrantes do povo, você tem os estrangeiros e

you have the apátridas, those who do not have nationality. The somatória dessas figuras é que forma o conceito de população, mas que é um conceito demográfico. Conceito de povo é um conceito jurídico, como é mais uma trivialidade o conceito de território. Você só tem a história do chamado "direito de asilo" porque as embaixadas do Brasil, por exemplo, em qualquer país são consideradas território estrangeiro, ou seja, lá em Fuji, uma ordem jurídica, que não é ordem jurídica do Estado brasileiro, mas é ordem jurídica do Estado que aquela embaixada representa.

Então, quando alguém tem um problema e se asila numa embaixada... tanto isso é verdade que quando ele quer sair do país, consegue-se – a embaixada negocia com o governo – o chamado salvo-conduto, ou seja, ele é conduzido a salvo. Todo território estrangeiro que é embaixada, entra no território brasileiro e vai tomar o avião no aeroporto para ir para outro país. Daí a ideia do salvo-conduto.

Então, tudo isso para dar... porque nós, da área jurídica, nós temos que ter um raciocínio jurídico e não um raciocínio político, porque a tendência, especialmente de certos congressistas, é ter um raciocínio político em vez de ter um raciocínio exclusivamente técnico-jurídico.

Então, o que é o Estado? Volto a dizer, o Estado é a incidência de uma normatividade imperativa sobre determinadas pessoas – leia-se povo – que estão em determinado território – leia-se na concepção de território que acabei de mencionar. Bom, dizia eu...

Nem sempre foi assim no passado. Mas, num dado momento, alguém conseguiu – no tempo das senhorias feudais –, alguém conseguiu fazer, impor a sua vontade como senhor feudal – fosse duque, ducado; fosse conde, condado; fosse marquês, marquesado; fosse... –, conseguiu impor a sua vontade para determinadas senhorias feudais. E aí vocês sabem que havia um conflito muito grande entre o poder temporal e o poder espiritual, que era o poder da Igreja. O poder da Igreja se confundia, muitas vezes, com o poder temporal. E quando alguns senhores feudais se rebelaram e fizeram – volto a dizer –, operaram uma ordem jurídica imperativa sobre determinadas pessoas naquele território, esse cidadão que assim conseguiu fazer criou o chamado Estado absolutista, porque era uma organização, era a incidência sobre um povo determinado ou um território determinado, mas o senhor feudal, que depois foi rotulado, de soberano – fosse rei, marquês, o que fosse –, ele concentrava em suas mãos todo o poder.

Então, chama-se Estado absolutista porque este senhor feudal que se tornou rei, imperador, soberano, ele concentrava em suas mãos todo o poder. O que significa concentrar em suas mãos todo o poder? Significa exercer as atividades típicas de uma organização. Quais são as atividades típicas de um Estado? A primeira delas é a legislação. É uma ordem geral, é uma normatividade geral para todos os súditos do Estado. A segunda tarefa é a execução. Executar é pôr em prática o que a legislação estabeleceu e, se houver conflito, a terceira tarefa é a jurisdição. Alguém vai solucionar este conflito.

Portanto, no Estado absolutista, o soberano – por si ou por seus auxiliares, mas concentradamente – exercia toda a atividade estatal. Mas houve um momento em que os súditos começaram a se rebelar, e até quando começaram a se rebelar... vocês sabem que os politicólogos, naquela ocasião, criaram a teoria do direito de vida dos reis, para dizer: "Olha, o soberano, ele não haure as suas competências, o seu poder do povo, mas ele recebe essa competência da divindade. O rei é um representante da divindade na Terra". Por isso que se inaugurou aquela teoria do direito divino dos reis.

Mas é claro que os súditos foram se insurgindo e três instantes históricos foram fundamentais para isso. Uma foi a chamada Revolução Inglesa, que começou muito lá atrás, muito antes da

Revolução Francesa e muito antes da independência americana, em 1776. Certos direitos... por exemplo, a *Petition Guide*, o direito de petição. *Petition* vem de pedir, não é? O direito do súdito dirigir-se ao rei foi objeto de longas lutas na Inglaterra para que as pessoas pudessem peticionar ao rei. É o direito de petição. O *habeas corpus* – que é corruptela de uma expressão latina – que diz “tomes o corpo delito e o submeta ao tribunal imparcial”, foi uma longa luta na Inglaterra, que fez nascer o Habeas Corpus Act, que era o direito do cidadão não ver-se detido sem que houvesse uma razão específica – culpa formada etc – e sem que um tribunal, isento e imparcial, pudesse tratar daquele assunto.

Se nós formos mais para trás, em questão tributária – estou apenas sistematizando coisas que vocês sabem –, João Sem Terra, em 1215, foi obrigado, pelos lordes, pelos nobres, a obedecer uma regra que dizia o seguinte: “Olha aqui, toda vez que você for cobrar tributos nossos, você tem que nos consultar”. Foi até a origem da Câmara dos Lordes.

Então, eu estou dizendo que houve na Inglaterra um grande movimento evolutivo de proteção dos direitos individuais e das liberdades públicas, sintetizados, de alguma maneira, na independência americana. A declaração da independência, em 1776, antes da Declaração Universal dos Direitos do Homem [e do Cidadão], em 1789, já assegurava todos os direitos fundamentais do homem, os chamados direitos naturais, erigidos à condição de norma jurídica.

E em 1789, que foi o que ganhou mais projeção no mundo, a formulação de uma Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, e, a partir daí, claro que baseado em várias ideias de Locke e Montesquieu... porque Montesquieu foi examinar o panorama do Estado absoluto e disse: “Olha aqui, isto não pode ser assim. Para que o indivíduo tenha liberdade, o súdito tenha liberdade, tem que se criar órgãos que exercerão essas competências. E para quê? Visando a liberdade dos indivíduos. Então é preciso um órgão legislativo que legisle, um executivo que execute, e um judiciário que julgue, mas apartados uns dos outros, e o poder não pode emanar da divindade. Tem que emanar do povo”.

Nesse momento, você passa do chamado Estado absolutista para o chamado Estado de direito, e quando passa para o Estado de direito, a primeira fórmula do Estado de direito que o mundo conheceu foi o Estado liberal. Ao lado do absolutismo surge o chamado Estado liberal. O que era o Estado liberal e o liberalismo? Era a proteção dos direitos individuais, era a proteção das liberdades públicas.

Então, o Estado liberal se preocupava muito com a liberdade de imprensa, liberdade de informação, liberdade de manifestação, e o Estado era um gestor da sociedade. Ele deixava a livre competição, sem interferir em absolutamente nada, de maneira que ele era apenas encarregado da segurança daquela sociedade, mas as disputas internas eram feitas pelos próprios núcleos sociais, sem nenhuma interferência nas questões sociais daquele Estado.

Muito bem. O liberalismo foi um grande passo que a Humanidade concebeu e conheceu, e exaltado durante muito tempo, até que vem a Revolução Industrial, em 1880. Foi um primeiro momento em que... ali já era uma coisa da burguesia ainda, mas depois vieram ideias, como... antagônicas ao liberalismo, porque o liberalismo era muito ligado à ideia do capitalismo, essa ideia de que as pessoas livremente poderiam concorrer na sociedade. Isso esmagava aqueles que, por exemplo, trabalhavam, e não havia direito de espécie alguma para os que trabalhavam.

Então, revoluções como... a primeira, até, foi a Revolução do México [Mexicana], em 1910, que gerou uma Constituição logo no começo de 1939, que assegurou direitos sociais, direito a seguro-desemprego... que já tinham sido aventados em 1880 por Bismarck. Então... Também estou mostrando que houve um movimento para sair do Estado liberal, para atingir o

Estado social.

Depois vem a pregação de Lênin... Lênin, Marx... Marx primeiro, depois Lênin e Engels, na Revolução Russa, em 1817, que foi um movimento de oposição ao capitalismo. E depois vem a Constituição de Weimar. A Constituição alemã, de Weimar, ela fez um elenco dos chamados direitos sociais. Foram os primeiros instantes em que você saía do liberalismo puro para um Estado preocupado com as questões sociais. Evidentemente, preocupado com as questões sociais – não estou revelando aqui pela exiguidade do tempo –, mas fruto de vários movimentos sociais que se verificaram ao longo do tempo aqui.

Quando isto ocorre... vejam, a Constituição de Weimar é de 1919. Nós tivemos, aqui, em 1934, uma Constituinte, uma Constituição, que se apoiou – foi o primeiro momento das constituintes brasileiras –, se apoiou na Constituição de Weimar, e a Constituição de [19]34 já trazia uma série de direitos sociais, que durou pouco, durou três anos, porque veio, em [19]37, uma nova Constituição, instaurou um sistema centralizador, autoritário, que durou até [19]45. Em [19]45, [19]46, redemocratização do país e veio uma nova Constituição, a Constituição de 10 de setembro de [19]46, já com uma amálgama dos direitos liberais – das liberdades públicas, das liberdades individuais – com os direitos sociais.

Vai até [19]64. Em [19]64, vocês sabem que houve um movimento também centralizador em nosso país, e centralizador quase absolutista, porque quando surgiu o Ato Institucional nº 5, o presidente da República poderia cassar mandato dos parlamentares, aposentar juízes, aposentar governadores, enfim, demitir pessoas. Era um poder absoluto, centrado na figura do Presidente da República.

Mas, aí, vários movimentos da sociedade civil, entre os quais exponencialmente, dizia eu, a Ordem dos Advogados do Brasil, surge a Constituinte de 87/88, que inaugurou o novo Estado brasileiro. E o novo Estado – é interessante, já vou concluindo –, o novo Estado brasileiro, retratado na Constituição de 5 de outubro de 1988, é chamado Estado Democrático de Direito, e ele é amálgama mais... a mistura mais expressiva dos princípios de liberdade individual, não é?

Basta dizer a vocês: quem se detiver no artigo 5º da Constituição... E antes que (incompreensível), vou fazer um parêntese em homenagem a um grande sergipano que hoje está no Supremo Tribunal, que é o Carlos Ayres Britto. Carlos Ayres Britto, professor, antes de ser ministro ele escreveu um artigo sobre o significado da palavra poder, na Constituição. E, vejam, essa é uma – tomo a liberdade – um conselho aos estudantes de Direito: é importante lidar com a palavra, porque a palavra é o único instrumento de trabalho do advogado, do jurista em geral, não é? O dentista tem aquele motorzinho, o médico tem aparelhagem disso, daquilo, o jurista tem a palavra e não tem outro instrumento de trabalho, a palavra oral ou escrita. E quando... Ele fez uma análise muito percuciente do significado da mesma palavra, da palavra poder na Constituição. Ele pega e vai um pouco... É uma síntese do que eu estou dizendo aqui. Ele pega a palavra "todo poder emana do povo". Eles, aqui, a expressão "poder" tem a significação de soberania, ou seja, aquele poder incontrastável de mando, aquela capacidade de querer ou, efetivamente, a capacidade de fixar as competências numa determinada sociedade, não pertence ao soberano, mas pertence ao povo. Então, a palavra poder tem o significado de soberania.

Mais adiante, ele encontra a seguinte expressão: "São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Ele diz: "Aqui a palavra tem o sentido de órgão". Ou seja, são órgãos exercentes da soberania: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Mais adiante, ele localiza a mesma palavra: "O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, o Poder Executivo é exercido pelo Presidente, e assim também o Poder Judiciário". Ele diz: "Aqui, a palavra poder tem a seguinte função: a função legislativa, a função executiva, a função

judiciária é exercida por tais e quais órgãos”.

Vejam como é importante essa interpretação sistêmica do texto constitucional, e não uma interpretação literal, que é a mais pedestre das interpretações. Então, eu fecho esse parêntese, até eu menciono esse fato para prestar uma homenagem a Sergipe, com ele, com o nosso Carlos Britto, não é?

Mas eu fecho esses dizeres para voltar ao nosso texto Constitucional e mostrar que ele é a síntese da conjugação do Estado liberal com o Estado social. O Estado liberal, volto a dizer, quem examinou o artigo 5º da Constituição vai verificar que lá há mais de 70 parágrafos que dizem respeito à preservação dos direitos individuais. E, sobre mais, ainda num dos parágrafos, estabelece que os tratados internacionais, aprovados como se fosse uma emenda constitucional, também tem significado de proteção dos direitos individuais aplicável ao nosso país.

Então, esse tipo de liberdade de imprensa que se discute tanto, liberdade de informação, eu digo: “Meu Deus, e a gente fala em lei para isso. Isso está na Constituição”. A Constituição assegura, reiteradamente, aqui no 5º, ali no duzentos e qualquer coisa, em várias passagens, assegura liberdade de informação, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de imprensa etc. e as pessoas ficam discutindo isso porque não atentam, muitas vezes, para o texto constitucional, que, na verdade, ao adotarem esses parâmetros, está trazendo para o seu interior a figura do Estado liberal, mas, ao mesmo tempo, forte e abundantemente, traz também os conceitos do Estado social.

E eu vou já ao texto constitucional para revelar aos colegas advogados e acadêmicos como se deu essa inserção dos direitos sociais no nosso texto constitucional. Já começa pelo preâmbulo, porque o preâmbulo é pré-âmbulo, que é pré-andar, *pre ambulare*, antes de começar.

Então, logo no preâmbulo está dito: “Os representantes do povo brasileiros, reunidos em assembleia constituinte, para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar” – olha aqui, qual a primeira coisa que o Estado vai assegurar – “o exercício dos direitos sociais e individuais”. A primeira expressão é “exercício dos direitos sociais”. Então quando você, estrangeiro que é, lê a Constituição brasileira, você diz: “Interessante, aqui eu acho que ele vai trazer muitas normas sobre um Estado social de direito e não apenas um Estado liberal”.

E, de fato, vai logo ao artigo primeiro e verifica: “A República Federativa do Brasil, formada, tal assim e assado, tem como fundamento: 1) a soberania; 2) a soberania; 3) a dignidade da pessoa humana, 4) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”. Portanto, mais uma vez, eu vou detectando este aspecto social do nosso Estado brasileiro.

Vou ao artigo 3º e vejo quais são os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Primeiro: construir uma sociedade livre, justa e solidária. A solidariedade, aí, importa, digamos assim, a preocupação de todos os setores sociais entre si, não pode haver a prevalência de um setor social sobre o outro, essa é a ideia da solidariedade. E diz mais, no inciso 3: “Objetivo da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Estou com o Direito positivo, indicando aos senhores ainda, aqui, rapidamente.

Aqui, no artigo 10, repete uma norma que é da Constituição de 46, que parece que hoje começa a ser aplicada: “É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos”, coisa que não existia no passado, mas é uma preocupação mais com os setores sociais da nossa nacionalidade.

Quando vai para a ordem econômica, diz assim: “a ordem econômica, fundada na valorização

do trabalho humano, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”. E se no liberalismo a propriedade era plena, ampla, sem limites, aqui já diz: “Observados os seguintes princípios: inciso 3 – função social da propriedade”, que é o que permite, naturalmente, aquelas desapropriações por interesse social. Então, tudo a revelar que o Estado, o nosso Estado incursionou pela ideia do social e não apenas do liberal. Vai mais adiante e diz – já vou concluir – “Redução”, mais uma vez, “redução das desigualdades regionais e sociais”. Inciso 8: busca do pleno emprego.

E assim, em outros tantos trechos da Constituição, a função social, artigo 186, é cumprida, no caso da propriedade rural, quando atende simultaneamente a graus, critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, observa assim e (incompreensível): primeiro, observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

Isto parece uma teoria, mas vocês sabem que uma vez eu fui a Petrolina, e lá eles produzem manga, uva, etc, não é? E os americanos compram muito, as empresas americanas compram muito daquele material. Vocês sabem que as empresas americanas, quando vêm para cá, eles olham a Constituição e eles, primeiro, verificam o seguinte: como é que são as relações de trabalho aqui? Todo mundo tem carteira assinada, tem assistência odontológica, tem assistência médica, tem assistência hospitalar? Se não tiver isso, eles não fazem negócio com o sujeito que produz manga, uva, etc. etc. Por quê? Porque a ordem econômica está baseada no privilegiamento das relações de trabalho, que é tipicamente uma coisa do Estado, do Estado social, não é?

Enfim, outros tantos dispositivos que eu poderia aqui mencionar, tanto que, ao abrir um capítulo específico sobre a ordem social, no 193, diz: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, primazia para o trabalho, e como objetivo o bem-estar e as justiças sociais”.

Então vejam, portanto, que a nossa Constituição permeia a liberdade plena, que é a do liberalismo, liberdade individual, com as preocupações sociais. E agora, na prática – e peço mais dois, três minutos para concluir – na prática, na verdade, nós estamos construindo não apenas na teoria, porque uma coisa é o Estado formal, é aquele que está na Constituição, outra coisa é o Estado real, ou seja, é aquilo que se passa na vida do Estado. E nem sempre há uma coincidência entre o Estado formal e o Estado real; ao contrário, no Brasil sempre houve uma descoincidência entre o que a norma constitucional estabelecia e o que se passava na vida real do Estado. Hoje, não.

Por exemplo, nós aprovamos, há tempos atrás – o Jackson até estava na Câmara – uma regra que dizia: “Todos têm direito à alimentação”. A outra regra constitucional dizia: “Todos têm direito à habitação”. E as pessoas me questionavam, eu, presidente da Câmara: “Mas imagine! Colocar na Constituição, como é que vai: todos têm direito à alimentação, o que é isso? Todos têm direito à habitação, o que é isso? Que norma é essa? Que império tem essa norma? Que imposição se estabelecerá a partir dessa norma?” Eu digo: “Pois olhem, é uma norma programática, mas é uma norma de cumprimento obrigatório para os agentes públicos”. E isso vem se realizando. Vocês tomem, no caso da alimentação, o chamado Bolsa Família. O governo acabou alimentando mais de 11 milhões de famílias, ao longo do tempo, que fizeram com que 30 milhões de pessoas ascendessem da extrema pobreza para a classe média, ainda a classe média baixa, mas classe média.

Agora ainda, no nosso governo, 16 milhões de pessoas ainda na extrema pobreza. O que se lançou? Plano contra a miséria, que é uma sequência do Bolsa Família, com alguns aprimoramentos. Com vistas a quê? A botá-los na classe média, portanto, cumprindo o princípio de que todos têm direito a uma vida digna, todos têm direito à alimentação.

Direito à moradia, como garantir o direito à moradia? É com o Minha Casa, Minha Vida. O Executivo percebeu que tinha uma norma constitucional obrigatória, um cumprimento obrigatório (incompreensível) cumprimento e execução a essa norma constitucional. Vou lançar um largo e amplo programa de moradias mais fáceis, de aquisição mais fácil para a classe mais pobre. Tanto que alguns que ganham pouco nem precisam pagar, e os que pagam, pagam pouquíssimo. E, com isso, milhões e milhões de habitações populares que vão nascendo.

Portanto há hoje, digo eu, uma coincidência entre a Constituição formal e a Constituição real. E a regulação, mais do que evidente, peço desculpas um pouco pelo que falei, pelo horário, não pelo que falei. Mas nós temos hoje um Estado Democrático de Direito, que é assim que se chama porque ele é, volto a dizer, a amálgama dos princípios do Estado liberal com os princípios do Estado social de direito.

Obrigado.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-palestra-o-estado-social-de-direito-proferida-pelo-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-a-conferencia-estadual-oab-2011-52min41s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-palestra-o-estado-social-de-direito-proferida-pelo-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-a-conferencia-estadual-oab-2011-52min41s>) (54min41s) do Presidente em exercício, Michel Temer

# **07-10-2011 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos**

**Em maio de 2010, Brasil e Turquia adotaram Plano de Ação para Parceria Estratégica, que envolve iniciativas nas áreas de energia, defesa, cooperação agrícola, ciência e tecnologia e promoção cultural, entre outras**

**Ancara-Turquia, 07 de outubro de 2011**

Senhor presidente Abdullah Gül, presidente da República da Turquia,  
Senhoras e senhores integrantes das delegações turca e brasileira, presentes,  
Senhoras e senhores profissionais da imprensa,  
Senhoras e senhores,

Quero agradecer ao presidente Gül pela gentileza da sua hospitalidade. Minha visita oficial a este país belíssimo que é a Turquia reflete uma nova geopolítica do mundo.

A Turquia e o Brasil são Estados importantes em suas respectivas regiões. Ocupamos espaço crescente no cenário internacional e, juntos, nossas vozes ganham projeção.

Assim como ocorre na Turquia, buscamos em nossa região o crescimento, o aumento de oportunidades e a inclusão social. Defendemos o aprofundamento da democracia e a defesa e a promoção dos direitos humanos. Temos por meta a integração sul-americana com uma cooperação ativa e solidária.

Nós ampliamos os nossos contatos birregionais com a América do Sul, com o Mundo Árabe, com a Ásia, com a África e a Europa, todas elas grandes regiões do mundo, algumas na fronteira com a Turquia.

Ponto de articulação entre civilizações, a sociedade turca é um amálgama dessas múltiplas influências. A identidade nacional brasileira formou-se na confluência de etnias, nacionalidades e culturas, tanto as indígenas – originárias – quanto as que formaram o Brasil, levadas pelas correntes da história. Entre essas, está e destaca-se a contribuição dos povos turcos para o desenvolvimento do Brasil e de sua civilização.

O Brasil e a Turquia são países democráticos e plurais. Temos alcançado índices positivos de desenvolvimento. Coincidimos, na conversa com o Presidente, no estreitamento de relações com a África. Ampliamos redes diplomáticas, aumentamos o nosso comércio, nossa ajuda humanitária e nossa cooperação com outros países do mundo.

O momento de crise aguda, por que passa a União Europeia, nos preocupa. Desejamos para a Europa uma saída rápida da crise, por meio da busca de maior estabilidade macroeconômica, mas também, e, sobretudo, assegurando a retomada do crescimento, da proteção ao emprego e dos segmentos mais vulneráveis das diferentes populações.

Tenho certeza de que no G20 o Brasil e a Turquia – como conversamos eu e o Presidente – serão países que estarão em sintonia na defesa de uma visão mais harmoniosa, democrática e pacífica do mundo. O perfil econômico da Turquia e do Brasil oferece ampla base para uma pauta substantiva no intercâmbio comercial. Nós devemos chegar a US\$ 2 bilhões em 2011, e pretendemos realizar mais os nossos potenciais. Hoje, nós nos encontramos em uma conferência empresarial, onde autoridades do governo turco e do Brasil se encontraram junto a uma plateia, uma plenária, de empresários brasileiros e turcos muito qualificada.

Consideramos que isso é um marco no campo das nossas relações, que não são só relações que devem ser comerciais, mas também relações importantes no que se refere à participação de investimentos privados no Brasil, de empresários turcos; e investimentos na Turquia, de empresários brasileiros.

Somos firmes em apoiar aliança de civilizações. Juntos, trabalharemos para garantir que prevaleça a visão construtiva do futuro, contribuindo para atitudes agregadoras, atitudes de tolerância e rejeição à xenofobia. Esse é o nosso propósito de termos aderido à Aliança das Civilizações, que o Brasil teve a honra de sediar em maio de 2010.

Possuímos visão própria de como melhor reduzir as tensões do mundo. É possível, para nós, construir, portanto, uma agenda de crescimento econômico, de desenvolvimento de nossos povos, de paz e segurança eficaz, na qual o isolamento, a punição e o uso da força serão, verdadeiramente, os últimos recursos.

Hoje poucos assuntos são mais importantes do que uma solução para o conflito entre a Palestina e Israel. Sem uma solução para o povo da Palestina também não haverá solução de segurança para o povo de Israel. Essa é uma questão que nós consideramos crucial.

Coincidimos também na visão da importância da Primavera Árabe. O Brasil coincide com a visão expressa pela Turquia na ONU... aliás, sobre a ONU, em que ela precisa se reformar, ela precisa se expandir para se tornar mais representativa e contemplar os diferentes países que passaram a ser atores no cenário internacional.

A distância física entre a Turquia e o Brasil foi reduzida por um voo direto, que vai de Istambul a São Paulo. Esse voo direto permite que essas duas civilizações estreitem não só a troca de pessoas, turistas e empresários, mas também assegure uma forma rápida de relacionamento entre dois povos importantes no cenário internacional.

A visita do primeiro-ministro Erdoğan ao Brasil, em maio de 2010, resultou num plano de ação para a parceria estratégica: ações conjuntas na área de tecnologia, agricultura, energia e comércio exterior. Como países, que somos, ao mesmo tempo, membros da América Latina e da Europa e da Ásia, acreditamos que a Turquia e o Brasil têm muito a ganhar com essa parceria recíproca.

Temos acordo na área de defesa em vigor desde 2007 e queremos aprofundá-lo. Nosso acordo no campo científico também abre grandes oportunidades para os nossos países e, especificamente, na área da saúde, como é o caso do rastreamento de medicamentos.

Gostaríamos também de destacar a importante parceria que podemos ter, e estamos desenvolvendo, na área científica e tecnológica entre o CNPq, brasileiro, e o Conselho de Pesquisa Científico-Tecnológico da Turquia, Tübitak.

Vamos aprofundar nosso diálogo e nossa cooperação. Expressei ao presidente Gül a importância da participação, tanto dos times, mas também do povo e do governo turco, nos eventos da Copa do Mundo de [20]14 e das Olimpíadas de 2016.

Considero que essa aproximação entre o Brasil e a Turquia pelo futebol é um momento

importante das nossas relações, pois significa um estreitamento na área do esporte, e nós queremos também destacar, como simbólico, o fato de que o curador da que está ocorrendo hoje, Bienal, lá em Istambul, é um brasileiro. Nós achamos isso simbólico, por isso estamos destacando.

Queríamos dizer também que o paralelismo das nossas visões, o fato de uma parte expressiva do Brasil ter sido formada por pessoas vindas desta região torna a nossa parceria, além de uma parceria econômica, de ciência e tecnologia e cultural, também uma parceria que, como eu disse para o Presidente, estreita laços de parentesco, porque são povos que desfrutaram de uma contribuição.

Nós, uma nação nova, temos nas nossas veias correndo muito do sangue aqui da Turquia, e acreditamos que esse fato pode também ser um fator decisivo no nosso relacionamento. Não só nos tempos modernos, mas lembrando as nossas raízes e as nossas origens.

Agradeço imensamente ao Presidente. E, finalmente, queria estender aqui os votos de pesar do povo brasileiro e os meus votos ao primeiro-ministro Erdoğan pela passagem da senhora sua mãe. Manifestamos o nosso extremo pesar por esse fato.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-ancara-turquia-10min55s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-ancara-turquia-10min55s) (10min55s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 07-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Turquia

**Brasil e Turquia convergem quanto à defesa do multilateralismo, à busca de soluções diplomáticas para tensões internacionais, à melhor representatividade nas instituições de governança global e ao respeito à diversidade**

**Ancara-Turquia, 07 de outubro de 2011**

Em meu nome e em nome de todos os brasileiros, apresento ao senhor ministro Erdoğan as nossas mais sinceras manifestações de pesar pela morte da senhora sua mãe. Que descanse em paz!

Senhor Zafer Caglayan, ministro da Economia da Turquia,

Embaixador Antonio Patriota, ministro de Estado, aqui representando todos os ministros que vieram nesta viagem me acompanhando,

Queria cumprimentar o senhor Rizanur Meral, presidente da Confederação de Empresários e Industriais, a Tuskon,

Senhor Robson Andrade, presidente da Confederação dos empresários brasileiros [Confederação Nacional da Indústria],

Senhoras e senhores empresários,

Senhoras e senhores profissionais da imprensa, cinegrafistas, jornalistas, fotógrafos,

Eu queria iniciar saudando as autoridades governamentais, os empresários, os acadêmicos, e todos que trabalham pelo estreitamento das nossas relações. Este encontro demonstra a vitalidade das nossas relações comerciais, mas, sobretudo, mostra o potencial que nós podemos desenvolver, se trabalharmos com afinco, tendo em vista que somos países muito similares e, como disseram os que me antecederam, complementares.

Todos nós aqui sabemos que o mundo enfrenta uma crise sem precedentes. Os países desenvolvidos não encontraram ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos necessários para retomar um crescimento equilibrado, nem tampouco definiram os modelos de regulação capazes de resolver a pesada dívida soberana que pesa sobre seus próprios bancos.

A Turquia e o Brasil têm sabido resistir à crise porque apostam no fortalecimento dos seus mercados domésticos, apostam na expansão dos investimentos industriais, agrícolas, em infraestrutura, e também em investimentos sociais que também têm estruturas de coordenação macroeconômica robustas.

Como países emergentes que somos e países que têm muita clareza sobre a importância do crescimento econômico, somos também afetados pelas políticas de reação dos países desenvolvidos à crise, notadamente, a expansão monetária praticada por alguns bancos centrais, o que leva a uma espécie de guerra cambial e compromete os valores das nossas mercadorias.

Essas políticas monetárias, excessivamente expansionistas, têm sido remédio privilegiado que as economias mais desenvolvidas têm buscado nos últimos tempos, e têm como efeito secundário, como eu disse, a valorização artificial das nossas moedas.

Todos nós devemos discutir como fazer para superar esta fase que é uma fase grave da crise internacional, até porque, indiretamente, ela afeta todos nós.

Mas a Turquia e o Brasil podem, sem sombra de dúvida, contribuir no G-20, por exemplo, para o prosseguimento das reformas das instituições econômicas e financeiras internacionais, aumentando a participação de nossos países em decisões que afetam diretamente os nossos povos, e, portanto, evidenciando a importância do reforço da coordenação macroeconômica entre os países.

Na Cúpula de Cannes, Brasil e Turquia devem, juntos, pressionar por resultados concretos, que superem, muitas vezes, a imobilidade política das lideranças envolvidas.

Senhoras e senhores,

Para nossa relação bilateral, a crise nos oferece também uma oportunidade. Reforça tendência de profunda transformação nos fluxos de comércio e investimento. Hoje, as diferentes regiões do mundo se articulam de forma inovadora e criativa.

A crise impõe aos países emergentes uma responsabilidade, a qual certamente nós, Brasil e Turquia, estaremos à altura: a de crescer e continuar expandindo as nossas relações internacionais. Este é, sem dúvida nenhuma, o melhor remédio para as nossas economias.

As oportunidades aqui debatidas certamente vão dar a sua contribuição para a necessária aproximação maior entre os nossos empresários, as nossas diferentes indústrias e as diferentes capacitações tecnológicas de nossos países.

É fato que, entre 2004 e 2010, nosso intercâmbio triplicou. Apenas no primeiro semestre deste ano, alcançamos volume superior a US\$ 1,5 bilhão, número equivalente a quase todo o ano de 2010. Se isso, com relação ao passado, é uma conquista, não deve deixar de nos evidenciar que, do ponto de vista dos nossos potenciais e do nosso futuro, é bastante insuficiente.

Nos últimos anos, nós assistimos aos primeiros investimentos mútuos importantes, que revelaram o potencial de uma maior articulação e cooperação produtiva e tecnológica no que se refere às nossas economias.

Nós temos uma pauta comercial ampla e diversificada. Podemos ampliá-la e diversificá-la ainda mais. Nós e os nossos respectivos graus de desenvolvimento tecnológico favorecem associações empresariais em diversos campos, inclusive para uma atuação conjunta, como muito bem disseram também os que me antecederam, em terceiros países.

A realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, no Brasil, abrem grandes oportunidades para os empresários da construção civil da Turquia no Brasil.

Há também enormes possibilidades para a exploração de atividades turísticas. O êxito do voo direto São Paulo-Istambul – com taxas de ocupação superiores a 90% – mostra a forte atração entre nossas culturas, além de constituir-se em importante elemento de aproximação

de nossos empresários e de nossos povos.

Esperamos que a paixão turca pelo futebol – mais um sentimento que compartilhamos – possa atrair torcedores turcos aos estádios brasileiros em 2014.

Vamos aprofundar nosso diálogo sobre cooperação energética, tanto na área fóssil, como também na área de energias renováveis, envolvendo desde a participação da Petrobras quanto a participação de outras empresas especializadas em energia renovável na área de biocombustíveis.

Queremos identificar projetos que possam elevar a disponibilidade de recursos energéticos em prol da sustentação do forte crescimento econômico da Turquia. Por isso, acredito que a experiência brasileira na produção e uso de biocombustíveis pode ser de grande valia no objetivo da diversificação sustentável da matriz energética da Turquia.

Senhoras e senhores,

As relações entre o Brasil e a Turquia datam de mais de um século e meio. Nos últimos anos, com a visita do presidente Lula aqui à Turquia e do presidente Erdoğan ao Brasil, e dos diferentes ministros que se mantiveram em contato nesse período, nós estamos estreitando não só as nossas relações comerciais, mas também as nossas afinidades no que se refere à visão de mundo. E isso nos permitiu lançar iniciativas criativas que estreitaram os nossos laços.

Nosso Plano de Ação para a Parceria Estratégica oferece uma moldura para o aprofundamento da cooperação bilateral nos campos da política internacional, da agricultura, da ciência e tecnologia, da energia e do comércio.

A realização deste encontro empresarial, eu tenho certeza, será um marco nas nossas relações porque reforça um dos pilares de dinamismo do nosso relacionamento, que é a força do empresariado aqui da Turquia e do empresariado brasileiro.

Separados geograficamente, nossa distância permite-nos abraçar o mundo. Não podemos permitir que ela nos afaste. Que nossas nações – é o que eu desejo – estejam prontas para levar à frente essa aliança estratégica entre o Brasil e a Turquia.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-encerramento-do-encontro-empresarial-brasil-turquia-12min20s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-encerramento-do-encontro-empresarial-brasil-turquia-12min20s>)(12min20s) da Presidenta Dilma

(Vídeo - parte 2)

■

(Vídeo - parte 1)

Salvar

## **07-10-2011 - Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, na abertura oficial da 18ª Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (Efapi)**

**A prefeitura de Chapecó estima que os negócios realizados na Feira cheguem a R\$ 125 milhões. A Efapi conta com 600 profissionais trabalhando no evento, 650 expositores e aguarda a visita de cerca de 520 mil pessoas em todos os dias de sua realização**

**Chapecó-SC, 07 de outubro de 2011**

Olhe, eu quero começar dizendo o seguinte. Há tantas autoridades constituídas aqui neste palanque que, em vez de mencionar uma por uma, correndo risco (incompreensível), como disse o Secretário da Agricultura, correndo risco de esquecer uma ou outra, eu quero tomar a liberdade de saudar a todos na figura daqueles que, na verdade, nos colocam aqui como autoridades constituídas, que é o povo de Chapecó e o povo de Santa Catarina.

Em segundo lugar, eu quero dizer que aqui... interessante, eu estou muito sensível, viu, Ideli; viu, Prefeito? Eu sou muito sensível aos instantes que eu estou vivendo, e aqui eu acabei de visitar o museu que recupera a história, praticamente, do crescimento, da origem de Chapecó, uma história grandiosa, uma história reveladora de que os pioneiros conseguiram transmitir, para os seus pósteros, para aqueles que vieram depois, uma garra extraordinária. Portanto, nós acabamos de homenagear o passado, porque o passado é que mobiliza o presente e nos revela o futuro.

De outro lado, ao mesmo tempo em que Chapecó cultua as suas tradições por meio desse museu, ela avança para o futuro, porque esta Feira, esta Exposição, que já é tradicional – estamos na 18ª, não é isso? –, 18ª, é a revelação do futuro de Chapecó e de Santa Catarina.

De modo que, juntando o passado e o futuro, eu posso dizer, viu, governador Eduardo Pinho Moreira, que nós vivemos um presente esplendoroso. E por isso este presente de Santa Catarina merece o aplauso de todos os brasileiros, e é o que eu quero aqui revelar em nome do governo federal.

Vocês sabem que a presidenta Dilma estaria aqui se não fosse o seu compromisso internacional. Eu, como disse o Luciano, estaria de qualquer maneira porque o Prefeito mandou me convidar, o Celso Maldaner, os colegas todos estiveram lá comigo, e eu disse: eu irei de qualquer maneira. Mas tive a felicidade de vir como Presidente da República em exercício, e eu auguro que esta Feira seja visitada por mais de 500 mil pessoas, porque na última – eu verifiquei no histórico – estiveram aqui 480 mil pessoas visitando esta feira, reveladora, portanto, da grande garra, que eu acabei de apontar, do povo de Chapecó e do povo de Santa Catarina.

Ainda, a tempos atrás... eu conversava há pouco com o Valdir Colatto, e nós recordávamos, nessa questão do Código Florestal, que aqui foi mencionado, nós recordávamos que essas

questões estavam praticamente paralisadas no Congresso Nacional, quando, procurado pelo Colatto, por outros tantos colegas da área da agricultura e de outras áreas, nós acabamos criando uma Comissão Especial. E essa Comissão Especial levou adiante o Código Florestal, que tem um outro embaraço pela frente, mas vai ser logo resolvido no Senado, e, portanto, vai prestigiar a Agricultura brasileira, sem desmerecer... o Colatto está me lembrando que o Luiz Henrique é o relator lá no Senado Federal... sem desmerecer, naturalmente, o Meio Ambiente, portanto, fazendo um desenvolvimento sustentável acompanhado da proteção da economia verde.

Sabem que, no Brasil, nós somos muito conciliadores, e nós temos consciência no governo – a Ideli sabe disso e a presidenta Dilma tem destacado esse ponto... nós somos capazes de conciliar, muitas vezes, interesses contrários. O espírito do brasileiro é esse, e nós sempre chegamos a uma conciliação fruto dessa ponderação, dessa moderação, desse equilíbrio que pauta as ações do brasileiro e, no particular, do nosso governo.

Então, ao vir a uma região... e eu desde ontem à noite confesso que ouvia muito essa questão do Código Florestal, da questão das terras indígenas, eu disse: “Olhe, pouco a pouco, nós vamos equilibrando essas questões de maneira a permitir o desenvolvimento desta região e de Santa Catarina”.

E, pessoalmente, quero dar mais um depoimento pessoal, eu confesso que ontem, desde o instante que eu sobrevoava aqui Chapecó para aterrissar, eu dizia aos meus colegas, ao Valdir Raupp, a todos, ao Rocha Loures, que estavam comigo, eu disse: “Mas que coisa fantástica isso daqui. Uma terra vermelha, uma terra capaz de produzir”. Mas, ao lado da terra que é capaz de produzir, está o seu povo que é capaz de utilizar a terra para fazer a produção.

E eu digo isso, precisamente pautado pelas palavras da nossa ministra Ideli: “Quando nós enfrentamos aqui a possibilidade de uma crise internacional, eu digo, interessante, nós não temos crise aqui no Brasil”. E as pessoas, às vezes, até, me permitam dizer, usam a palavra crise indiscriminadamente. Porque, de vez em quando, eu vejo mesmo, a imprensa me pergunta: E a crise? Muitas vezes a crise é porque caíram dois ministros, três ministros, etc. Mas, que crise? Essa seria uma espécie de crise administrativa, que não existe. E, quando cai um ministro, imediatamente se coloca outro e o governo continua.

Nesta ascensão da palavra crise, a segunda crise seria a crise econômica, com maior potencial prejudicial. Mas eu digo: há crise econômica no país? Não há. Nós estamos preparados para enfrentá-la. Se não estivéssemos preparados para enfrentá-la, nós não viríamos aqui e não estaríamos vendo aqui a exposição grandiosa do agronegócio, da indústria, do comércio que se dá aqui em Chapecó.

A outra crise é crise política. Existe crise política no país? Nenhuma, porque o governo Dilma tem uma base de sustentação extraordinária no Congresso Nacional. Nós temos inúmeros partidos apoiando o governo e mantendo o seu lado no governo, precisamente pelo sucesso que o governo vem tendo ao longo do tempo.

E a pior das crises – portanto, não existe crise política –, a pior das crises é a crise institucional, das instituições. Esta é a mais grave. Esta nem se pensa nela. Nós estamos numa tranquilidade institucional extraordinária, e muito devido... aqui vai mais um símbolo; nós estamos num parque que se chama Tancredo Neves; Tancredo Neves é o símbolo da redemocratização do país e da institucionalização definitiva dos nossos poderes. Então, vejam que coincidência! Falei do museu, falei do progresso da Feira, falei do Tancredo, que nos deu essa capacidade de uma harmonia institucional extraordinária, não é?

Então nós temos hoje no país a possibilidade de crescimento extraordinário. Mas o

crescimento não se dá apenas pela ação do governo. O crescimento... para dizer uma trivialidade, para dizer uma obviedade, quase uma pieguice, aquelas coisas que se atribuem ao Kennedy, que não sabem se é ele: “Não pergunte o que o governo pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo país”.

Eu saio daqui com a sensação mais absoluta, mais segura, mais inafastável, mais correta, mais adequada de que o governo faz muito pelo país, mas o povo – especialmente aqui na Feira, o povo de Chapecó e o povo de Santa Catarina – faz muito pelo Brasil.

Por isso, ao participar desta reunião, ao abrir esta reunião, saudando, naturalmente, a todos, especialmente o governador Colombo, que se atrasou e está chegando mais tarde aqui, por razões de tempo não pôde chegar a tempo, (incompreensível). Na verdade, saudando a todos, eu espero que eu possa... eu vejo que a Feira se faz a cada dois anos, eu espero que a minha vinda aqui não desestimule os organizadores e que daqui a dois anos eles possam ir lá me convidar novamente para que eu venha mais uma vez aplaudir a Feira, Chapecó e Santa Catarina.

Muito obrigado.

Ouça a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-oficial-da-18a-exposicao-feira-agropecuaria-chapeco-sc-8min15s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-oficial-da-18a-exposicao-feira-agropecuaria-chapeco-sc-8min15s>) (08min15s) do Presidente em exercício

## **07-10-2011 - Palestra “Brasil e suas Perspectivas” proferida pelo Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante café da manhã na 18ª Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (Efapi)**

**Presidente em exercício discursa durante café da manhã com expositores da 18ª Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó**

**Chapecó-SC, 07 de outubro de 2011**

Muito bem, a primeira palavra que eu quero dizer é a seguinte: eu fui, há tempos atrás, mais ou menos um mês, eu creio, dois meses, eu recebi no meu gabinete o presidente desta Feira, o Luciano, acompanhado do Edinho Bez, do Valdir Colatto, que são aqui de Chapecó, do Celso Baldani, que é aqui de Chapecó, e do Valdir Colatto, do Gean Loureiro, o Gean Loureiro, Pedro Uczai, e lá eles me convidaram para esta Feira.

Eu viria aqui, prefeito José Cláudio, eu viria aqui como vice-presidente da República. Curiosamente, num dado momento, a Presidenta faz uma viagem e eu chego aqui como presidente em exercício. De modo que, para mim, é uma honra em dobro. Em primeiro lugar, pelo convite que eu recebi, como vice-presidente e, em segundo lugar, por representar aqui uma figura extraordinária na política nacional e do governo, que é a presidenta Dilma Rousseff.

Quero saudar a ministra de Estado chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. E vou dizer a vocês: a Ideli faz um trabalho excepcional lá na área federal.

Vocês sabem que trabalhar na área política não é fácil. Cada prefeito, cada vereador sabe disso, nós todos, deputados federais e estaduais sabemos disso. Mas a Ideli, ela trabalha com, digamos assim, pelo menos... 513 mais 81, cerca de seiscentas e tantas instituições, porque cada deputado federal e cada senador é uma instituição por si só. E não é fácil compor os vários interesses, sempre interesses voltados para a grandeza do país. Mas a Ideli consegue, com muito cuidado, com muito jeito, fruto da sua experiência parlamentar, da sua experiência em outros setores, ela consegue compor os interesses do Congresso Nacional em benefício do governo.

De modo, Ideli, que eu não quero deixar, ao saudá-la, de fazer esse registro, como membro do Executivo, como vice-presidente da República que acompanha diuturnamente o seu trabalho no Congresso Nacional.

Quero saudar o nosso vice-governador do estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, que faz um excepcional trabalho também aqui, em Santa Catarina. Sempre foi – é do meu partido –, sempre foi preocupado com os destinos do PMDB.

Prezado senador Valdir Raupp, a quem também saúdo – sempre preocupado com os destinos do partido e, agora, preocupado com os destinos de Santa Catarina.

Olha, Ideli, ontem nós jantamos, eu, ele, o Dário Berger, o Colatto, e ele me passou tantos pleitos, tantos pedidos em nome de Santa Catarina, que eu disse: “Vou levá-los todos para a Ideli”.

De modo que eu saúdo com muito agrado, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, saúdo o meu Senador Valdir Raupp, velho companheiro, presidente hoje do nosso PMDB, que é catarinense, não é? Interessante quando se fala do Valdir Raupp sendo de Rondônia ele sempre corrige. Ele diz: “Olha, eu nasci em Santa Catarina”. Portanto, ao dizer “Eu nasci em Santa Catarina”, ele está exatamente dizendo qual é a sua pátria. E ao saber que vinha para cá ele disse: “Olha, se você não se incomodar, eu vou lá para o meu estado”, e veio comigo. Fomos a Aracaju ontem, e de Aracaju viemos para cá. Vocês vejam o sacrifício que ele fez indo simplesmente me acompanhar a Aracaju para estar no dia de hoje, no dia de hoje, aqui.

Quero saudar meus prezados colegas, amigos, deputados federais Valdir Colatto, Celso Maldaner, Gean Loureiro, Pedro Uczai, Edinho Bez, todos eles. Pedro Uczai é mais recente, mas os demais, todos, trabalharam intensamente comigo na Câmara Federal, Dário, e trabalharam intensamente não só ajudando Santa Catarina, mas ajudando o país e, no particular, me ajudando. Porque graças a eles eu fui três vezes presidente da Câmara dos Deputados. Trabalharam muito por mim, me ajudaram muito, de modo que eu quero também publicamente registrar esse apreço e essa... esse agradecimento.

Quero saudar os deputados estaduais (incompreensível), Dirceu, Augustiani, o Mauro, não é? O prefeito de Chapecó, que ontem me embotonou – eu até disse que estava sendo emedalhado – mas eu vi num jornal hoje que você havia me embotonado, porque me botou um *botton*, que é um neologismo da língua portuguesa, mas muito bem aplicado. De modo que você, ontem, me recebeu muito gentilmente, me embotonando com o dístico aqui de Chapecó.

Quero saudar meu velho amigo, Dário Berger, esta figura excepcional da política, já não digo apenas de Santa Catarina, mas da política nacional. E exatamente em função da sua postura como político de natureza nacional, ele pode comemorar, com o aplauso de todos, a vitória que teve no Tribunal Superior Eleitoral, que reconheceu, como disse ele, a soberania popular e não os litígios de natureza individual que são levados ao Poder Judiciário. Dou os parabéns a você, Dário.

Quero saudar mais uma vez o presidente da comissão central organizadora, da Efapi, que já esteve comigo, Luciano Buligon, o coordenador da comissão central organizadora desta Efapi, Márcio Sander, saudar prefeitos, vereadores, dizer mais uma vez da minha satisfação de estar aqui sendo tão bem recepcionado, Ideli, é uma coisa extraordinária.

Nós, da área política, nós todos que estamos aqui, nós sabemos quando as pessoas nos recebem apenas pelo cargo ou nos recebem, além do cargo, pelo sentimento pessoal. E eu vejo desde ontem que há um sentimento pessoal muito, digamos assim, simpático, uma coisa assim de quem... de quem vê com agrado uma determinada figura. De modo que eu quero muito agradecer esta recepção.

E, inicialmente, eu quero também registrar que nós aqui estamos com prefeitos e vereadores, não é? Prefeitos e vereadores. E eu tenho especial apreço pelos municípios.

E até por um vício profissional – é interessante, vou contar esse episódio a vocês –, desde o início da minha vida acadêmica, eu via lá que a União e os estados eram autônomos e que poderiam legislar sobre os assuntos do seu interesse, interesse arrolado no texto

constitucional. Já no caso dos municípios, dizia assim: "Os municípios, que poderão legislar sobre os assuntos do seu peculiar interesse, ou do seu interesse especial..." E eu sempre fiquei com essa coisa na cabeça, não é? Como é que o município legisla sobre o seu peculiar interesse? De onde vem essa expressão?

E nas minhas pesquisas e estudos, eu, que sempre tive os olhos voltados para o município... Porque quando os municípios vão bem, o estado cresce e a União se desenvolve. Então eu, pensando nisso, dizia eu, fui pesquisar e verifiquei uma coisa curiosíssima: vocês sabem que a autonomia municipal, a autonomia administrativa, a autonomia política, é anterior à própria independência do Brasil.

Quando havia, no Brasil Colônia, depois no Brasil Vice-Reino, no Brasil das capitâncias hereditárias, do governo geral, as chamadas cidades e vilas, as cidades e vilas tinham que obedecer às ordenações manoelinas e afonsinas do Reino Português. Agora vocês imaginem se antes de 1822, se aqui, nas cidades e vilas, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Nordeste, se iriam aplicar, Luiz Cláudio, se iriam aplicar, José Cláudio, as ordenações manoelinas ou afonsinas. Na verdade, nas cidades e vilas, as pessoas se agrupavam e estabeleciam uma espécie de governo próprio, e não só estabeleciam regras para o desempenho daquela comunidade, como estabeleciam quem comandava, não é?

Então, a autonomia municipal, quer dizer, a autonomia no sentido de governo próprio, ela é anterior à própria Independência brasileira. E, curiosamente, ao longo do tempo, desde a Constituição do Império, quem examina a Constituição de 91, 34, 37, 46, vai verificando que houve um trabalho, de alguma maneira, de centralização. De alguma maneira foram se retirando, digamos assim, atividades do município para centralizá-los no estado ou na União, eu sou obrigado a dizer isso. Tanto que a todo momento, quando se fala, por exemplo, em reforma tributária, o que as pessoas dizem é o seguinte: "Olhe, mais do que reforma tributária, vamos fazer uma revisão do Pacto Federativo, para fazer com que os municípios tenham mais competências e cada vez mais recursos. Porque não adianta entregar competência para o município, também, se ele não tem recurso para desenvolvê-la. E esta é uma tese, digo a vocês com muita franqueza, a Ideli sabe disso, uma tese muito cara ao governo federal. Toda vez que se fala numa reforma tributária, a preocupação de todos é o prestígio dos municípios.

Então eu, por um vício profissional, eu começo falando desse tema, acho que é uma coisa importante, é uma coisa fundamental para o nosso país. De modo que está aí a razão desta brevíssima introdução, a respeito da figura do município.

E nós todos sabemos, para dizer o óbvio, que o prefeito e o vereador são, da classe política, as pessoas mais sacrificadas, porque o sujeito está lá na sua porta, está batendo à sua porta, está encontrando você na rua, está encontrando você no bar, portanto, está cobrando, muito acentuadamente, as providências de natureza administrativa, não é?

Então, a ideia de fazer esta reunião com os prefeitos me agradou muito, porque isso é interessante. Congregar os prefeitos e vereadores, e prefeitas, é uma coisa fundamental. E Santa Catarina, que é um estado que tem os olhos postos no futuro, percebeu logo isso e, por isso, a Efaf, antes de inaugurar, disse: "Vamos reunir e conversar com prefeitos e vereadores".

Portanto, ao dizer essas palavras, eu quero também registrar esse caso da BR-282. Interessante, eu vim, viu, Eduardo? Eu vim quatro, cinco vezes, aqui, seis vezes, como disse o Dário, aqui em Santa Catarina durante a campanha eleitoral, trazido pelo João Matos, pelo Paulo Afonso, pelo Edinho, por tantos companheiros, não é? Pelo Celso Baldani, pelo Valdir Colatto, pelo Gean Loureiro, e eu sempre recebia, como reivindicação, essa coisa da BR-282.

E, de fato, é uma questão que nos sensibilizou a todos, sensibiliza a Ideli, já pude verificar pelas suas palavras. Mas eu quero apenas lembrar que durante muito tempo... É interessante, é uma postulação antiga, acho que tem mais de 40 anos que se pleiteava, em primeiro lugar, a conclusão da BR-282, que foi concluída no governo passado, no governo do presidente Lula. E agora, quanto à duplicação... No Brasil é assim mesmo: quando você conclui um trabalho, você tem que partir logo para o outro trabalho, porque o Brasil desenvolveu-se com uma tal intensidade, com uma tal rapidez, que se impõe que a todo momento haja novos gestos administrativos federais. E, por isso, o Celso Baldani, os prefeitos e todos vêm me entregar um documento pedindo precisamente a duplicação da BR-282, pleito que eu ouvi durante toda a campanha, aqui em Santa Catarina.

E eu devo registrar – eu tenho esses dados – que já há estudos para a viabilidade técnica, exame da viabilidade técnica, desta duplicação que já vão em estágio avançadíssimo, que é exatamente para a duplicação. Então, se Deus quiser, quem sabe – quem sabe, não é? – até o final do governo a gente venha aqui já com os estudos de viabilidade técnica processados, projeto aprovado, licitada a obra e início da obra. Que nós possamos vir aqui, quem sabe, e até, se não me engano, é do trecho do km 283 para o km 680, que é o estudo de viabilidade técnica que está sendo feito. Quem sabe eu venho aqui, ainda na qualidade de vice-presidente, e possa dizer: “Olha, não só começamos como já vai em ritmo avançado a duplicação”. Isso eu posso dizer que todos nós estamos empenhados nisso, não é? E, se não acontecer isso, vocês cobrem da Ideli.

Então, meus amigos, eu estou me estendendo um pouquinho pela oportunidade de ter estes ouvidos atentíssimos e vejo que estou até prejudicando um pouco o café dos senhores, porque às 10 horas nós temos, logo mais, a nossa inauguração da Feira. Mas eu quero mais uma vez saudar o carinho, digamos, cívico com que nós fomos recebidos aqui. Vocês sabem que o Brasil está crescendo muito – eu vou dizer o óbvio – mas eu quero registrar; vou tomar mais três minutos dos senhores.

Vocês sabem que há pouco tempo eu fui, representando o governo, representando a Presidente Dilma, numa solenidade da Agência Estado de São Paulo, jornal Estado de São Paulo, Eduardo, para premiar as lojas que mais se desenvolveram nesses últimos três anos; e quando eu vi a premiação, eram lojas não de artigos finos, digamos assim, mas de artigos mais populares, que tiveram uma expansão extraordinária. E essa expansão extraordinária, no meu discurso eu registrei, eu disse: “Interessante como nós tiramos mais de 30 milhões da extrema pobreza para alocá-los na classe média, embora classe média ainda baixa ou classe média, média, essa gente passou a consumir. E passando a consumir, o que se deu foi precisamente – foi precisamente – o desenvolvimento dessas lojas médias. Essas lojas tiveram um desenvolvimento extraordinário pelo aumento do consumo. E o aumento do consumo significa precisamente o aumento da produção”. Aquilo, no meu discurso, quando eu disse, até as pessoas disseram: “Puxa, é isso mesmo!”, Dário. Porque, na verdade, o consumo desse... de 30 milhões de pessoas que não consumiam, passaram a consumir, como agora no plano contra a miséria, que foi lançado pela presidente Dilma, nós queremos tirar as 16 milhões de pessoas que ainda estão na miséria para elevá-las à classe média e, portanto, fazer com que os estabelecimentos comerciais, industriais tenham um desenvolvimento muito maior, não é? Então, esta realidade é uma realidade incontestável.

Hoje, quando nós vamos foros internacionais, aos encontros internacionais, e eu me lembro, e eu fui presidente da Câmara dez anos, duas vezes, 10, 12 anos atrás, e quando eu chegava nos foros parlamentares diziam: “É aquele tal presidente da Câmara, Michel Temer” “Ah, pois não, senta aqui no canto”.

Hoje eu, depois de presidente da Câmara, agora, em 2009/2010, eu ia aos foros

parlamentares: "Ah, esse aqui é o Temer, presidente da Câmara dos Deputados". "Ah, por favor, venha aqui à mesa principal. E o Brasil? Etc, etc, etc".

Porque nós estamos num grande momento e, para estarmos num grande momento, nós temos que tocar, muito rapidamente, nessa questão da crise internacional. Estive há pouco tempo na Rússia, tratando desse assunto, e, depois, em Nova York, falando para empresários americanos. E lá, evidentemente, as pessoas querem saber: "Isso aqui vai atingir o Brasil? Essa crise que nós temos, a crise da Europa, vai atingir o Brasil?" Eu disse: "olhe, nós temos que ser cautelosos, não sabemos o que vai acontecer".

Mas hoje nós temos reservas monetárias acentuadíssimas, que não tínhamos no passado, temos mais de US\$ 350 bilhões em reservas, excedendo a dívida externa em mais de US\$ 60 bilhões. Então, nós estamos preparados para enfrentar um eventual ingresso de uma crise internacional aqui no Brasil, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, nós temos o *know-how* da crise de 2008-2009, quando vocês lembram que o Lula, o presidente Lula, dizia: "Olha, vamos consumir, não vamos nos assustar". Pelo contrário, dizíamos numa conjugação – eu era presidente da Câmara – do Executivo com o Legislativo: "Vamos aproveitar a crise, vamos ver o que a crise pode nos fornecer". E, de fato, o Brasil enfrentou a crise, Dário, com uma tranquilidade, Valdir Raupp – você estava no Senado –, com uma tranquilidade extraordinária, quase não sentimos aqui.

E hoje, o que faz a presidente Dilma? Ela vai e diz: "Minha gente, vamos continuar a consumir, vamos continuar a produzir, para que a crise não nos atinja". Então, há um otimismo hoje, no Brasil, que é revelado em todos os setores.

Mas eu digo ao prefeito José Cláudio e ao Luciano, e a todos, eu digo que a síntese desse otimismo brasileiro está, certamente, nesta feira que nós vamos inaugurar logo mais, porque ela é a síntese da produção nacional, na indústria, no comércio, na agricultura.

E, por isso, nós queremos, eu, o Valdir Raupp, o Rocha Loures, nós sairemos daqui com a alma, digamos, incendiada pelo desenvolvimento de Santa Catarina e pelo sucesso que, certa e seguramente, esta feira terá, com a visita de mais de 500 participantes.

Muito obrigado.

Ouçã a íntegra do [palestra \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-palestra-brasil-e-suas-perspectivas-proferida-pelo-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cafe-da-manha-na-18a-exposicao-feira-agropecuaria-industrial-e-comercial-de-chapeco-efapi-chapeco-sc-18mim47s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-palestra-brasil-e-suas-perspectivas-proferida-pelo-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cafe-da-manha-na-18a-exposicao-feira-agropecuaria-industrial-e-comercial-de-chapeco-efapi-chapeco-sc-18mim47s) (18min47s) do Presidente em exercício, Michel Temer

# **13-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades**

**Presidenta Dilma realiza anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades para Curitiba**

**Curitiba-PR, 13 de outubro de 2011**

Olha, muito obrigada pelos aplausos, pelo “Dilma, Dilma”, e muito boa tarde também.

Queria agradecer as palavras do governador Beto Richa. E, ao cumprimentá-lo, dizer da importância dessas parcerias que são, sobretudo, manifestação do respeito republicano que tem de ser a conduta em relação a todos os entes federados.

Queria cumprimentar, também, o prefeito Luciano Ducci, parceiro importante, junto com o governador, prefeito de Curitiba, parceiro nessa... nesse desafio que, no Brasil, tem sido a implantação dos metrô.

Queria cumprimentar, também, dois ministros paranaenses: a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e o Paulo Bernardo, das Comunicações.

Queria cumprimentar, também, a ministra Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão; o ministro Mário Negromonte, das Cidades, que é o responsável por toda essa área de mobilidade urbana do governo federal.

Cumprimentar e dar um abraço ao Flávio Arns, vice-governador do Paraná,

Queria cumprimentar, aqui, o senador Sérgio Souza,

E os deputados federais Alex Canziani, Andre Vargas, André Zacharow, Angelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Eduardo Sciarra, Luiz Carlos Setim, Osmar Serraglio, Ratinho Júnior, Rosane Ferreira e Zeca Dirceu.

Cumprimentar o prefeito de Colombo, presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, J. Camargo,

Queria dar um cumprimento especial aos prefeitos da região metropolitana de Curitiba aqui presentes: a Lucimeri de Fátima Santos Franco, de Bocaiúva do Sul; o José Antônio Pase, de Campo Magro; Francisco Luis dos Santos, de Fazenda Rio Grande; Luiz Goularte Alves, de Pinhais; Ivan Rodrigues, de São José dos Pinhais.

Senhoras e senhores deputados estaduais e lideranças políticas do estado aqui presentes,

Senhoras e senhores empresários e dirigentes sindicais,

Senhoras e senhores profissionais da imprensa, jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

No Brasil, e eu quero afirmar, no mundo, discutir e planejar o transporte coletivo em áreas de grande concentração urbana têm como reverência a cidade de Curitiba e o que aqui foi realizado. Esse reconhecimento que nós devemos fazer, desde o ex-prefeito Jaime Lerner até os prefeitos que estão aqui hoje presentes, o prefeito Beto Richa e o prefeito Luciano Ducci, esse reconhecimento é um objeto de orgulho.

Eu estava contando para o Governador que eu estive essa semana passada lá na Turquia, e na cidade de Istambul era possível ver canaletas e era possível ver ônibus e também as estações como foram feitas aqui. Isso não significa que nós devemos diminuir a importância desse momento e da construção do metrô; pelo contrário, acho que um dos problemas graves do nosso país foi ter deixado as cidades crescerem, crescerem, em algumas, a gente percebe a imensa dificuldade de lidar com espaço urbano sem uma solução integrada, sem uma solução na qual o metrô fosse um dos modais a ser integrado.

Por isso, eu considero muito importante estar aqui, e é fundamental que a gente reconheça a rede integrada de transporte de Curitiba como um modelo pioneiro em modernização e reestruturação do sistema de transporte urbano. É sem dúvida um exemplo de transporte público. E nós todos sabemos que esse exemplo correu o mundo, foi para países em desenvolvimento e países desenvolvidos, esteve nessa ponta da Ásia com a Europa, na América Latina e nos Estados Unidos, então eu tenho certeza de que nós aqui vivemos mais uma vez um momento especial. Por que o governo federal, de fato, está muito preocupado com a questão urbana do Brasil. Esta é uma das questões mais sérias. E ela tem vários aspectos: tem o aspecto da segurança, daí a importância que o Governador já contou para vocês, que nós estamos dando a um investimento que, muitas vezes, o poder público não deu tanta importância, que é o investimento no sistema prisional, que tire uma pressão violenta que há sobre as delegacias e modifique a forma pela qual o Estado brasileiro trata essas populações e, ao mesmo tempo, protege os seus cidadãos, dando segurança às famílias... Mas, voltando à questão urbana, ela é uma das mais importantes questões, e a questão da habitação é um dos elementos básicos, por isso nós fizemos o Minha Casa, Minha Vida 1 e 2.

Mas, nas grandes cidades brasileiras, a importância do transporte de massa é um elemento chave. Nós queremos que a população brasileira continue tendo automóveis, que ela compre seu carro, mas nós queremos que esse carro não seja o principal meio de transporte no cotidiano das populações. Nós não podemos ser um país que acha que se segrega o transporte público: o transporte público é para os segmentos populares, e o transporte privado, o automóvel, é para os mais ricos e para as classes médias. No mundo inteiro, o metrô é um instrumento de democratização do espaço urbano.

Por isso, é um momento muito importante, nessa cidade, que deu a sua contribuição para a questão do conceito de transporte urbano, o que foi copiado por uma parte do mundo, o que nos deve orgulhar, seja aqui que nós também tenhamos a possibilidade de fazer essa integração entre esses diferentes modais. E trazer a questão do metrô como um eixo de articulação para uma cidade cada vez mais centro de atração de uma das regiões econômicas mais fortes do País, trazer justamente aqui, para Curitiba, para o estado do Paraná, este investimento.

E, também, vocês podiam me perguntar: “Mas por que o governo federal está colocando recursos numa área que tradicionalmente não era dele?”. Eu acho que essa questão de área de quem tem de ser superada, essa é uma discussão do passado. É muito importante que haja cooperação entre o governo federal, governo estadual e município para resolver questões que implicam em investimentos muito vultosos, em investimentos muito significativos.

Por isso, o governo federal, de fato, tem um programa, que nós estamos investindo, como disse o ministro Mário Negromonte, R\$ 30 bilhões no período até 2014 na questão da mobilidade urbana, tanto das grandes como das médias e das pequenas cidades. Mas, no caso específico das grandes cidades, nós demos prioridade a alguns projetos e algumas regiões, seja pelo tamanho da sua população, porque a Grande Curitiba vai ter mais – já tem mais, não é, Governador? – de 3 milhões de habitantes. Então, fazer a articulação do transporte nessas grandes cidades é algo fundamental para o Brasil. E nós reconhecemos no projeto e na visão do metrô curitibano, essa primeira fase que foi batizada de “linha azul”, nós reconhecemos nesse projeto um projeto de qualidade.

E, por isso, dos R\$ 2 bilhões e 500 milhões de investimento, sabendo que este é um projeto de grande relevância para a população da cidade de Curitiba, e também do estado, nós, o governo federal vai arcar com 1 bilhão do seu próprio orçamento, e R\$ 750 milhões nós financiaremos com juros, obviamente, acessíveis e adequados a um projeto que precisa de um certo fôlego para ser amortizado.

Então, reconhecendo isso, mobilizamos entre 1 bilhão, 750 [milhões] de recursos para esse projeto, para esse programa. E contamos com uma grande colaboração para o restante dos recursos do governo do estado, os que vão tomar e vão pagar o financiamento... aliás, o governo do estado e o município. Por quê? Porque essa parceria só vai dar certo... Nós, sozinhos, a União, sozinha, não tinha como fazer; o estado, sozinho, não tinha como fazer; o município sozinho não tinha como fazer. Mas nós três, juntos, temos como fazer, e eu tenho certeza de que faremos.

Eu fico pensando, quando estava falando tanto o Prefeito quanto o Governador, de como ele, esse projeto, tem um aspecto não só de organizar o território, no sentido do transporte, mas também pelo fato de que ele permite, na medida em que vai se transportar 400 mil passageiros por dia, permite que nós tenhamos uma redução imensa de gás de efeito estufa aqui dentro de Curitiba, o que é um aspecto importante da qualidade de vida da população. E, sem sombra de dúvida, a integração da passagem de toda a rede de transporte, ela vai significar, também, uma melhor... uma condição, eu diria assim, mais acessível para a população. Por isso, por todos esses aspectos, eu considero muito importante este momento.

Queria destacar, também, que uma parte que eu acho extremamente relevante é a utilização do espaço que vai ficar cobrindo o metrô como um espaço de integração, lazer e cultura da cidade. Isso também mostra o caráter muito adequado desse projeto.

Dentro dessa visão de que nós precisamos investir na questão da mobilidade urbana, eu queria dizer que o governo federal também teve uma grande preocupação, no que se refere à Copa, de deixar um legado. E, para isso, nós estamos financiando um conjunto de obras. Eu vou dar alguns exemplos: a construção do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária, o corredor... a requalificação do Corredor Marechal Floriano da Rodoferroviária, das vias de integração Radial Metropolitano e do Terminal de Santa Cândida, além de outros investimentos. Por que eu estou citando isso? Porque eu acho que o processo de recuperação do espaço urbano brasileiro, ele não vai se dar só sobre um investimento ou um modal, nós temos de usar todos, sem preconceito: metrô, BRT, VLT, corredores, enfim, nós temos de ser capazes de correr contra o tempo. Porque, na verdade, nós já tínhamos de ter antecipado ao crescimento da pressão urbana e termos investido ao longo das décadas de 80, 90 e, agora, na década de... no início do século XXI, nós já tínhamos de ter a possibilidade de ter todos esses investimentos feitos.

Mas vamos nos lembrar bem que o Brasil passou por um momento muito difícil na sua história, que foi a chamada “crise da dívida”, que começou em [19]82, crise da dívida soberana. E hoje, o que nós estamos vendo? Nós estamos vendo a Europa passar por algo

similar, eu não estou dizendo que é igual, estou dizendo que é similar. E nós sabemos o quanto nós perdemos de oportunidades nas duas décadas em que estivemos sob a ingerência do Fundo Monetário Internacional nas nossas políticas de investimento e de consumo.

É verdade que o país só saiu dessa situação de crise quando combinou duas coisas, no passado: primeira coisa, combinou todo um processo de solução da dívida soberana da União e dos estados; a recuperação dos seus bancos, com a Lei de Responsabilidade Fiscal e maior critério com a responsabilidade de investimento fiscal. Mas nós só saímos de fato dessa situação quando começamos a investir e a incluir, e conseguimos levar às classes médias 40 milhões de pessoas. E é isso que nos torna fortes hoje. É isso que nos torna fortes hoje: é nós termos um mercado interno da proporção que nós temos, e termos colocado milhões de brasileiros como consumidores, trabalhadores e pequenos empresários.

Por isso, nós estamos dando mais um passo nessa direção. E daí, amanhã a região Sul, na presença do Governador aqui, do Paraná, nós iremos assinar o Pacto do Brasil sem Miséria, porque nós vamos tirar da miséria – esse é o nosso objetivo –, nós vamos transformar em consumidores, em trabalhadores, em empreendedores e, portanto, em cidadãos – e é esse o nosso grande desafio – mais 16 milhões de brasileiros que, segundo o dado do censo do IBGE, ainda vivem em condições de miséria.

E eu tenho muito orgulho de dizer isso para vocês porque participei do imenso esforço do governo do presidente Lula nessa direção, de criar um Brasil com uma sustentação muito forte no seu mercado interno, uma sustentação que é a base da nossa capacidade de resistir, também, a essa crise que afeta – ninguém pode, hoje, ficar discutindo se existe ou não –, mas que afeta os países da União Europeia e, de uma outra forma, os Estados Unidos.

E nós temos essa capacidade por dois motivos: porque temos bancos fortes, porque temos uma política fiscal consolidada, porque temos reservas internacionais, somos o quarto país, quarto ou quinto país em reservas internacionais, porque somos, hoje, um país que, diante dessa crise que despencou para menos qualquer coisa o crescimento dos países desenvolvidos, ou para próximo de zero, nós temos condições de resistir a esse momento que é muito... que foi muito grave, tem sido sistematicamente grave, porque parece que não há um empenho, eu diria assim, não um empenho, mas uma convicção política uniforme entre os diferentes líderes, em como lidar com essa crise internacional.

Nós, de fato, já vimos uma parte desse filme. Eu não digo que nós vimos o filme inteiro, mas uma parte desse filme nós todos conhecemos. Nós sabemos o que é a supervisão do Fundo Monetário, nós sabemos o que é proibir que o país faça investimentos. Eu lembro perfeitamente quando se começou as tentativas de fazer investimento na área de saneamento para todo o Brasil, nós tínhamos 500, R\$ 500 milhões, para todo o Brasil. Era o que o governo federal tinha quando a gente ainda estava sob a gerência do Fundo, se eu não me engano, até 2005. Quinhentos milhões de reais é o que nós investimos hoje numa cidade – Manaus – R\$ 500 milhões. Investir do Orçamento do governo federal 1 bilhão num metrô seria inimaginável nesse período.

Por isso, eu acho que a gente tem que continuar firme macroeconomicamente muito sério, muito prudente, dando os passos que a gente pode dar com as nossas pernas, olhando a inflação com um olho e o crescimento com outro, mas tendo certeza de uma coisa: se nós não continuarmos investindo, melhorando a qualidade da infraestrutura do nosso país, assegurando investimentos industriais, como foi aquele que eu tive muito prazer, junto com o governador Beto Richa, lá em Brasília – se eu não me engano foi sábado, não é? É porque tem hora que eu não sei qual sábado. A gente viajar dá nisso. Foi num sábado que nós fizemos essa comunicação do investimento da Renault-Nissan aqui no Paraná e lá no Rio de

Janeiro.

Nós temos, de fato, de continuar com projetos da qualidade desse aqui, do metrô curitibano. E eu tenho certeza, quero dizer para vocês: com a nossa parceria, com essa parceria, que é feita e fundamentada no interesse da população aqui do estado do Paraná e de Curitiba, em relação à qual eu tenho responsabilidade, porque eu fui eleita pelos brasileiros para governar o Brasil.

Eu quero dizer a vocês, tanto o Governador como o Prefeito, mas como todos os prefeitos, podem estar certos de que nós faremos o nosso impossível para viabilizar os investimentos necessários, para viabilizar também os programas sociais necessários para o nosso país.

Agradeço a vocês e queria dar os parabéns a Curitiba pela qualidade do projeto. A ministra Miriam Belchior estava fazendo uma avaliação comigo, dizendo que entre os projetos apresentados, o projeto aqui, do Prefeito, era um dos melhores. Não vou dizer que era o melhor, porque senão me pegam depois, era um dos melhores.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-mobilidade-urbana-grandes-cidades-curitiba-pr-24min06s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-mobilidade-urbana-grandes-cidades-curitiba-pr-24min06s>) (24min16s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 14-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante solenidade de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades

**Presidenta Dilma anunciou investimento de R\$ 1 bilhão do Orçamento da União para a primeira etapa do metrô de Porto Alegre**

**Porto Alegre-RS, 14 de outubro de 2011**

Boa tarde a todos aqui presentes.

Queria cumprimentar o nosso governador, governador dos gaúchos, Tarso Genro,

Queria cumprimentar a nossa primeira-dama Sandra Genro,

E cumprimentar o representante, aqui, do Legislativo brasileiro, deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados,

Cumprimentar todos os ministros que me acompanham: a ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego; ministro Paulo Bernardo, das Comunicações; ministro Mário Negromonte, das Cidades; Maria do Rosário, de Direitos Humanos.

Cumprimentar o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, deputado Adão Villaverde,

A senadora Ana Amélia,

Senador Paim,

Deputados federais aqui presentes,

Senhor José Fortunati – meu querido parceiro nessa empreitada, juntamente com o governador Tarso Genro –, prefeito de Porto Alegre.

Primeira-dama Regina Becker,

A senhora Sofia Cavedon, presidenta da Câmara Municipal de Porto Alegre,

Queria cumprimentar aqui as senhoras e os senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

Eu entendo perfeitamente que o Tarso deseja que eu volte sempre, e o mais cedo possível. Mas para mim – sabe, Tarso? –, vir a Porto Alegre é sempre um prazer. É um prazer porque foi aqui que eu passei uma parte muito importante da minha vida, é aqui que mora a minha família mais próxima, e esta cidade que me acolheu por... eu não vou dizer a quantidade de anos, porque já está ficando, assim, uma... uma barbaridade, mas é um pouco acima de 30, 30 anos, e de vida profissional, política, vida pessoal e sentimental. Para mim é muito

importante estar aqui.

Sem sombra de dúvida, essa é uma cidade que eu conheço e aqui vivi momentos importantes, nesta mesma sala, como secretária do nosso ex-governador, meu querido companheiro Olívio Dutra. E eu quero dizer para vocês que o Rio Grande do Sul e Porto Alegre foram muito generosos comigo. E sempre eu vou me lembrar de Porto Alegre como sendo uma das cidades mais agradáveis de se viver.

Mas Porto Alegre cresceu. Porto Alegre cresceu e, em qualquer programa de mobilidade urbana do Brasil, Porto Alegre se caracteriza como uma das grandes cidades brasileiras. E a região metropolitana, então, ela é muito significativa do que é a concentração populacional urbana do Brasil.

Uma coisa o meu governo – e o governo, também, do presidente Lula – percebeu, e eu percebo de forma muito clara: a importância da questão urbana para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Esta é uma questão de grande dimensão, porque é nas cidades que as pessoas têm de se movimentar. E aí a questão da mobilidade urbana é uma questão política e econômica muito importante. Da casa para o trabalho, da casa para o lazer e, também, o movimento de mercadorias e de pessoas na atividade de construção da economia.

As pessoas passam uma parte da vida delas no transporte urbano, hoje, nas grandes capitais brasileiras. Por isso, nós, reconhecendo esse fato, construímos o Programa de Mobilidade Urbana no Brasil. E no Programa Mobilidade Urbana nas Grandes Cidades, Porto Alegre tem de ser contemplada devidamente. E contemplada significa o seguinte: um dos gastos maiores, no que se refere à mobilidade urbana, é metrô. Talvez, entre todos os modais de transporte urbano... não é bem um modal, mas entre os VLTs, os BRTs, os corredores, os monotrilhos, o metrô é, sem sombra de dúvida, aquele investimento que exige maior volume de capital.

Difícilmente, no passado, o governo federal fazia inversões nessa área. A partir do governo do presidente Lula, logo depois que nós liquidamos as nossas posições de endividamento com o Fundo Monetário e passamos a dirigir a nossa própria vida, nós começamos a investir nos metrôs, que foram parcialmente feitos ao longo de mais de duas décadas. Mas ainda não tínhamos estrutura para encarar a questão da mobilidade urbana nas grandes cidades.

E eu quero dizer para vocês que ao longo do tempo, se a gente vai olhar como é que planejaram o desenvolvimento urbano no Brasil, vocês vão encontrar algo muito estranho, que é um determinado desprezo pelo metrô. Porque se defendia que este era um país pobre, não devia investir em metrô, isso era incorreto, devia investir em corredor de ônibus.

Esta é uma visão que mostra como que você internaliza e faz da necessidade virtude, ou do percalço, virtude. Por quê? O que havia? Não havia recursos, porque o Brasil vivia uma crise da dívida muito similar a essa que hoje a Europa passa. E, aí, a justificativa para não se fazer uma obra necessária, porque não se tinha dinheiro, era tornar essa obra demonizada.

Ora, para nós é imprescindível que as grandes cidades brasileiras sejam atendidas por metrô. Assim que nós tivemos recursos, nós procuramos, como muito bem descreveu aqui o prefeito Fortunati, nós procuramos os projetos que havia. Porque nós temos perfeita consciência de que é impossível fazer metrô sem que a gente tenha uma cooperação republicana entre governo federal, governo do estado e, sobretudo, o governo municipal. É importante que esses atores estejam presentes para que essa obra, que exige recursos volumosos, saia.

Daí porque metrópoles como Porto Alegre não só devem ter, como merecem ter metrô. Nós vamos iniciar um processo. Dos R\$ 2 bilhões e 450 milhões, o governo federal vai botar, a

fundo perdido, R\$ 1 bilhão, tirando do seu orçamento, para tornar esta obra viável do ponto de vista econômico e, sobretudo, tarifário, social, para a população das cidades brasileiras.

O que nós estamos aqui colocando para... esse R\$ 1 bilhão que nós estamos colocando para Porto Alegre é, sobretudo, olhando a necessidade de um transporte rápido, de qualidade e extremamente justo do ponto de vista da capacidade de pagamento da população. É por isso que R\$ 1 bilhão é a fundo perdido.

Ao mesmo tempo, o governo federal coloca à disposição do estado e do município até 750 milhões de financiamento. E o governo do estado e o município podem, de acordo com a sua necessidade, tomar esses 750 milhões, ou fazer uma composição. Isso fica a critério do governo, mas, através do sistema financeiro federal, nós colocamos R\$ 750 milhões a juros, obviamente, não os praticados com base na Selic, juros subsidiados, falando português bem claro. E prazos de pagamento compatíveis com a necessidade de uma obra dessas, que é uma obra que tem um volume de investimento muito significativo.

E isso se dá porque nós temos perfeita clareza da importância, aqui para essa região, desta linha inicial do metrô. Dificilmente uma cidade do porte de Porto Alegre, como a região metropolitana conurbada, poderá ficar nesta linha. Mas nós sabemos que a gente tem de começar. E eu quero dizer que eu tenho imenso prazer de reconhecer, nas propostas aqui apresentadas pela prefeitura e pelo estado, uma qualidade muito importante das obras.

Eu quero também dizer que nós estamos aqui para garantir que nós vamos financiar a construção de oito corredores metropolitanos de transporte, que beneficiarão Esteio, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão. Nós temos consciência de que as necessidades de transporte não respeitam o limite formal e geográfico entre as cidades. Numa região dessas, é necessário um grande investimento em transporte de massa, e isso nós faremos.

O governo federal é um grande defensor do aumento da capacidade de aquisição de veículos dos brasileiros. Nós estamos orgulhosos por sermos um dos países onde o setor automobilístico mais produz e mais vende.

Recentemente, os senhores viram que nós elevamos o IPI dos produtos, dos automóveis em geral. E, especialmente em relação àqueles produzidos no Brasil, gerando empregos brasileiros e com agregação de valor, nós reduzimos o mesmo imposto. Isso significa que nós damos muita importância à produção e à compra de automóveis pela população brasileira.

Mas é importante saber que nós consideramos que o transporte de massa é a grande solução para o transporte urbano. Haverá uma contradição nisso? Não, não haverá. Por quê? Porque o acesso ao automóvel não pode ser obstáculo, em país nenhum foi obstáculo, para que a gente construísse uma estrutura de transporte de massas compatível com a mobilidade urbana.

E nós, que somos um país que hoje diminui de forma muito expressiva a desigualdade entre os brasileiros, temos de lembrar que no Brasil era assim: transporte individual para os mais ricos; transporte de massa, de baixa qualidade, para os mais pobres. Quando nós tiramos 40 milhões de pessoas da pobreza extrema e elevamos à classe média, nós temos de perceber que transporte de massa passará a ser uma exigência. Mas que transporte? Transporte de massa de qualidade. Porque as pessoas, elas passarão a usar de forma democrática e compartilhada o mesmo transporte de massa.

Por isso, esse metrô, com a integração com os corredores, com os BRTs, com todos os outros sistemas, não é feito para ser um critério de exclusão social, mas de inclusão: é metrô de qualidade para a população de todas as rendas do nosso estado.

Eu queria deixar aqui registrado que, para mim, essa questão da mobilidade urbana, que muitas vezes foi tratada como uma questão que não dizia respeito à União, e a União, de forma muito rápida, dizia: “Não é da nossa responsabilidade; nós não nos metemos”. Eu quero dizer que nós continuamos não nos metendo, porque a decisão do traçado, a gestão dos recursos, o projeto, não é da União, o projeto é do município e do estado. Mas, nós passamos a nos (falha no áudio), sabendo que é responsabilidade da União fornecer os recursos necessários.

E, aí, eu queria concordar com o governador Tarso Genro: acho... Eu participei do governo do presidente Lula, como vocês sabem, mas eu acho que hoje nós temos uma parceria muito sólida aqui, no Rio Grande do Sul, com o governador Tarso Genro, com o prefeito Fortunati. E acredito que muitos outros desafios que nós vamos ter de encarar na área de transporte ou na área de outras alternativas aqui no estado vão poder transcorrer de forma mais rápida, por conta dessa parceria que nós soubemos estruturar.

E, aí, eu queria antecipar algo que vão me perguntar: nós estamos concluindo os estudos da ponte sobre o rio Guaíba. Essa conclusão desses estudos indica que, de fato, a ponte é uma necessidade aqui no estado e que, de fato, o governo federal tomará as providências – na medida em que é uma obra de dimensão federal – para realizá-la. A forma como nós o faremos, a modelagem e em que condições, nós estamos concluindo.

Então, proximamente – o governador Tarso Genro tem toda razão –, eu voltarei aqui para anunciar a ponte. Mas o estado pode ficar descansado: que vai haver uma ponte, vai. Como é ainda a formatação, nós já temos uma parte muito... já está muito avançado, mas eu ainda não tenho condições de anunciar isso hoje.

Agradeço a vocês, e quero dizer que espero do Fortunati e do Tarso um metrô também rápido na construção.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-solenidade-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-mobilidade-urbana-grandes-cidades-porto-alegre-rs-19min04s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-solenidade-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-mobilidade-urbana-grandes-cidades-porto-alegre-rs-19min04s) (19min03s) da Presidenta Dilma

Salvar

# **14-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria com os governadores da região Sul**

**O acordo do Plano Brasil sem Miséria acontece entre o Governo Federal, os governos dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e representantes da associação de municípios da Região Sul**

**Porto Alegre-RS, 14 de outubro de 2011**

Eu vou começar saudando a Anibela Maria, porque a Anibela representa aqui o esforço, a determinação de uma família de agricultores que percebeu que podia fazer mais por si mesmo e conseguiu. Então, eu cumprimento a Anibela, e, ao cumprimentá-la, eu estou cumprimentando, aqui, cada um dos agricultores familiares aqui presentes.

Queria também dirigir a todos aqui presentes, rompendo um pouco a ordem do protocolo, a todos aqui presentes a minha saudação e a minha emoção pelo fato de eu estar aqui no lugar, inclusive, no qual eu já trabalhei.

Queria, agora, agradecer ao governador do Rio Grande do Sul, senhor Tarso Genro, esta organização, sediando aqui no Rio Grande do Sul o pacto da região Sul; o pacto que é um esforço de um conjunto de órgãos – iniciando pela União, os governadores de estados e os senhores prefeitos –, numa luta que só pode ser ganha se nós todos estivermos juntos. Então, cumprimento o Governador do Rio Grande do Sul por ter sediado esta reunião.

E aí, eu queria cumprimentar os nossos dois outros grandes parceiros nessa jornada contra a miséria: o governador Raimundo Colombo, de Santa Catarina, e o governador Beto Richa, do Paraná. Com os três governadores, nós estamos aqui assinando o pacto federativo contra a miséria.

Este é um momento muito especial aqui na região Sul. O Brasil já fez da luta pela responsabilidade fiscal um momento importante na sua trajetória, mas nós nunca tivemos uma responsabilidade social explícita, e acredito que este momento marca justamente isso: uma ação conjunta do governo federal, do governo dos estados.

E aí, eu queria saudar, em nome de todos os prefeitos, o prefeito Fortunati, porque só essas três esferas de governo que são capazes de enfrentar esse imenso desafio, que é fazer com que o nosso país elimine a pobreza extrema, supere a pobreza extrema, faça com que a pobreza extrema seja uma página virada da nossa história.

Por isso, eu queria iniciar cumprimentando os três governadores e todos os prefeitos, ao saudar o prefeito Fortunati.

Queria também cumprimentar o deputado Marco Maia, que é uma presença importante aqui

na nossa mesa, porque nós precisamos também do Legislativo para essa luta contra a pobreza extrema. Então, deputado Marco Maia, os meus agradecimentos, porque o que eu acabei de sancionar é uma legislação que contempla os agricultores que vivem em regiões de reserva ambiental e que passarão a receber uma Bolsa pela manutenção das florestas em pé. Isso, basicamente, é uma demonstração de que nós combinamos meio ambiente, a proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, a valorização social do agricultor que vive nas nossas florestas. Agradeço, então, ao Marco Maia pela sensibilidade do Parlamento brasileiro.

Queria cumprimentar o ex-governador Olívio Dutra, de quem eu fui secretária de Energia, com muito orgulho.

Queria também saudar os nossos ministros de Estado que comparecem a esta reunião, a este pacto federativo, envolvendo os governadores da região Sul: a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a mineira naturalizada gaúcha, Tereza Campello; o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, esse gaúcho, propriamente dito; o ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego; o ministro Paulo Bernardo, das Comunicações; Afonso Florence, ministro do Desenvolvimento Agrário; Mário Negromonte, das Cidades; e a nossa querida Maria do Rosário, de Direitos Humanos, também uma ministra do Rio Grande do Sul.

Queria cumprimentar o vice-governador do Rio Grande do Sul, Beto Grill,

O deputado Adão Villaverde, presidente da Assembleia Legislativa do estado,

Dirigir um cumprimento muito caloroso aos nossos dois senadores do Rio Grande, aqui presentes, à senadora Ana Amélia e ao senador Paulo Paim,

Cumprimentar os deputados federais: Assis do Couto, Assis Melo, Celso Maldaner, Dionilso Marcon, Fernando Marroni, Giovani Cherini,

Queria também dirigir um cumprimento à Manuela D'Ávila, ao Pepe Vargas, ao Ronaldo Zulke e ao Vieira da Cunha,

Ao presidente da Associação dos Prefeitos do Rio Grande do Sul, o Mariosane Weis, prefeito de São Borja, também eu dirijo meus cumprimentos e, em nome dele, saúdo também todos os prefeitos do Rio Grande,

A todos os beneficiários do programa Brasil sem Miséria e todos os senhores e senhoras aqui presentes, eu queria dizer que eu estou muito feliz de estar aqui hoje nesta reunião,

E cumprimento, finalmente, os senhores e as senhoras jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Nos últimos meses – primeiros meses do meu governo –, nós temos nos empenhado de uma forma muito forte, muito determinada em levar esse programa Brasil sem Miséria e realizar o que é a marca do nosso governo – Brasil rico... ou, País Rico é um País sem Miséria, mas, na verdade, é Brasil rico é um Brasil sem miséria –, levar à frente esse desafio.

Nós realizamos, já, reuniões, com esta de hoje, com 23 governadores de quatro regiões do Brasil. Faltam quatro governadores da região Centro-Oeste, que nós realizaremos proximamente em Brasília.

A importância desse pacto é, como eu disse no início: trata-se de um pacto, e um pacto significa o compromisso de cada um de nós de ter todas as iniciativas para que o Brasil seja um país sem pobreza extrema, e isso num horizonte muito ousado, que é até 2014.

Nós sabemos que tem 16 milhões de brasileiros que ainda vivem em extrema pobreza. É fato também que, ao longo do governo do presidente Lula, nós tiramos da pobreza o equivalente à população de uma “Argentina”, porque foram 40 milhões de pessoas elevadas às classes médias, e é isso que contribuiu para a força do nosso país diante do mundo. Porque o que torna o Brasil um país diferenciado é o fato de que o nosso país está realizando o potencial que tem. O potencial do Brasil não é só a agricultura, fantasticamente eficiente e produtiva; também não é só a quantidade de minério que nós temos; nem tão pouco o fato de sermos um dos países com maior potencial efetivo e efetivo de reservas de petróleo. O nosso país tem projeção internacional porque é um país continental que tem 190 milhões de brasileiros e brasileiras, é isso o que torna nosso país absolutamente diferenciado.

Ao longo da nossa história, nunca como nos últimos tempos, nas últimas décadas, ficou tão claro que a nossa força não se encontrava em nenhum país lá fora, a nossa força se encontrava aqui dentro, em nós mesmos, em nossa capacidade. Em nossa capacidade de produzir, consumir, trabalhar, criar e virarmos cidadãos.

Nós percebemos nos últimos anos que o respeito que lá fora os diferentes líderes internacionais demonstram decorre também do fato de que o nosso país, é verdade, cresceu, está... é um país gerando emprego, gerando renda, mas é também um país onde a desigualdade diminuiu.

Entre os países chamados grandes países grandes emergentes, os Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, nós somos o país em que tem uma bandeira, tem uma vitória, que é a vitória da melhoria da igualdade. Esse diferencial transformou o Brasil e esse diferencial permitiu que o Brasil tivesse imensas defesas diante da crise.

É verdade, nós temos hoje US\$ 353, US\$ 352 bilhões de reservas, é verdade. Mas o que é a nossa principal reação à crise é o fato de que nós temos um mercado interno com capacidade de consumo.

Nós não somos uma ilha. De uma forma ou de outra, nós somos atingidos pela crise através da redução do consumo em todas as regiões do Planeta. Mas, como a nossa principal força, a nossa principal raiz está no nosso mercado interno, a nossa capacidade de resistência é muito elevada e, por isso, na primeira etapa dessa crise, na primeira fase dela, nós fomos o último país a entrar, sofrendo as suas consequências, e o primeiro país a sair.

Diante dessa segunda etapa, que tem as suas diferenças, mas que é de crise soberana e, ao mesmo tempo, crise financeira e bancária, e crise dos estados nacionais da União Europeia, e de grandes problemas nos Estados Unidos, nós temos uma capacidade um pouco maior de bloqueio. Nós iremos resistir equilibrando o nosso crescimento.

Mas nós, ao contrário dos países desenvolvidos e ricos, mantemos uma taxa de crescimento do emprego muito significativa. O Brasil talvez seja um dos países que mais gere emprego entre... proporcionalmente entre todos os países do mundo.

Eu tenho certeza de que esse programa Brasil sem Miséria faz parte de um processo fundamental, que é valorizar a nossa principal riqueza, que é a nossa população. Tirar 16 milhões da pobreza é um imperativo moral, é um imperativo ético, mas é também um imperativo econômico, porque é transformar brasileiros em cidadãos plenos, em consumidores.

Por isso, é um grande instrumento econômico que nós estamos fazendo aqui. Porque nós não queremos a tutela dos mais pobres, o Estado brasileiro não pode querer a tutela. O Estado brasileiro tem de querer a cidadania. A tutela seria se nós fôssemos, se nós fôssemos vincular os benefícios sociais a indivíduos; isso seria tutela, seria regredir diante da história.

Mas o que nós estamos fazendo através do Bolsa Família, que é absolutamente impessoal, o que nós estamos fazendo é reconhecer direitos inalienáveis da população brasileira.

Por isso é tão importante que nós façamos, aqui no Sul, a busca ativa. Resgatar os 716 mil brasileiros e brasileiras desta região para torná-los cidadãos consumidores e trabalhadores é muito importante. Faço um apelo aos governadores para que nós possamos ampliar a renda das famílias no que se refere ao Bolsa Família. Nós temos feito isso nos estados mais ricos da Federação. O Sudeste praticamente todo entrou nessa complementação de renda – São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo fizeram a complementação do Bolsa Família. Nós não podemos esperar que os estados mais pobres o façam, mas gostaremos de fazer um esforço nesse sentido.

Uma outra questão que é muito importante é a questão da inclusão produtiva, e aqui eu agradeço aos supermercados e agradeço à CBIC, que é a Câmara Brasileira da Indústria da Construção civil. Na pessoa do Paulo Safadi, eu agradeço inclusive também a parceria que nos permitiu fazer, talvez, um dos grandes programas de distribuição de renda e inclusão social, que foi o Minha Casa, Minha Vida 1 e 2, porque nós sabemos, e essa é uma grande aquisição da prática política do governo, que distribuir renda é um grande fator de crescimento do investimento na área da construção civil.

Então, o fato de haver esse treinamento da população mais pobre, que se concentra nas periferias das nossas cidades, e, ao mesmo tempo, combinando com a compra pelos supermercados dos produtos da agricultura familiar e o treinamento de pessoas que recebem o Bolsa Família para atender nos supermercados mostram o melhor que as duas faces mais virtuosas desse processo que nós chamamos de inclusão produtiva.

Queria falar também sobre a compra de sementes: acho que uma das coisas que nós todos devemos nos orgulhar é o fato de a agricultura familiar poder fornecer sementes crioulas para o conjunto da nossa população nessa área.

Queria também dizer que o pavilhão do pequeno agricultor aqui na Expointer é um pavilhão que reconhece a grande dimensão da agricultura familiar para a economia brasileira, para a população brasileira e para a mesa dos brasileiros.

Acho o pavilhão do pequeno agricultor dentro da grande exposição, talvez uma das maiores do Brasil, que é a Expointer, o reconhecimento também de que a grande agricultura, a média agricultura e a pequena agricultura podem conviver e que uma jamais pode prejudicar a outra. Pelo contrário, é necessário que a gente reconheça na pequena agricultura um dos grandes impulsionadores econômicos e sociais do nosso país.

Queria também destacar a questão da inclusão digital que o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, assinou aqui um compromisso. Mas, sobretudo, o fato de que o governo que está determinado a garantir e assegurar para o mundo rural as mesmas condições de acesso a informações, à internet, que nós oferecemos ao mundo urbano. Esse é um fator que reconhece a necessidade da modernidade para o pequeno agricultor e para o mundo rural. E obviamente também para as nossas periferias, (incompreensível) para as nossas periferias.

Finalmente, eu queria dizer a vocês que o acordo que nós estamos fazendo hoje aqui é um acordo muito importante. E é um acordo que mostra um amadurecimento do nosso país diante de uma conjuntura que cada vez mais é uma conjuntura estranha.

Quando nós vemos os países ricos envolvidos em discussões que para nós parecem um tanto quanto envelhecidas, é porque nós vivemos a nossa crise da dívida soberana também a partir de 82, 1982, e acho que nós aprendemos muito com o que foram duas décadas sem crescimento. É fato que quando você enfrenta a crise da dívida, num primeiro momento, só

tem um jeito: desvalorizar a dívida, ou então ninguém paga. Esse é o que eles chamam de um problema de estoque. Você não paga a dívida se ela não for desvalorizada. Na Europa, hoje, uma das discussões é essa.

Mas tem um problema complicado: é que você não continua pagando nem criando riqueza se você não cresce. E isso o Brasil aprendeu, de fato, Tarso, na carne. Nós vivemos todo o processo de fazer um ajuste e, depois do ajuste, nós não crescíamos, nem paralelamente a ele... nós não crescíamos.

Nós demos grandes passos. A nossa Lei de Responsabilidade Fiscal é um grande passo. O fato de os nossos bancos serem bancos que têm de cumprir exigências de capital muito mais rígidas é um outro passo. Mas o Brasil deu o grande passo quando voltou a crescer. Foi quando nós pagamos o Fundo Monetário e nos livramos dele imiscuindo na nossa política interna.

Eu nunca vou esquecer desse dia, lá no Palácio do Planalto, com o presidente Lula e o... na época, o diretor-presidente do banco... do Fundo Monetário Internacional chamava Rato – Rato era o nome dele, era o sobrenome dele –, e, naquele momento, nós pagamos o que o Brasil devia ao Fundo, e, com o passar do tempo, viramos credores do Fundo. Isso mostra uma grande virada neste país, um grande momento de soberania em nosso país. Hoje nós temos recursos aplicados no Fundo Monetário, possivelmente, inclusive, nós iremos ter uma maior participação. Agora, jamais aceitaremos, como participantes do Fundo Monetário, que certos critérios que nos impuseram sejam impostos a outros países.

Por isso, eu queria dizer para os senhores que eu acredito que nós vivemos um momento de crise – e, como os chineses dizem, crise e oportunidade são dois aspectos do mesmo problema –, mas também um momento de oportunidade. Primeiro, nós não podemos ser soberbos, porque nenhum de nós vive numa ilha ou num mundo isolado. Nós temos de ter a humildade da cooperação com os outros países do mundo. Segundo, porque o Brasil se encontra hoje consigo mesmo e sabe da sua força. Sabe da sua força, sabe da importância de continuar a crescer, de continuar investindo em infraestrutura, de continuar fazendo investimentos para resgatar a sua população da pobreza, enfim, continuar crescendo. Terceiro, porque nós concordamos com algumas das palavras que alguns movimentos têm feito ao longo dessa crise... alguma manifestação que a gente vê, por exemplo, nos Estados Unidos e em outros países.

Eu peguei uma, uma frase... aliás, duas. Uma diz assim: “Não, nós não vamos pagar pela sua crise”. Nós podemos dizer isso: não, nós não vamos deixar que o Brasil pague por uma crise que não é dele. E a segunda, que eu achei muito mobilizadora, é a seguinte frase: “Eu me importo com você”. Eu acho que essa frase “eu me importo com você” é a frase da solidariedade no Brasil, e é ela que eu acho que hoje sintetiza o pacto do governador Tarso Genro, do governador Beto Richa, do governador Colombo e do governo federal, no sentido de “sim, nós [nos] importamos com os 16 milhões de brasileiros que vivem na miséria”, e vamos, juntos, Governadores, superá-la.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-termo-de-pactuacao-do-plano-brasil-sem-miseria-com-os-governadores-da-regiao-sul-rio-grande-do-sul-rs-27min45s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-termo-de-pactuacao-do-plano-brasil-sem-miseria-com-os-governadores-da-regiao-sul-rio-grande-do-sul-rs-27min45s>)(27min45s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 18-10-2011 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos

**Presidenta Dilma diz que diante do contexto de dificuldades internacionais e de busca de caminhos para a superação da crise financeira internacional, o Ibas se sobressai por ser um fórum de diálogo e por sua proximidade de visão com as soluções que são favoráveis aos países emergentes**

**Pretória-África do Sul, 18 de outubro de 2011**

Sua Excelência, senhor Jacob Zuma, presidente da República da África do Sul,

Sua Excelência, senhor Manmohan Singh, primeiro-ministro da República da Índia,

Senhoras e senhores ministros aqui presentes, representando as delegações da Índia, do Brasil e da África do Sul,

Senhoras e senhores representantes da imprensa,

Senhoras e senhores (falha no áudio)

...primeiramente agradecer a acolhida fraterna e amigável do povo e do Governo da África do Sul, nesta minha primeira visita à África como Presidente da República Federativa do Brasil, quando também tenho a honra de participar, como Presidenta, da reunião da V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Ibas. Aproveito a oportunidade para cumprimentar o presidente Zuma pela excelente organização desse encontro. Quero destacar que, em seu 8º ano de existência, o Ibas é um fórum consolidado. As iniciativas conjuntas dos nossos países permitem que afirmemos que o Fórum Ibas adquire crescente relevância.

Participamos também, em conjunto, do Basic, dos Brics, da Organização Mundial do Comércio, do G-77+ China e do G-20.

Nesse contexto de dificuldades internacionais e de busca de caminhos para a superação da crise financeira internacional, o Ibas se sobressai por ser um fórum de diálogo e por sua proximidade de visão com as soluções que são favoráveis aos países emergentes. Compartilhamos, nesta Cúpula, nossas impressões e preocupações sobre os desenvolvimentos recentes da crise econômico-financeira que tem seu epicentro na Europa.

Iremos, no início de novembro, participar da próxima reunião do G-20 em Cannes e estamos alertas para a necessidade de medidas imediatas que possam sustar o agravamento da crise, em especial na zona do euro. É necessário um acordo credível entre os países europeus para impedir que a crise fique incontrolável afetando o mundo inteiro.

Estou certa de que o desafio apresentado pela crise impõe a substituição de teorias defasadas de um mundo velho por novas formulações para este mundo novo que agora nós vivemos. Nossa experiência nos mostra que a mera adoção de políticas recessivas em nada contribui para a solução de dificuldades econômicas. É indispensável, sim, uma ação dos

governos, em um quadro de instabilidade fiscal, de equilíbrio financeiro e solidez bancária, para estimular o crescimento econômico, juntamente com políticas sociais de geração de renda e emprego.

Acredito que os países do Ibas – a África do Sul, a Índia e o Brasil – reforçaram sua capacidade de resistência à crise ao estimularem o fortalecimento de seus respectivos mercados internos, ao diversificarem suas parcerias comerciais, e ao praticarem políticas de inclusão social.

(incompreensível) da cooperação intrablocos, o Ibas tem alcançado resultados importantes graças à atuação de seus grupos de trabalho. Entre as iniciativas desenvolvidas destacam-se as áreas de pesquisa antártica, aduanas e agências tributárias, exercícios navais conjuntos e, sobretudo, a área da ciência, tecnologia e inovação, área fundamental para o fortalecimento de nossas economias e aumento da competitividade de nossas empresas e a melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

No que concerne à cooperação com terceiros países, sobretudo, com os de menor desenvolvimento relativo, ou aqueles egressos de conflitos, o Fundo Ibas de Alívio à Fome e à Pobreza é uma demonstração concreta da nossa vocação para a solidariedade.

O Fundo já alocou recursos em Cabo Verde, Guiné Bissau, Haiti, Timor Leste, Palestina, entre outros. O Fundo já foi premiado pela Organização das Nações Unidas, como modelo de cooperação entre países em desenvolvimento. E mais recentemente, em 2010, foi agraciado com o Prêmio Metas de Desenvolvimento do Milênio. Estamos nos esforçando para dar solidez institucional ao Fundo e consolidá-lo como exemplo de cooperação Sul-Sul.

Nossa concertação em fóruns multilaterais tem se mostrado muito positiva e, em muitos casos, decisiva. Atuamos em conjunto na Organização das Nações Unidas e fizemos intervenções no sentido de defender a necessidade não só de proteger, mas, também, a responsabilidade ao proteger.

Atuamos – os nossos três países – inspirados por nossas próprias histórias de luta, pela liberdade e pela democracia, nas quais, sem sombra de dúvida, Mahatma Gandhi e Mandela são exemplos extraordinários dos grandes acontecimentos que modificaram para sempre a humanidade.

Não posso deixar de notar, também, que os três países do Ibas estão incumbidos, cada qual, da organização de um grande evento na área ambiental. Ainda este ano, a África do Sul sediará a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em Durban. Em 2012, a Índia organizará a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade. O Brasil, por sua vez, terá a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012. Estes eventos mostram o compromisso dos três países com a agenda da mudança do clima, do desenvolvimento sustentável, da economia de baixo carbono, compatível com a inclusão social de suas populações.

Expressei ao presidente Zuma e ao primeiro-ministro Singh a importância que atribuo à participação pessoal de ambos na Rio+20. Sem sombra de dúvida, o ano de 2011 será lembrado, em boa medida, como o ano da Primavera Árabe. Nossos países se situam, ao lado dos povos árabes, em suas aspirações por formas democráticas de governo, por progresso econômico, por emprego decente, por liberdade de expressão. Concordamos em que é necessário investir mais na diplomacia e menos em intervenções militares.

Coincidentemente, neste ano, nossos três países ocupam assentos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que queremos ver reformado. E, sem sombra de dúvida, também, contribuimos para o encaminhamento de questões nevrálgicas, relativas aos direitos

humanos, à paz e à segurança internacionais.

Nesse sentido, são ilustrativas tanto a missão que enviamos à Síria em agosto passado como, também, a nossa defesa do papel-chave das estratégias de desenvolvimento para a concepção da paz sustentável nos países em situações de pós-conflito.

Por fim, não poderia deixar de dizer algumas palavras sobre a participação da sociedade civil no Ibas. Nenhum grupo de países democráticos pode, nos dias de hoje, pretender ter verdadeira representação e legitimidade sem dar voz às suas sociedades civis. Portanto, considero que os diversos fóruns da sociedade civil que se reuniram à margem dessa Cúpula constituem elementos fundamentais para o fortalecimento do Fórum.

Tenho certeza de que as metas que estabeleceram para nós, inclusive aquela que define, no ano de 2015, uma corrente de comércio de US\$ 25 bilhões, serão perfeitamente atingidas.

Saio desta reunião particularmente otimista em relação à nossa parceria, tendo em vista os importantes avanços que logramos alcançar nas três áreas de atuação do Ibas: a do diálogo e concertação política, a da cooperação intrabloco e a da cooperação com terceiros países por intermédio do Fundo Ibas de Alívio à Fome e à Pobreza.

Muito obrigada. (incompreensível)

ouça a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-a-cerimonia-de-assinatura-de-atos-pretoria-africa-do-sul-10min50s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-a-cerimonia-de-assinatura-de-atos-pretoria-africa-do-sul-10min50s>) (10min50s) da Presidenta da Dilma

# 18-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Reunião Plenária da V Cúpula do Ibas

**Presidente Dilma Rousseff afirma que o Ibas está ampliando, de maneira expressiva, a voz dos países em desenvolvimento nos fóruns multilaterais e reforçando a capacidade de responder de modo eficaz aos desafios de um mundo em profunda transformação**

**Pretória-África do Sul, 18 de outubro de 2011**

Excelentíssimo senhor presidente da República da África do Sul, Jacob Zuma,  
Excelentíssimo senhor primeiro-ministro da República da Índia, Manmohan Singh,  
Senhores Chanceleres,  
Senhores Ministros,  
Senhoras e senhores,

Desejo, inicialmente, agradecer a acolhida gentil e fraterna do governo do presidente Zuma e do povo sul-africano nesta minha primeira visita à África do Sul como Presidenta da República. É com imensa honra que também participo pela primeira vez, como Presidenta do Brasil, da Reunião da V Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Ibas.

Há oito anos, Índia, África do Sul e Brasil – três democracias multiétnicas e multiculturais do mundo desenvolvido – decidiram criar um fórum de diálogo cujo êxito é fonte de estímulo para todos que almejam a construção de uma nova ordem internacional.

O Ibas está ampliando, de maneira expressiva, a voz dos países em desenvolvimento nos fóruns multilaterais e reforçando nossa capacidade de responder de modo eficaz aos desafios de um mundo em profunda transformação.

A grave crise financeira que hoje vivemos expõe a fragilidade da governança econômica global e as dificuldades que enfrentam as lideranças políticas que estão no epicentro da crise. Como vivemos num mundo globalizado e sofremos as consequências das turbulências do mundo desenvolvido, temos também o direito e o dever de participar da busca de soluções para essa situação de crise. Sabemos ser necessário um acordo credível entre os países europeus, para impedir que a crise fique incontrolável, afetando o mundo.

Nesta Cúpula do G-20, precisamos transmitir, em novembro, uma forte mensagem de coesão política e de coordenação macroeconômica. Não podemos ficar reféns de visões ultrapassadas ou de paradigmas vazios de preocupação social, em relação ao emprego e em relação à riqueza dos povos.

É prioritário solucionar o problema da dívida soberana e reverter o quadro recessivo global. É inadiável a regulamentação do sistema financeiro. É fundamental pôr fim a políticas monetárias que provocam uma verdadeira guerra cambial e estimulam o protecionismo. É

importante buscar a consolidação fiscal e a solidez dos sistemas bancários.

Sabemos que processos recessivos jamais conduziram país algum a sair das crises e do desemprego. Temos credenciais sólidas para exigir novos fundamentos para a arquitetura financeira mundial. Nós reforçamos nossa capacidade de resistência à crise ao estimularmos o fortalecimento de nossos mercados internos incluindo socialmente nossas populações e gerando emprego.

Comprovamos que políticas macroeconômicas fiscalmente responsáveis são compatíveis com medidas ativas de distribuição da renda e inclusão social. Fizemos da rigorosa regulamentação financeira e da consolidação fiscal pré-requisitos da robustez de nossas economias.

Esse legado deve se refletir no processo de reforma em curso no Fundo Monetário e no Banco Mundial conferindo aos países emergentes um poder de voto equivalente a seu peso crescente na economia mundial. As reformas acertadas em 2009 têm de ser levadas a cabo.

A presença de nossos países no Conselho de Segurança este ano de 2011 demonstrou, uma vez mais, que dispomos de todas as credenciais para assumir assento permanente e dotar aquele órgão da legitimidade que lhe falta.

Nossa postura frente aos acontecimentos políticos recentes no Oriente Médio e no norte da África é prova disso. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger; pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. Esta responsabilidade ao proteger foi objeto das iniciativas da África do Sul, da Índia e do Brasil dentro do Conselho de Segurança da ONU.

Na Síria, defendemos o fim imediato da repressão e encorajamos diálogo nacional para lograr uma saída não violenta. Na Líbia, atuamos orientados pela certeza de que intervenções armadas, especialmente as realizadas à margem do Direito Internacional, não trazem a paz nem protegem os direitos humanos. Agravam conflitos ao invés de resolvê-los.

Por essa razão, saudamos a atuação mediadora da União Africana e, em especial, a liderança do presidente Zuma neste conflito.

Os desafios da liderança ambiental exigem uma atenção especial diante do tema dos gases de efeito estufa. A Conferência da ONU, a COP 17, em Durban, poderá e deverá produzir resultados positivos. Para tanto, a estreita coordenação do Ibas e do Basic será essencial na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global. Mais uma vez, a África do Sul, a Índia e o Brasil terão, neste aspecto, um papel estratégico.

O multilateralismo também é o melhor meio de engajar a comunidade internacional em torno do desenvolvimento sustentável. A Conferência da Biodiversidade na Índia, no ano que vem, é um momento especial para que os nossos países, comprometidos com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e com a biodiversidade, também mostrem o seu papel essencial e decisivo. Queremos fazer da Rio+20, em junho 2012, um marco nas discussões sobre os rumos do desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos, especialmente quanto à importância de maior equilíbrio entre seus pilares ambiental, social e econômico.

A África do Sul e a Índia e o Brasil, portanto, serão sedes de importantes reuniões sobre o clima. E acredito que o Ibas, como tem estado atuante na defesa do meio ambiente nas conferências, respectivamente, de Copenhague e Cancún contribua para construção de pontes que aproximem nessa matéria ambiental as posições entre os países do Norte e do Sul do mundo. Convido e reitero o convite ao primeiro-ministro Singh e ao presidente Zuma a participar da Conferência Rio+20 sobre desenvolvimento sustentável, economia de baixo carbono e inclusão social. Tenho consciência do importante papel que o Ibas pode desempenhar nessa conferência.

Senhor Presidente,

Senhor Primeiro-Ministro,

A importância do Ibas tem muito a ver com o papel global que desempenhamos e podemos desempenhar, com o fato de que representamos três continentes, a América Latina, a Ásia e a África. Este Fórum, portanto, é também um poderoso instrumento para promover a cooperação trilateral em áreas de impacto concreto nas nossas regiões e nos nossos países.

Desde 2003, nosso comércio trilateral cresceu em ritmo acelerado, superamos os US\$ 16 bilhões em 2010. Podemos fazer mais; estou certa de que poderemos chegar, em 2015, a US\$ 30 bilhões.

Mas não é só o intercâmbio de bens e serviços que precisa crescer. Na área da ciência, tecnologia e inovação, Índia, Brasil e África do Sul abrigam muitos centros de excelência acadêmica e de pesquisa que começam a surgir fora dos polos tradicionais. Podemos dar maior impulso a projetos de grande impacto, como o da construção de um satélite conjunto, o “Sibas”.

Precisamos fomentar pesquisas conjuntas e o maior conhecimento entre nossas comunidades acadêmicas. O programa brasileiro Ciência Sem Fronteiras tem por objetivo a integração entre as melhores instituições de pesquisa, incluindo diversas universidades indianas e sul-africanas. Esse programa prevê um incentivo para a vinda ao Brasil de jovens talentos e pesquisadores estrangeiros – e eu queria, aqui, destacar, em especial, da Índia e da África do Sul.

Temos enormes desafios sociais em nossos países, e soubemos traçar um caminho que nos permitiu enfrentá-los. Por isso, também, podemos dar contribuições decisivas nas parcerias globais destinadas à promoção de um desenvolvimento que distribua renda, crie emprego e gere inclusão social.

O Fundo Ibas de Alívio à Fome e à Pobreza é demonstração concreta de nossa disposição em ajudar países mais necessitados, sem condições e sem ingerências nos seus assuntos internos.

É com essa postura que devemos atuar também na FAO. Tenho convicção de que a gestão do doutor Graziano – cuja eleição recebeu decisivo apoio de África do Sul e da Índia – refletirá as visões de nossos países nos esforços de construção de um mundo com maior segurança alimentar e desenvolvimento rural.

Entre nós deve prevalecer a determinação de romper paradigmas para aperfeiçoar um diálogo pioneiro entre Estados, sociedades e continentes que desejam construir um mundo de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz.

Nossa diversidade e nossa cooperação são os principais trunfos que temos para garantir uma presença livre e soberana dos países em desenvolvimento neste mundo em que vivemos, um mundo em transformação.

Muito obrigada. (incompreensível)

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-v-cupula-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas-pretoria-africa-do-sul-13min18s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-v-cupula-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas-pretoria-africa-do-sul-13min18s>)(13min18s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 18-10-2011 - Palestra proferida pelo Presidente da República em exercício, Michel Temer, na abertura do Congresso Brasileiro de Direito Administrativo

**"O Bolsa Família alimentou, meus senhores e minhas senhoras, cerca de 11 milhões de famílias, e nós tiramos 30 milhões de pessoas da extrema pobreza e levamos para a classe média. Agora, ainda, a presidenta Dilma lançou o Plano Brasil sem Miséria"**

**Salvador-BA, 18 de outubro de 2011**

Bom, meus amigos e minhas amigas, eu quero desde logo fazer uma observação. Eu vim aqui, naturalmente, não na qualidade de presidente da República em exercício e nem na qualidade de vice-presidente. Eu vim aqui na qualidade master de advogado e de, supostamente, jurista, não é? Eu vim aqui para tratar de um tema teórico, de modo que eu peço que me recebam nesta qualidade: na qualidade de advogado, na qualidade de colega, e, especialmente, tantos amigos antigos eu vejo aqui, governador Jaques Wagner, que bastaria a presença visual que, naturalmente, me traz muita lembrança desses amigos e amigas que, ao longo do tempo, trilharam os caminhos do direito público, para que eu voltasse hoje a Brasília – (incompreensível) – pelo... com muita alegria no coração.

Mas o fato é que, ademais disso, eu venho como presidente, Márcio Cammarosano, e eu vejo que aqui, as palavras ditas desta tribuna, foram palavras – para usar de um lugar comum – generosíssimas, não é? O Celso Antônio, calcado pela velha amizade, não é, que, naturalmente, exagerou nos seus conceitos.

Mas eu dizia ao governador Jaques Wagner, quando ouvia o Márcio Cammarosano me elogiando, quando ouvia o Celso Antônio fazendo esta relembração extraordinária – nossa vida em comum... Nós temos uma vida, juntos, há muito tempo. Eu conheci o Celso Antônio quando tinha 11 anos de idade – ele era amigo do meu irmão, não é –, e eu e ele... eu, ele, Ataliba – Geraldo Ataliba –, Celso Bastos, Adilson (incompreensível), tantos amigos que estão aqui, não é, nós tivemos uma relação de grande amizade pessoal, mas, especialmente, de grande amizade de pensamento, não é, pensamento comum que nos levava – governador Jaques Wagner; prezados deputados federais Lúcio Vieira Lima e Sérgio Carneiro; deputados estaduais Bruno Reis, Elmar Nascimento, Luciano Simões, Luizinho Sobral, Paulo Azi, Pedro Tavares, Sandro Régis –, que nos levava a, embora estivéssemos vivendo muitas vezes um ciclo autoritário – autoritário politicamente e autoritário nos termos constitucionais –, nós pregávamos, na PUC de São Paulo, aquilo que Celso Antônio sempre chamou de “as vigas mestras do Direito”, que eram os princípios constitucionais.

Interessante recordar esse fato aqui – vereador Pedro Godinho, presidente da Câmara Municipal de Salvador, e Rui Moraes Cruz, procurador-geral do estado da Bahia, assim como o prezado amigo Wellington César Lima e Silva, procurador-geral de Justiça do estado da Bahia, e Saul Quadros, meu colega, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil –, eu me recordo que as nossas aulas... e aqui eu devo fazer um reverso muito sério. O Celso elogiou

muito a minha atividade como advogado, professor etc, mas o fato é que eu fui aluno dele. Na verdade, dele e do Ataliba, basicamente, não é, nas – o Sérgio Ferraz sabe disso –, nas (incompreensível), nas vezes várias em que discutimos temas jurídicos no escritório, eram eles – Celso Antônio e Ataliba – que me davam lições, tanto que eles – Celso Antônio e Ataliba – foram os meus orientadores da minha tese de doutoramento.

Eu não vou aqui, Celso, dizer das suas qualidades porque seria apenas dizer... enfim, a gente fazer cocada de um coco de coqueiro, já que estamos na Bahia. Porque, na verdade, aqui todos sabem, muito melhor do que eu, das suas qualidades. Eu dizia ao prezadíssimo amigo, governador Jaques Wagner – com quem tive a honra, lembrou ele, de (incompreensível) na Câmara dos Deputados, ser a mesa diretora da Câmara dos Deputados –, eu dizia a ele que Celso Antônio é o maior administrativista do país, e acho que bastaria dizer isso para que ganhasse o aplauso do auditório, já que ele é permanentemente homenageado pelos nossos (incompreensível), não é?

Eu confesso, Governador – viu, Márcio? –, que me foi atribuído um tema que, digamos assim, ele tem muito mais uma conotação, uma significação política do que uma significação jurídica, e eu fico um pouco, digamos, sem graça de falar do tema reforma política sob o foco exclusivamente político. Eu prefiro fazê-lo sob o ângulo jurídico, e, para fazer sob o ângulo jurídico, eu espero que estas minhas palavras sejam apenas reveladoras da importância de uma interpretação sistêmica do texto constitucional, não é? E como nós vamos falar da reforma política, evidentemente, eu darei notícia do andamento da reforma no Congresso Nacional.

Mas, ao fazê-lo, eu quero... em primeiro lugar, eu quero dizer por que em um dado momento eu assumi uma posição relativa ao sistema eleitoral, e falarei exclusivamente sobre o sistema eleitoral. E os colegas devem ter visto, no passado, que durante um bom período, eu sustentei a tese de que o voto para deputado federal, deputado estadual, vereador deveria ser o voto majoritário, ou seja, aquele que tivesse maior número de votos seria o eleito, não é? Mas, ao fazê-lo, eu confesso que fui buscar amparo constitucional, e eu pretendo, aqui, exatamente tentar evidenciar que a Constituição brasileira, ela nos encaminha, no seu exame sistêmico, para a ideia do voto majoritário, o chamado “distritão”, ou seja, o estado é um distrito, como é hoje, só que em vez da eleição pelo sistema proporcional, a eleição seria pelo sistema majoritário. Então, tomando o caso do estado de São Paulo, os 70 deputados mais votados seriam os eleitos, e ao fazer esta... ao colocar essa posição, eu quero fazer essa interpretação sistêmica do texto constitucional.

Os senhores abrem a Constituição, e vou pedir licença a todos aqui, Governador... são todos doutos, muito mais do que eu, porque quando eu entrei na ciência... na área política, o Ataliba me dizia: “Olhe, você é um sujeito que, ao examinar o texto legal, você vai ao pormenor, ao detalhe. Agora você vai virar um especialista em generalidades porque o legislador é um especialista em generalidades”. Então aqui todos sabem muito mais do que eu. Mas, de toda maneira, eu quero pedir licença desde já por certas obviedades que eu vou dizer. É apenas para encaminhar o raciocínio.

Então, digo eu, vocês abrem a Constituição e lá encontram a regra que é geradora da democracia: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Exercido até diretamente, ou indiretamente pela via representativa. Quem lê aquilo – está lendo a Constituição – diz: “Interessante! Este Estado deve ser um Estado democrático”. Porque, enfim, se o poder é do povo, não é, democracia, até etimologicamente, significa governo do povo. Então, quando você se depara com esse dispositivo, você vai percorrendo a Constituição e verifica o seguinte: a ideia de que o poder é do povo gera a ideia de democracia; democracia gera a ideia de maioria. Esta a ideia de democracia, e percorre o

texto constitucional e verifica: bom, governador, prefeito, presidente da República é eleito por maioria. Às vezes até uma maioria especial – maioria absoluta –, dependendo do número de eleitores do estado... daquele município ou do estado. No caso do estado e da União, sempre, não é?

Então você diz: “Bom, aqui está presente a ideia da maioria”. Você vai aos Legislativos e verifica que os projetos de lei são aprovados por maioria ou reprovados por maioria, que é a ideia democrática, não é, e nós sabemos – nós todos aqui sabemos – que o deputado, o senador, o vereador, o deputado estadual, quando vota está praticando um ato de governo. Quando ele diz “sim” a um projeto de lei, ele está aprovando aquilo como uma regra governamental, ou, se reprovar, estará também praticando um ato de governo, mas sempre por maioria.

Você vai às Casas Legislativas... eu e o Jaques Wagner, que fomos da Mesa Diretora, nós sabemos que a tese constitucional é a tese da maioria: o maior partido indica o presidente, o segundo escolhe o segundo cargo e assim, sucessivamente, ou seja, mais uma vez a tese da maioria. De igual maneira nas posições nas Casas Legislativas. Quem tem o maior número de deputados – vereadores ou deputados estaduais – escolhe as primeiras posições. É a regra da maioria. Quando você vai aos tribunais, você verifica que as sentenças judiciais... e aqui eu reitero a afirmação de que o juiz, o desembargador – quem esteja no Judiciário –, ao editar uma sentença, um acórdão, ele está praticando um ato de governo, um ato de Estado, portanto, governando o país.

Como se dá a votação num tribunal? Se dá pela maioria. Não há hipótese de a minoria prevalecer, não é? Eu até conto sempre a história de um juiz que foi colocado em disponibilidade lá no interior do estado de São Paulo, que, tendo a sua sentença reformada pelo Tribunal – até por maioria de votos –, quando os autos baixaram para o “cumpra-se o venerando acórdão”, ele olhou bem o acórdão, não se conformou com o acórdão e disse: “Olha, sinto um desejo insopitável de fazer justiça. Cumpra-se a sentença”. E daí, evidentemente, tempos depois, ele foi colocado em disponibilidade, não é? Exatamente porque a tese é da maioria. Maioria é quem pratica atos de governo.

Entretanto, quando nós chegamos – olhando a Constituição – na eleição para os membros das Casas Legislativas, nós verificamos que a tese não é da maioria. A tese, muitas vezes, é da minoria, porque o chamado voto proporcional, e eu tomo a liberdade de dizer apenas como é que funciona essa coisa do voto proporcional, porque eu vejo que, muitas vezes... eu mesmo só aprendi, confesso, quando fui candidato pela primeira vez, porque antes não sabia exatamente o que era o voto proporcional. Então, a grande maioria não sabe o que é o voto proporcional. Eu quero apenas dizer trivialidades também para encaminhar o meu raciocínio.

Então, no voto proporcional, você tem um quociente eleitoral. Voto proporcional chama a ideia do quociente eleitoral. Então, São Paulo, por exemplo, na última eleição, o quociente eleitoral foi de 304 mil votos. Um partido que fez 930 mil votos elegeu três deputados. Essa é a regra do voto proporcional, portanto, se um candidato fez um milhão de votos e os outros fizeram 20 votos, 50 votos, 800 votos, aquele que fez um milhão de votos arrastou um milhão de votos para o partido e elegeu outros que fizeram mil, 800, 100, 200 votos, o que seja. Essa é a tese do voto proporcional. Fatos, aliás, que ocorreram. Num dado momento, no estado de São Paulo, um colega meu de partido fez 128 mil votos, não foi eleito, e um cidadão ilustre – ilustre – fez 1,5 milhão de votos e arrastou consigo, àquela época, seis deputados federais, sendo que os outros todos... um deles tinha feito dois mil votos, o outro 1,2 mil, um 800 e um, pasmem, fez 275 votos, e foi eleito deputado federal, não é?

Então, quando se adota a teoria do voto proporcional, nega-se o princípio básico – a viga mestra, no dizer do Celso Antônio –, a regra fundante do texto constitucional, que diz assim:

“Só pode exercer governo quem emana, quem tem a maioria, quem recebe essa maioria do próprio povo”. Porque quem teve 275 votos não tem, na prática dos atos do governo no Congresso Nacional, a mesma expressão popular que teria aquele – não eleito – que teve 128 mil votos.

Então, se nós pudéssemos aqui... se viesse uma regra que dissesse “olha aqui, a regra constitucional que violar os princípios fundantes do texto constitucional é inconstitucional”, nós poderíamos até dizer “olha aqui, a regra que estabelece o voto proporcional é inconstitucional”. Mas nós não temos essa regração no nosso sistema normativo.

Então, digo eu, o voto proporcional surpreende as pessoas, especialmente os homens do povo. Os homens do povo não compreendiam, mas (incompreensível), como que alguém que teve 128 mil votos e não foi eleito, e outro que teve 275 o foi, não é? Havia uma dificuldade de compreensão desse fenômeno.

Daí porque, exatamente ancorado nessas ideias preliminares que eu estou dando do sistema constitucional, em que o sistema democrático... democracia significa maioria; maioria significa que só pode praticar atos de governo aqueles que representam, em número maior, a vontade popular, eu disse: o caminho natural, o caminho lógico que o texto constitucional nos indica é que também, na eleição para os membros do Parlamento, de todos os Parlamntos, você tenha o voto majoritário.

É claro que isso pode, desde logo, ensejar uma contestação, que é o seguinte: bom, mas se é assim, se é assim, os partidos de nada valerão. Eu digo: ocorre que se houver essa modificação, é preciso que venha acoplado a ela uma outra regra que estabeleça a fidelidade partidária absoluta, porque... que já existe hoje. O Supremo Tribunal, até interpretando princípios constitucionais, estabeleceu a regra da fidelidade partidária. Você só pode se desligar de um partido por uma chamada “justa causa”, ou, de fato, a criação de um novo partido. São hipóteses legais que poderiam ser mantidas na hipótese da adoção do voto majoritário.

Então, nós pregamos muito essa fórmula, e eu confesso que fui a várias bancadas, a vários locais para fazer essa demonstração – e notem, meus colegas, minhas colegas – é uma demonstração baseada no texto constitucional. Não é uma construção simplesmente de natureza política, mas uma construção lógica baseada na norma fundante do Estado, que é a norma constitucional.

Bom, então se nós acoplarmos a essa regra a regra da fidelidade, você não tem a destruição dos partidos, até porque, convenhamos, a ideia de partido político é uma ideia que, digamos, ela existe na prática, mas não é teoricamente correta, porque a ideia de partido – partido político – é a ideia de parte, de parcela. Aliás, partido é uma palavra que vem de parte, e político vem de *polis*. Portanto, a ideia de partido político é a ideia de um grupo determinado de pessoas que pensa mais ou menos da mesma maneira, se une numa agremiação para chegar ao poder, para governar a *polis*: o município, o estado, a União. Esta a ideia de partido político.

Evidentemente, olhem, eu sou presidente licenciado de um partido grande no nosso país. Fui presidente durante dez anos nesse partido, e hoje licenciado. Mas eu sou obrigado a reconhecer que os partidos no país, eles não têm exatamente essa significação de parcela de opinião pública que quer chegar ao poder para formular ou para executar um determinado programa. Nós temos 30, hoje existem 30 agremiações partidárias registradas no Tribunal Eleitoral.

Até paradoxalmente – é curioso lembrar esse (incompreensível), governador Jaques Wagner –, ao tempo do sistema autoritário, quando havia apenas dois partidos, eles eram,

efetivamente, partidos políticos, porque quem estava no MDB, por exemplo, era contra o *status quo*. Aqueles que estavam no outro partido eram a favor do *status quo*. Essa era a regra existente naquele tempo. Quando se pulverizou a formação, se possibilitou a pulverização dos partidos políticos, é que os partidos perderam essa identidade ideológica, não é, conceitual, digamos assim.

E que por isso mesmo, eu creio que essa fórmula que eu alvitrei – depois eu vou para outro ponto em relação a isso –, essa fórmula que eu alvitrei, que foi acolhida por alguns partidos na Câmara, acabaria com vários sistemas. Vou dar um exemplo a vocês. Lá no PMDB de São Paulo, por exemplo, Jaques, nós vimos (incompreensível), nós tínhamos direito a lançar 105 candidatos. O que é que faziam? Alguém lembrava: olhe, tem um sujeito lá que é presidente de uma associação de moradores de bairro, de tal local, de tal bairro, de tal cidade. Ele traz, aí, uns 800, 900 votos. Qual era a regra? Traz ele para ser candidato porque ele vai ajudar a formar o quociente eleitoral. Outros diriam: olhe, vamos trazer aqui um artista, alguém famoso, que não esteja na atividade política, porque ele pode trazer um milhão, 1,5 milhão de votos e vai nos ajudar no quociente eleitoral. Ou seja, torna fácil, ou melhor (incompreensível) –, desculpe – torna falsa a ideia de partido político e ideia da própria eleição porque ou você juntou 50 pessoas que têm mil votos – e isso vai dar 50 mil votos, vai ajudar no quociente eleitoral – ou você vai trazer alguém que tem um milhão de votos, e, portanto, vai assegurar três ou quatro cadeiras. Portanto, tornava falsa a concepção de que o poder, evidentemente, vinha diretamente do povo. Essa é a primeira consequência.

Portanto, se nós adotássemos o majoritário, ninguém iria procurar alguém que tivesse uma fama, digamos, extra política, fora dos quadros políticos, que pudesse ter um milhão, 1,5 milhão de votos, porque o sujeito vai dizer: “Ele vai tomar uma vaga minha” – não é –, “então eu não quero”.

Outra coisa: ninguém iria precisar buscar o sujeito que tem 800, mil, dois mil votos porque não é preciso fazer o quociente eleitoral. Consequência dessa hipótese é que ao invés de 105 candidatos, para exemplificar o estado de São Paulo, muitos e muitos partidos dizem: olhe, quantos nós podemos eleger? Podemos eleger cinco, seis, dez, 15? Vamos lançar 20, 25 candidatos. Você reduz enormemente o número de candidaturas.

Hoje, por exemplo – outra consequência –, é que se fala muito da eliminação das chamadas coligações. Pois bem, essa fórmula elimina, automaticamente, a coligação, porque a coligação é sempre feita, no sistema proporcional, para trazer votos. A ideia de junção de partidos para as eleições é para trazer votos, não é, e daí formam-se, elegem-se membros da coligação de acordo com os votos trazidos. Então, a segunda consequência seria exatamente eliminar, praticamente, sem uma lei existente, o fenômeno da coligação no sistema proporcional.

Ademais disso, eu acho que isso faria com que os candidatos, ao irem para a televisão... e aqui eu faço um parêntese: quando você tem 105 candidatos, aquele que foi escolhido, que pode trazer mil votos, ele quer o mesmo espaço na televisão que tem um cidadão que, eventualmente, possa ter cem mil votos. Então, ele vai pleitear um espaço na televisão e se você não der, ele vai ao Judiciário e consegue, não é, porque é direito dele participar do programa televisivo, além do que exige estrutura partidária para a campanha etc etc.

Então eu acho que isso faria com que... durante a campanha as pessoas precisam tratar um pouco mais de uma questão temática. Não é dizer “eu sou a favor da educação, da segurança pública, da saúde”, essas coisas genéricas que o sujeito consegue, quando muito, expressar em 20 segundos ou dez segundos, que é o tempo que ele tem no programa eleitoral. Se o número de candidatos for menor, ele tem um tempo maior para expressar as suas ideias. Esta é uma outra consequência.

Então, eu digo a vocês – aos senhores e às senhoras –, eu sustentei, durante muito tempo, essa tese. Há outras teses. A tese, por exemplo, da lista fechada. Se me perguntassem: “Mas você, você é a favor da lista fechada?”, eu diria o seguinte: olha, a lista fechada é a lista organizada pelo partido; o partido apresenta ao eleitorado; o eleitorado vota no partido – não é? –, e, de acordo com o número de votos obtido pelo partido, elege-se o primeiro da lista, o segundo da lista, o terceiro da lista... Eu diria até o seguinte: se nós tivéssemos um sistema tal como aquele do tempo do autoritarismo – dois partidos, ou três partidos, quatro partidos ideologicamente assumidos, conceitualmente estabelecidos –, eu diria “sou a favor da lista”, porque você iria votar em uma ideia, não é?

Mas, no sistema atual, eu confesso que é um pouco complicada a questão da lista porque existe, naturalmente, a preocupação do governo – que é uma preocupação dos deputados e senadores – com o chamado “caciquismo local”. As pessoas estão preocupadas com quem vai organizar a lista, e daí, se preocupando com isso, votam contra a lista fechada.

Nós, nesses últimos tempos, chegamos a uma conclusão de que deveríamos – num belíssimo trabalho feito pelo deputado Henrique Fontana –, nós chegamos à conclusão de que deveríamos amalgamar os sistemas, ou seja, estabelecer um sistema misto: metade dos deputados do estado eleitos pela lista e metade pelo sistema majoritário. Mas eu confesso que, por tudo o que sabemos – ainda vinha conversando com o governador Jaques Wagner agora –, essa reforma política também não vai para a frente, porque ela, mais do que uma questão, digamos assim, partidária, ela é uma questão quase individual, e legitimamente individual porque quando você vai a um deputado, a um senador, ele olha para aquela reforma e diz: “Mas, e como é que eu me saio bem nessa história?” E se ele perceber que não vai se sair bem, ele vota contra. E as divergências são tão tensas que eu diria: a essa altura, a reforma política dificilmente vai adiante.

Pois muito bem, a partir daí eu tenho dito, com muita frequência, que a nossa Constituição, ela adotou dois sistemas da democracia: a democracia representativa – indireta – e a democracia direta. E para dizer mais uma obviedade, a democracia direta se exerce pelo fenômeno da iniciativa popular – quando tem um certo número de cidadãos que podem deflagrar o processo de formação da lei –, pelo plebiscito, que é uma consulta prévia, e pelo referendo, que é uma consulta posterior. E até há um outro instrumento pouco mencionado porque ele fala em democracia direta, que é a possibilidade que os cidadãos tem de, no município, embora aprovada a conta pública do prefeito, pela Câmara e pelo Tribunal de Contas – oportunamente se (incompreensível) à Câmara –, um cidadão que não se conforme pode impugnar aquelas contas, que é uma manifestação da democracia direta.

Mas então, a partir desses conceitos, eu digo: interessante, a Constituição nos fornece elementos para não deixar fenecer a reforma política, porque nos dias atuais, o que vai acontecer é o seguinte. O Congresso, mais uma vez, não conseguiu fazer a reforma política. É politicamente ruim para o Congresso Nacional, é politicamente ruim para o país porque, em um dado momento, há que haver uma decisão, ainda que a decisão seja: vamos manter o sistema proporcional. Mas se a representação popular, sediada no Congresso Nacional, não chegou a um acordo, nós temos que utilizar um outro mecanismo da Constituição, que é a democracia direta.

E o que é que nós temos proposto ou estamos propondo nesses últimos dias? É a hipótese de se levar à consulta popular – portanto plebiscitariamente – em 2014, quando a temática nacional... porque você não pode colocar uma consulta dessa natureza nas eleições municipais, porque nas eleições municipais a temática é municipal; na eleição nacional, a temática é nacional. Então, você joga para 2014 e estabelece desde já para dizer o seguinte: a reforma política não morreu, a reforma política não pode parar, ela vai continuar, só que

agora nós vamos nos utilizar de um instrumento constitucional, e, com isso, eu quero revelar, mais uma vez, que essa interpretação é a interpretação de um sistema. É isto que eu estou querendo evidenciar aos colegas e às colegas, não é?

Então, você vai para esta fórmula constitucional, quer dizer, vamos fazer uma consulta ao povo. É claro que se dirá: “Bom, mas na eleição nacional o sujeito é obrigado a dar cinco votos”. Na próxima eu me candidato a senador, portanto, portanto, seria o presidente, senador – não é? –, deputado federal, deputado estadual e governador – cinco votos. Portanto, se daria esses cinco votos e depois haveria uma pergunta: você é a favor do sistema distrital, do sistema distrital misto, da lista fechada, do voto majoritário, portanto, “distritão”? Colocaria todas as hipóteses, não é?

Eu creio que o eleitor hoje, mais do que nunca, está acostumadíssimo com a urna eletrônica. Não tenho a menor dúvida disso. Primeiro ponto: isso não embarçaria o eleitor – primeiro ponto. Segundo ponto: elevaria o tom da campanha de 2014, e deputados, senadores, até, quem sabe, presidente e governador, teriam que vir a público para, em primeiro lugar, esclarecer, porque este é um outro contra-argumento porque o povo não sabe o que é isso. Você vai ao povo e esclarece. Durante toda a campanha eleitoral, sendo certo que o Tribunal Eleitoral ainda poderá reservar um tempo, como fez na Campanha do Desarmamento, para que as pessoas possam explicar quais são os vários sistemas eleitorais. E o povo vai dizer o que quer: se quer o sistema A, B, C ou D. Perguntar-se-á: “Bom, mas isso não deprecia o Congresso Nacional?” Absolutamente, não, porque o Congresso Nacional está vinculado à vontade soberana editada em 5 de outubro de 1988. É este, em primeiro lugar. Em segundo lugar, quem convoca o plebiscito é o Congresso Nacional. O ato convocatório é do Congresso Nacional que, ao final, quando a eleição se der e o povo escolher um ou outro sistema, quem vai formatar, por meio de lei, essa vontade popular será o Congresso Nacional, o que dá, percebam bem, uma interação entre o povo – democracia direta – e o Congresso Nacional – democracia indireta.

Então, quando eu digo tudo isso, eu estou querendo mais revelar, eu estou contando essas coisas a vocês apenas para revelar como é importante a interpretação de todo o texto constitucional. Vejam que eu optei, em um primeiro momento, pelo chamado “distritão”, ancorado em princípios constitucionais. Quando opto, agora, pelo plebiscito, eu o faço amparado pelo texto constitucional, e por essa interpretação sistêmica que nós estamos dando. E, ademais disso, só para comentar mais um caso, que também reforma o sistema constitucional, eu vejo muita gente entusiasmada com o “distritinho”. O “distritinho” quer dizer: você pega o estado da Bahia – mais uma obviedade –, divide espaços populacionais ou eleitorais – 200 mil eleitores é um distrito; outro distrito, 200 mil eleitores, e assim por diante –, e faz deste “distritinho” um agente que leva o deputado à Câmara Federal.

Eu, aqui comigo, penso o seguinte, eu digo: interessante, esta regra não é uma regra que atende exatamente o pressuposto constitucional, porque a Constituição diz o seguinte, que os deputados são representantes do povo brasileiro; os senadores – mais uma trivialidade – são representantes dos estados. Então, quem está lá como deputado da Bahia ou de São Paulo, não é do povo da Bahia. É do povo brasileiro, circunstancialmente domiciliado aqui na Bahia.

Então, quem está na Câmara Federal, em um sistema federativo, ele deve cuidar da Federação. Quando o deputado vai atrás de emendas orçamentárias, por exemplo, para favorecer o município A ou B, ele não vai por uma razão institucional. Ele vai por razões eleitorais, porque se ele não prestigiar lá o município do seu estado, ele não se reeleger. Agora, levem esta concepção para o “distritinho”. No caso do “distritinho”, será inevitável. Se ele não levar benefícios para lá – benefício, a ponte, o viaduto, qualquer coisa assim –, ele não consegue se reeleger. Quer dizer, você amesquinha, você apequena a figura do

deputado federal que, ao contrário, deveríamos dar um passo adiante para mostrar: o deputado federal é representante da Federação. Ele tem que pensar no todo federal. É claro que, ao pensar no todo federal, ele vai pensar também no povo sediado no seu estado, porque a divisão por distritos do sistema atual é para facilitar a votação. Nada impediria que, em um dado momento, houvesse uma regra que dissesse: olha aqui, o povo brasileiro elege os deputados federais, e você iria buscar votos em qualquer lugar.

Então, quando eu vejo isso, eu digo: o “distritinho”, na verdade, ele não engrandece a figura da Federação nem do deputado federal, ou até muitas vezes opõe-se a essa afirmação... É o caso dos Estados Unidos, não é? Nos Estados Unidos a eleição é distrital. Mas é interessante, eu nunca vi um deputado distrital, digamos assim, com uma (incompreensível), com um ressaltado extraordinário na política americana. O que você vê são senadores que são eleitos pelo voto majoritário. Então, isto... (incompreensível), o “distritinho” acaba apequenando a figura do deputado federal.

E quem... meus amigos e minhas amigas, eu estou aqui dizendo obviedades apenas para justificar a minha presença, não como presidente da República, evidentemente, mas – interino –, mas como alguém que vive o dia a dia, vive o cotidiano da Câmara Federal. Eu fui três vezes presidente da Câmara e verifiquei, nas três vezes em que lá estive, nós tentamos fazer uma reforma política, e ela não foi adiante. Em primeiro lugar, pelas razões que eu dei, mas, em segundo lugar, porque não se observa o que estabelece a Constituição. Se nós começarmos a ter o hábito de acompanhar o que diz o texto constitucional, nós melhoraremos muito o nosso sistema institucional. E olhem a Constituição – (incompreensível) –, mas a Constituição é tudo para o nosso país.

Quando nós aprovamos, e hoje vocês sabem que nós vivemos... e já vou concluindo, viu, Márcio, e, mais uma vez, agradecendo a gentileza que todos tiveram – você, o governador Jaques Wagner, (incompreensível) Celso Antônio, mas eu quero agradecer muito as palavras e quero agradecer o carinho em rever tantos amigos aqui, não é? Amizade que todos (incompreensível). Eu saio daquela coisa de Brasília, viu Jaques, como você saiu aqui do seu Palácio agora, não é, com aquela confusão, e aqui parece que nós estamos quase no Senado Federal, estamos no céu. Costuma-se dizer que o Senado é o céu, não é? Então nessa tranquilidade absoluta, falando de temas objetivos, de temas especiais, temas importantes para o nosso país, não é? E vocês leram, Celso Antônio, que o Geraldo, o Geraldo sempre dizia: “Olha aqui... (incompreensível), ele contava: “Olha aí, Constituição ninguém dá atenção. Se tiver na lei ordinária, se olha; se estiver no Decreto, claro, começa a cumprir; se estiver na Portaria – que, na origem, é ordem do porteiro –, já começa a obedecer; agora se for telefonema de ministro, ninguém desobedece”.

Então, com isso ele queria revelar o despreço pela Constituição. Quando nós, que nos formamos no Direito Público, nós sempre nos amparamos no texto constitucional. Eu me lembro, presidente da Câmara, de vez em quando me levantavam uma objeção com base no Regimento. Eu dizia: olhe... o Regimento é muito rebuscado – eu dizia: olha, vou responder com base na Constituição. Respondia, todo mundo ficava olhando (incompreensível), estava respondida a questão e indeferida, não é? Mas é importante, é interessante que é importante você manejar os conceitos constitucionais e mesmo as chamadas normas programáticas.

Eu vou contar um episódio aqui, só para concluir o que eu estava dizendo. Vocês sabem que hoje – eu estou falando um pouco rápido para aproveitar o tempo, não é? –, vocês sabem que hoje nós vivemos, na verdade, em um Estado, em um Estado social de Direito, não é? Interessante como nós... muitas vezes a gente pensa que o Estado social de Direito, ele é antagônico ao Estado liberal, não é? E não é. Na verdade, quando surgiu o Estado liberal, ele surgiu como fruto, como objeção ao Estado absolutista, não é? Foram os liberais que

disseram: “Olha, o poder não é do soberano”. Quando os soberanos perceberam isso, engendraram a teoria do direito divino dos reis para justificar que o poder não vinha do povo, mas vinha da divindade.

Então, o poder tem que vir do povo, primeiro; segundo, tem que dividir as funções do Estado e entregá-las a órgãos distintos e independentes uns dos outros, não é? E assim era a Constituição. O Carlos Britto, até, tem um trabalho sobre o significado da palavra “poder”, na Constituição, muito interessante. Ele pega a primeira frase, “todo o poder emana do povo” e diz: “Aqui esta palavra tem o sentido de soberania”. Mais adiante, “são poderes da União”. (incompreensível). Ele diz: “São órgãos da União, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário”. Mais adiante ele diz: “O Poder Legislativo” – obra dele –, “o Poder Executivo é exercido por tais e tais órgãos”. Aqui diz: aqui trata de função. A função legislativa, a função executiva etc etc, o que demanda, mais uma vez, essa compreensão sistêmica do texto constitucional e a compreensão especialmente dos conceitos (incompreensível) a uma... à criação de um Estado, não é?

Então, dizia eu, quando as pessoas se libertaram do Estado absolutista, (incompreensível) os indivíduos têm que ter liberdade para agir e têm que ter os seus direitos individuais protegidos. Então, a primeira fase pós-absolutismo foi exatamente o Estado liberal, em que se garantiu liberdades individuais e liberdade de informação, liberdade de... até liberdade de imprensa, liberdade de manifestação, foram fruto do Estado liberal. Mas é claro que as classes menos privilegiadas – trabalhadores e desprovidos da sorte econômica – eram desprezados, porque o Estado servia como um balizador da sociedade. Ele apenas assegurava as relações entre as pessoas no Estado, mas a ideia de liberdade absoluta, para que se (incompreensível) no espírito de competição da sociedade do Estado liberal, fazia com que as classes menos privilegiadas não tivessem direitos expressos no texto constitucional.

E foi a partir, talvez, de Bismarck, em 1880, que ele lançou uma primeira palavra, o seguro... o seguro- doença, por exemplo, e outros seguros, surgiram num pequeno esboço, feito naquela época. Depois, em 1910, começa uma revolução no México, que vai (incompreensível) numa constituinte, numa Constituição, em 1919. A Constituição mexicana – (incompreensível) na época – estabeleceu uma série de direitos sociais, não é? E, de igual maneira, a Constituição de Weimar, de 1919, que estabeleceu também uma regração de natureza social, fruto do quê? Do movimento dos trabalhadores e fruto das novas teorias que surgiram no mundo.

A revolução de 1917, na Rússia, foi pregadora dessa ideia: o operariado é quem deve governar; as classes menos privilegiadas é que devem ter assento no Estado, no governo do Estado. Essas ideias é que geraram uma mudança no conceito de liberalismo, para convertê-lo em um Estado social, que, no Brasil, teve início em 1934. A Constituição de [19]34, inspirada na Constituição de Weimar, é que trouxe vários dos direitos sociais. Durou pouco, até [19]37, mas sempre mantendo os direitos sociais no texto constitucional. Assim foi em [19]46, assim foi em [19]67 e basicamente agora, em [19]88, até no preâmbulo. No preâmbulo da Constituição, vocês podem examinar, ela diz: “O Brasil é uma República Federativa que se inspira nos direitos sociais e nos direitos individuais”, não é? Mas a primeira frase, a primeira palavra é de enaltecimento dos direitos sociais. E quando vocês percorrem o texto constitucional – pena que eu não esteja com a Constituição aqui – vários dispositivos aludem a esses direitos sociais, e tem até um capítulo que trata especificamente dos direitos sociais, ou seja...

Mas, ao mesmo tempo, a nossa Constituição –e aqui paira mais uma interpretação do sistema –, ela acolhe a proteção aos direitos individuais que, examina o artigo 5º, verifica em 70 e tantos parágrafos, que é um longo elenco exemplificativo, não é, é exaustivo, não é, dos

direitos individuais, porque em muitos parágrafos diz: “A regração aqui estabelecida não exclui a evocação de outros direitos extraídos dos princípios constitucionais”. E hoje até, os tratados internacionais, aprovados como se fossem Emenda Constitucional, que tratam dos direitos humanos e direitos individuais, fazem parte desta... deste elenco de direitos individuais: liberdade de informação, liberdade de imprensa. Eu vejo, muitas vezes, que há discussão se deve ou não fazer uma lei sobre de liberdade de imprensa. Eu digo, meu Deus do céu, mas a Constituição é tão explícita em matéria de liberdade de informação, liberdade de expressão. Assegura – isso é preciso que todos se atenham a este fato –, assegura a quem tiver dano pela liberdade de imprensa, que vá ao Judiciário para pleitear dano à imagem. Não só o direito de resposta, mas dano à imagem, ou dano material que tenha havido.

Então, esses direitos todos, que são do Estado liberal, estão, digamos assim, conectados com os direitos sociais. Portanto, quando (incompreensível) diz assim: o Brasil é um Estado democrático de Direito, bastaria dizer o Brasil é um Estado de Direito, o Brasil é um Estado democrático. Mas disse “o Brasil é um Estado democrático de Direito”, foi porque houve um acoplamento, uma amálgama, do Estado liberal com o Estado social. As teses do Estado liberal e as teses do Estado social estão no texto constitucional.

E agora, realmente para finalizar, porque o governador Jaques Wagner tem um compromisso, eu quero dizer o seguinte, eu quero dizer o seguinte: vocês vejam até normas programáticas. Há tempos atrás, algum tempo atrás, nós aprovamos duas emendas constitucionais: uma que assegurava o direito à alimentação e outra que assegurava o direito à moradia. Quando nós aprovamos esse texto, a pergunta de muitos dos colegas fizeram: “Não, que absurdo! Botar isso em um texto constitucional. Garantir direito à alimentação, direito à moradia?” Pois, muito bem, isso impôs ao Executivo a ideia de alimentar as pessoas, e daí nasce a ideia do Bolsa Família. O Bolsa Família alimentou, meus senhores e minhas senhoras, cerca de 11 milhões de famílias, e nós tiramos 30 milhões de pessoas da extrema pobreza e levamos para a classe média. Agora, ainda, a presidenta Dilma lançou o Plano Brasil sem Miséria (incompreensível) esses 30 milhões, ainda detectadas 16 milhões de pessoas que ainda vivem na extrema pobreza e que nós temos que levar para a classe média. Isso dá o desenvolvimento do país. Foi baseado num princípio programático: todos têm direito à alimentação. Ou, mais ainda, todos têm direito a condições dignas de vida, outra regra programática do texto constitucional, mas que impõe um dever a quem está governando, indica um caminho e indica para que seja executado.

E direito à moradia, por exemplo, gerou no Executivo a ideia do Minha Casa, Minha Vida. Aqui na Bahia mesmo, (incompreensível), foram milhares, não é? Quantas? Cento e uma mil casas para gente que não tinha casa. De onde sai isso aí? Onde é que está amparada essa regra? Está amparada no texto constitucional que diz: “Todos têm direito a moradia”.

Então, essas regras todas, constitucionais, é que geram também, meus amigos, a estabilidade do país. Vocês podem perceber que hoje, em função dos vários governos, naturalmente – não digo que seja só esse ou aquele, mas dos vários governos – foi-se criando um tal cumprimento das regras constitucionais que o Brasil ganhou estabilidade social, estabilidade institucional. Vocês pegam as Constituições anteriores, dos períodos anteriores, eram períodos de intensa instabilidade política, administrativa etc, e hoje o Brasil ganhou estabilidade social, estabilidade institucional, estabilidade política, fazendo, portanto, uma coincidência entre a Constituição formal – quer dizer, a Constituição escrita – e a Constituição real, ou seja, aquilo que se passa na vida do Estado. E quando há essa conformidade, essa coincidência – a Constituição formal e a Constituição real numa única coisa –, isso gera estabilidade no país.

De modo que, ao dizer isso, eu quero mais uma vez, e espero que minhas palavras sirvam apenas, talvez, modestamente para isso, para enfatizar a ideia de que aqui neste XXV Congresso de Direito Administrativo, deste (incompreensível) de Direito Administrativo, tão exponencialmente presidido pelo Márcio Cammarosano, não é, que vocês possam, nos trabalhos, levar em conta essas modestíssimas palavras que eu aqui trouxe.

Mais uma vez eu agradeço a todos que aqui estiveram. Agradeço ao governador Jaques Wagner pela gentileza de me esperar no aeroporto, vir até aqui e ouvir essas palavras que, para ele, não constituem novidade, mas, especialmente, para os senhores. Eu apenas fiz sistematizar algumas ideias.

Muito sucesso ao Congresso, Márcio.

▣ Ouça a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-da-conferencia-mundial-de-determinantes-sociais-da-saude-rio-de-janeiro-rj-46min53s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-da-conferencia-mundial-de-determinantes-sociais-da-saude-rio-de-janeiro-rj-46min53s) (46min02s) do Presidente em exercício Michel Temer

# 19-10-2011 - Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante a solenidade de abertura da Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde

**O presidente em exercício Michel Temer participou da abertura da Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde no Rio de Janeiro (RJ)**

**Rio de Janeiro-RJ, 19 de outubro de 2011**

Prezado, prezadíssimo amigo governador Sérgio Cabral,

Igualmente prezado amigo Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro,

Senhora Margaret Chan, diretora-geral da Organização Mundial da Saúde,

Prezados amigos, ministro Alexandre Padilha, que organizou este encontro; ministra Tereza Campello; ministra Iriny Lopes,

Deputada Rosinha Adefal, de [da] Adefal,

Senhora Maria Richardson, ministra da Saúde da Finlândia e vice-presidente desta Conferência,

Prezado amigo Luiz Fernando Pezão, vice-governador do estado do Rio de Janeiro,

Senhora Marie-Paule Kieny, diretora-geral assistente da Organização Mundial da Saúde para Inovação, Informação e Pesquisa,

Senhora embaixadora Maria Nazaré Farani Azevedo, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas e Genebra,

Senhor Paulo Buss, diretor do Centro de Relações Internacionais,

Senhora Jurema Werneck, vice-presidente do Conselho Nacional de Saúde, onde faz um magnífico trabalho,

Senhor ex-ministro Adib Jatene,

Senhores e senhoras membros do grupo de Conselheiros desta Conferência,

Senhores participantes deste grande encontro, não é, governador Sérgio Cabral? Não é, Padilha, ministro Padilha? De um encontro que, na verdade, engrandece o nosso país, engrandece o estado do Rio de Janeiro e engrandece o município do Rio de Janeiro.

Quero dizer, desde logo, que este... a razão da escolha do Brasil – eu pude verificar pelas palavras do ministro Alexandre Padilha, pelas palavras da senhora Margaret Chan – é precisamente a experiência da Saúde no nosso país.

E, antes de dizer mais algumas palavras, eu quero transmitir a todos a calorosa recepção da presidenta Dilma Rousseff. Embora não estando no Brasil, pediu-me que fizesse este

cumprimento a todos os participantes deste grande encontro.

E o que eu pude verificar, ministro Alexandre Padilha, pelos aplausos que a sua fala recebeu quando se manifestou a respeito das políticas públicas do Brasil, em matéria de Saúde, já revelam esta aprovação, digamos, universal, daquilo que se faz nesta matéria, no nosso país.

E é interessante notar que aqui conjugam-se dois fatores: o fator saúde e o fator social. Porque quando se combate, como o faz este Congresso, a chamada iniquidade, por meio de ações de natureza social, o que se busca é a igualdade, já que iníquo vem de *in iquo*, não igual, portanto o que se busca é exatamente a igualdade. E a igualdade entre as pessoas é um movimento de natureza social e faz supor, como supõe adequadamente, legitimamente, este Congresso, que a igualdade de todos pode trazer um benefício extraordinário para a Saúde.

Na foi outra a razão – devo registrar aos senhores participantes deste Congresso – que fez com que a nossa Constituinte de 5 de outubro de 1988, quando nasceu o novo Estado brasileiro, fez escrever no artigo 196 aquilo que os senhores ouviram do ministro Padilha, ou seja, há, nos dizeres do artigo 196 da Constituição brasileira, a determinação de uma atividade preventiva para a proteção à saúde, quando diz: “A Saúde é dever... é direito de todos e, por isto mesmo, dever do Estado”. E sendo dever do Estado, ela deve ser promovida por meios conducentes, uma política social e econômica que conduza à prevenção das doenças. Isto está literalmente escrito na nossa Constituição.

E, interessante, embora, meus senhores e minhas senhoras, sendo uma regra de natureza programática – e eu devo dizer que as regras de natureza programática, no geral, aqui no nosso país, não eram levadas muito em conta no passado. Mas foi precisamente a partir da Constituição de 88 que nós passamos a dar efetividade, ou seja, aplicabilidade plena a esta regra constitucional de natureza programática.

Não foi sem razão que o ministro Padilha e o governador Sérgio Cabral mencionaram a questão do Bolsa Família que, na verdade, visa a alimentar as pessoas. E nós alimentamos mais de 11 milhões de famílias, tirando, como aqui foi registrado, mais de 30, 35 milhões de pessoas da extrema pobreza para levá-los à classe média. A ideia básica é da busca da igualdade, ou seja, quem está na extrema pobreza pode ir à classe média como agora. Quando o Padilha se refere ao plano contra a miséria lançado no governo da presidenta Dilma Rousseff, mais uma vez, o objetivo é a busca do combate à iniquidade, ou seja, à não igualdade, a busca da igualdade. Porque aqui o que se busca, em definitivo, é fazer com que os restantes 16 milhões de pessoas que ainda vivem na extrema pobreza possam ascender à classe média e, portanto, cumprir um outro desígnio, uma outra determinação constitucional que é uma das regras fundantes do nosso Estado brasileiro, que é de eu dizer que todos os brasileiros devem ter condições dignas de vida. E a condição digna de vida se dá exata e precisamente pela busca da igualdade, portanto, pelo combate à iniquidade.

Então, os gestos do governo brasileiro têm buscado exatamente cumprir este preceito constitucional. Quando o ministro Padilha fala da Rede Cegonha – eu quero aqui até recordar, no governo Lula, o Brasil Sorridente – imaginem os senhores que o Brasil vivia um clima de tal desigualdade, que as pessoas não conseguiam ter acesso ao dentista, e o governo, pautado por esta regra constitucional estabeleceu que todos teriam acesso ao serviço odontológico; e com isso, milhares de pessoas que antes não poderiam sorrir, passaram a sorrir, portanto, buscando a igualdade que tantas e tantas vezes, repetidamente, eu tenho aqui mencionado.

Então, meus senhores e minhas senhoras, eu vejo que o objetivo deste Congresso é incentivar – se me permitem dizer, de maneira talvez imodesta – mas acompanhando um

pouco o exemplo brasileiro, o exemplo do extraordinário trabalho que faz o governador Sérgio Cabral, aqui no Rio de Janeiro, inaugurador que foi da tese das Unidades de Pronto Atendimento, as UPAS, que visam exatamente – elas têm, interessante que essa atividade da saúde ela tem, ora um caráter preventivo e ora um caráter, vamos dizer assim repressivo, na medida em que adensa o (incompreensível). Mas as UPAS, Sérgio Cabral, tem exatamente este caráter preventivo, porque elas fazem com que o cidadão ao invés de ir aos hospitais públicos e, portanto, onerando os hospitais públicos do país, ele primeiro tem um pronto atendimento e este pronto atendimento muitas vezes faz com que, ele medicado ali, possa imediatamente voltar para a sua residência. E o Sérgio Cabral fez isto aqui no Rio de Janeiro, ganhando, naturalmente, o aplauso de todos os cariocas e depois reproduzindo essa experiência em todo o país. Portanto, eu vejo que o combate à doença, uma política social, uma política econômica voltada para o impedimento da doença é um dos vetores deste Congresso e, coincidentemente, como disse eu em algum momento, já é uma tese que o Brasil vem levando e às... tratando, levando às últimas consequências. Nós sabemos – e já vou concluindo a minha fala – que o nosso país, curiosamente, ele adotou um amálgama do sistema liberal com o sistema social, porque nós vivemos – vocês podem examinar na nossa Constituição – nós vivemos um sistema de plena liberdade institucional: liberdades individuais, direitos individuais protegidos, direitos humanos realçados, liberdade de imprensa, liberdade de informação, liberdade de comunicação, liberdade de associação, que são pressupostos do Estado liberal. Mas, ao mesmo tempo, especialmente de uns tempos para cá, nós amalgamamos o Estado liberal com o chamado Estado social, porque nós cuidamos. Basta dizer – e o ministro Padilha já salientou: nós temos um capítulo especial na Constituição, que trata da seguridade social e, ao tratar da seguridade social, ele trata da Previdência, da Assistência Social e da Saúde. E, logo adiante, abre um capítulo especial para a Saúde no nosso país. De fora a parte, outros preceitos de natureza constitucional que tratam, digamos assim, da busca da igualdade entre as pessoas. Portanto, nós fizemos no nosso país um amálgama do Estado liberal, na medida em que preservamos as liberdades públicas, as liberdades individuais, com os direitos sociais.

Portanto vivemos, meus senhores e minhas senhoras... E por isso eu posso dizer que, quando viajamos para o exterior, nós temos muito orgulho do que dizem do Brasil – e assim me falava a senhora Margaret Chan, a respeito do Brasil e da visão que todos os povos estrangeiros têm em relação ao nosso país. É por isso que, volto a dizer, ao visitar países estrangeiros, as pessoas dizem, se interessam, querem saber como vai o país, o que está acontecendo no país, porque aqui querem investir e querem também produzir.

Mas este congresso, ministro Padilha, e mais uma vez eu o cumprimento, e à senhora Margaret Chan que, com muita leveza conseguiu tratar de um tema árduo, de um tema espinhoso, mas, no seu discurso, com muita leveza dele tratou. Eu quero cumprimentá-los por este congresso, dizer que o governo brasileiro está orgulhoso por sediar este encontro e por recebê-los neste momento.

Muito sucesso ao encontro que os senhores estão tendo.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-da-conferencia-mundial-de-determinantes-sociais-da-saude-rio-de-janeiro-rj-11min18s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-da-conferencia-mundial-de-determinantes-sociais-da-saude-rio-de-janeiro-rj-11min18s>) (11min38s) do Presidente em exercício Michel Temer

# **20-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em sua homenagem oferecido pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos**

**Presidenta Dilma destaca que Brasil e Angola avançam em parceria de alta qualidade, em áreas críticas para o desenvolvimento**

**Luanda-Angola, 20 de outubro de 2011**

Senhor José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola,  
Senhor Fernando da Piedade Dias dos Santos, vice-presidente da República de Angola,  
Senhor António Paulo Kassoma, presidente da Assembleia Nacional,  
Doutor Rui Ferreira, presidente do Tribunal Constitucional,  
Senhoras e senhores ministros e integrantes de representações angolana e brasileira,  
Senhoras e senhores profissionais da imprensa, jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,  
Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que eu realizo a minha primeira visita oficial a Angola, parceira estratégica e bastião da cultura de expressão portuguesa na África.

Angola é uma nação admirável, que renasce do conflito das lutas dolorosas pela libertação nacional. Caminha, agora, a passos largos na realização de um destino de grandeza. Emerge como fator de estabilidade e vigor político neste vasto continente.

O discurso de Vossa Excelência, senhor Presidente, por ocasião da cerimônia de abertura da Assembleia Nacional, que tive oportunidade de ler, contém conceitos e objetivos que nos irmanam em um só compromisso com políticas capazes de evitar a recessão e combater a fome e a pobreza.

Somos países determinados a elevar o nível educacional de nossos povos e garantir saúde de qualidade a todos. Nossos países avançam também em parceria de alta qualidade, em áreas críticas para o desenvolvimento, como é o caso da infraestrutura, da energia elétrica, da agricultura e da defesa, além, é claro, da educação e da saúde.

O comércio bilateral apresenta tendência ascendente, embora saibamos que pode ser expandido e melhorado muito mais. Em 2010, Angola foi o terceiro maior mercado para os produtos brasileiros na África e o quarto maior exportador africano para o Brasil. Podemos, e tenho certeza, senhor Presidente, na nossa parceria estratégica, faremos mais. A presença engajada de empresas brasileiras neste país reflete a vitalidade de nossos vínculos econômicos bilaterais.

Os investimentos crescentes traduzem sentimento de confiança mútua entre nossos povos,

as nossas economias e os nossos governos. Esse processo receberá novo ímpeto, não tenho dúvidas, com a vinda da missão empresarial brasileira a Luanda e com as relações diplomáticas sistemáticas que ligam nossos povos.

Senhoras e senhores,

O Brasil alia-se a Angola na construção de um mundo mais justo, mais seguro e mais solidário. Aos povos em guerra, este país é exemplo de como é possível construir a paz, de como é possível a reconstrução nacional no pleno gozo das liberdades democráticas. É com essa perspectiva que trabalhamos juntos em Guiné-Bissau.

Senhor Presidente,

Quero reafirmar meu convite para que compareça à Conferência sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e inclusão social, a Rio+20, para juntarmos esforços na definição de um paradigma de desenvolvimento sustentável, que equilibre os pilares econômico, social e ambiental a partir das experiências bem-sucedidas, como as que temos promovido em nossos países.

No espírito, senhor Presidente, de profunda fraternidade que nos une, proponho aos presentes elevarmos um brinde à saúde e à felicidade pessoal de Vossa Excelência, ao povo angolano e ao povo brasileiro e ao constante aperfeiçoamento das relações fraternas entre Angola e Brasil.

Muito obrigada.

Ouça a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-em-sua-homenagem-oferecido-pelo-presidente-de-angola-jose-eduardo-dos-santos-luanda-angola-05min13s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-em-sua-homenagem-oferecido-pelo-presidente-de-angola-jose-eduardo-dos-santos-luanda-angola-05min13s) (05min13s) da Presidenta Dilma

# 20-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão solene na Assembleia Nacional

**A Presidenta Dilma comenta que Angola, como o Brasil, apostou no crescimento em políticas contracíclicas, em privilegiar ações sociais do combate à pobreza, no desenvolvimento e na criação de empresas**

**Luanda-Angola, 20 de outubro de 2011**

Deputado António Paulo Kassoma, presidente da Assembleia Nacional,

Senhoras e senhores deputados e deputadas,

É um privilégio poder dirigir-me à Assembleia Nacional da República de Angola. Sou grata a esta Casa, a Casa da democracia, pela honra deste convite. Recebo-o como mais uma expressão de amizade e de carinho de vosso país ao povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, tenho imensa honra de discursar aqui, em um Parlamento que demonstra estar comprometido com a participação das mulheres, com mais de 39% de representação aqui nesta Casa, e, ao mesmo tempo, pela diversidade e a presença de vários partidos.

Saúdo a relação do Brasil com Angola. Angola é parte constitutiva da nacionalidade brasileira, de nosso sangue, de nossa trajetória, de nossa diversidade étnica e cultural.

Quando um brasileiro ou brasileira vem à África, mais do que se sentir em casa, eles estão tendo a oportunidade única de se encontrar com sua história, e estou segura de vislumbrar, como aqui em Angola, um futuro de progresso econômico, justiça social, paz e democracia.

O Brasil tem a maior população negra do mundo, depois da Nigéria. É o maior país, a maior nação, que recebeu a diáspora afrodescendente do mundo.

Senhoras e senhores,

Nossa história comum é, em grande medida, a própria história do Atlântico Sul. Há séculos, nos uniram sentimentos profundos, como os da saudade e do repúdio à opressão.

Hoje estamos irmanados nos sentimentos de justiça e na luta pela superação das desigualdades, dentro de nossas fronteiras e no cenário internacional. Mas também nos une essa extraordinária alegria de nossos povos nos dois lados do Oceano Atlântico. Mais do que uma atitude, que muitos poderiam qualificar como ingênua, esse sentimento de alegria diante da vida expressa as certezas e as esperanças, sobretudo a confiança de que poderemos sempre transformar a vida.

Por tudo isso, o aprofundamento de nossas relações com o continente africano, em particular, com os países de expressão portuguesa, continuará sendo uma das prioridades da política externa brasileira.

Senhoras e senhores,

É com imensa alegria que vemos Angola demonstrar vitalidade e determinação na busca de seu promissor destino histórico. Li, com cuidado, o relatório apresentado pelo senhor Presidente da República, neste Parlamento, e acredito que compartilhamos valores, sentimentos, propostas, ações e ideais.

Neste momento, em que o mundo se debate numa das maiores crises econômicas da história, vosso país segue crescendo. Crescimento que é fruto da tenacidade de seu povo e da responsabilidade de seu governo, que vem adotando políticas equilibradas, enquanto partes do mundo desenvolvido continuam a trilhar o caminho da insensatez.

Angola, como o Brasil, apostou no crescimento em políticas contracíclicas, em privilegiar ações sociais do combate à pobreza, no desenvolvimento e na criação de empresas. Nossos países fugiram do receituário conservador que tão bem conhecemos na América Latina por mais de 20 anos.

Seguimos outro caminho, tanto em Angola como no Brasil. Não renunciamos as nossas responsabilidades internacionais. Este momento exige políticas macroeconômicas sadias e socialmente inclusivas para proteger nossas nações do contágio, da recessão e do desemprego.

Senhor Presidente, senhoras deputadas e senhores deputados,

Saúdo a recente aprovação na nova constituição angolana, conclusão de mais uma etapa do processo de consolidação e aprofundamento da democracia no país. É de grande importância, igualmente, o recente anúncio feito pelo senhor Presidente de eleições presidenciais em 2012.

Cumprimento os esforços angolanos pelas políticas de promoção da equidade de gênero e pelo representativo número de mulheres que exercem os mais altos cargos neste Parlamento e no Executivo.

Senhoras e senhores,

Nossa cooperação vem de longe: desde o heróico 11 de novembro de 1975, o Brasil tem dado sua contribuição ao esforço nacional de soberania, de desenvolvimento, de construção da democracia deste país. Queremos continuar nesse caminho.

O Brasil olha a Angola como um país irmão. O alto nível dos projetos desenvolvidos por Angola e Brasil é exemplo de cooperação entre os países emergentes e nos estimula a ir adiante, com criatividade e ousadia.

Um dos exemplos mais expressivos desse relacionamento está no campo da educação. O Brasil fará todos os esforços para, nessa área, cooperar, contribuir e aprender com o povo angolano.

Como resultado da parceria estabelecida na área de ensino superior, desde 2000, centenas de estudantes angolanos foram admitidos em cursos de graduação ou pós-graduação no Brasil. Temos orgulho em contribuir para a formação dos quadros que estão assumindo responsabilidades na condução da nação angolana.

Nesse intercâmbio, aprendemos também muito com eles. Esperamos que esse relacionamento no plano da educação possa se ampliar ainda mais com o início das atividades da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, a Unilab, em Redenção, no estado do Ceará que, com a expansão de nosso programa de bolsa de estudos, irá facilitar o intercâmbio de nossos estudantes e professores.

Em 2010, Angola foi o terceiro maior mercado para os produtos brasileiros na África e o

quarto maior exportador africano para o Brasil. A presença de empresas brasileiras em Angola é um testemunho desse esforço de fortalecimento das relações comerciais e dos fluxos de investimentos mútuos.

Queria dizer aos senhores que o Brasil adota princípios nessa cooperação, que gostaria e exige que sejam aplicados em relação ao Brasil. Quais são esses princípios? Primeiro, nós consideramos que as empresas brasileiras que trabalham em Angola têm de contratar, empregar e incentivar trabalhadores angolanos, dirigentes angolanos, engenheiros angolanos, porque é isso que gostamos que façam no nosso país. Segundo, as nossas empresas devem privilegiar também parcerias com empresas angolanas. Terceiro: nós temos de privilegiar e de aceitar a orientação, os planos e os planejamentos dos países nos quais nós estamos cooperando fraternalmente. Assim sendo, as empresas brasileiras têm de respeitar as condições, as regras e as determinações que o governo legitimamente eleito de Angola estabelece para o país. Os mais de US\$ 3 bilhões disponibilizados pelo Brasil fazem de Angola o maior beneficiário de créditos no âmbito do Fundo de Garantias de Exportações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse mecanismo vem se mostrando extremamente eficiente na promoção do intercâmbio entre nossos países. E, sem sombra de dúvida, sempre que for necessário esse Fundo será ampliado.

Estou certa de que a missão empresarial brasileira que virá a Luanda em novembro ampliará esse relacionamento, aí incluindo as preocupações de Vosso governo no que se refere à expansão e fortalecimento, entre outras questões da matriz energética.

Além dos encontros entre empresários estão previstos seminários sobre as ações governamentais brasileiras como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa de apoio às micros, pequenas e médias empresas.

Senhoras e senhores,

O Brasil alia-se a Angola na construção de um mundo mais justo, seguro e solidário. Sabemos, sobretudo, que é sob a liderança política da África que vamos encontrar as melhores soluções para os problemas africanos.

O cenário internacional atravessa fase de aceleradas transformações. Os países emergentes, como os nossos, são chamados cada vez mais a ocupar o espaço que lhes cabe. A concentração do poder nos órgãos multilaterais, que hoje representam, sobretudo, os países desenvolvidos, está ultrapassada, representa uma ordem internacional que não mais existe. Ela não reflete a realidade e a força emergente dos países em desenvolvimento. Não reflete continentes inteiros, como é o caso da América Latina e da África.

O Brasil tem trabalhado pela reforma, seja do Conselho de Segurança das Nações Unidas, seja das instituições financeiras multilaterais no plano internacional.

Estamos juntos, Angola e Brasil, no esforço pela estabilidade e recuperação econômica de Guiné-Bissau. O mundo reconhece a importância do crescente engajamento de Angola em prol da estabilidade política no contexto africano. Aos povos em guerra, este país é exemplo da possibilidade de construir a paz, e levar adiante a reconstrução nacional... desculpa... a reconstrução nacional no pleno gozo das liberdades democráticas.

O “Renascimento Angolano” é um paradigma para as nações do continente que buscam desenvolvimento econômico e social com estabilidade política. É exemplo de esperança e daquela “fé que alimenta a vida”, no dizer do grande poeta e guerreiro e estadista Agostinho Neto.

Por intermédio desta Casa da democracia, quero saudar o povo angolano pelas imensas

conquistas nos últimos anos. Transmito também a todos os deputados e as deputadas, ao povo angolano, a calorosa amizade e a nossa estreita confiança de todos, brasileiros e brasileiras, e faço votos de prosperidade e paz à Angola e aos irmãos angolanos.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-solene-na-assembleia-nacional-luanda-angola-16min44s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-solene-na-assembleia-nacional-luanda-angola-16min44s>) (16min43s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 24-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração da ponte sobre o Rio Negro

**A ponte sobre o Rio Negro é considerada a maior estaiada do Brasil em águas fluviais, com trechos de 400 metros com cabos suspensos, e a segunda maior do mundo, com 3.595 metros de extensão**

**Manaus-AM, 24 de outubro de 2011**

Eu queria aqui cumprimentar o nosso querido presidente Lula,

Cumprimentar o governador Omar Aziz,

Cumprimentar também o nosso senador, querido senador aqui do Amazonas, Eduardo Braga,

Vou cumprimentar também a senadora Vanessa Grazziotin,

Os ministros que me acompanham,

Os deputados federais,

Os deputados estaduais,

Querida cumprimentar, aqui, o nosso Prefeito, em nome de quem eu cumprimento todos os prefeitos.

Eu queria dizer a vocês que eu estou muito feliz de estar aqui hoje. Eu estou... ô gente, agora dá um tempinho, não é? Eu queria, então, dizer a vocês que eu estou muito feliz de estar aqui, nos 342 anos da cidade de Manaus.

Desde 2003, junto com o presidente Lula, muita coisa foi feita pelo Amazonas e pela cidade de Manaus, e agora nós estamos aqui inaugurando uma ponte que é, de fato, um monumento à altura dos 342 anos. E esse monumento é porque esta ponte mostra que é possível fazer com que aqui se gerem empregos, se distribua renda e, ao mesmo tempo, se preserve o meio ambiente. Essa ponte liga duas margens do rio Negro, e isso é um grande acontecimento aqui para Manaus.

Eu estive aqui, desde que eu virei presidente da República, pelo voto de vocês... esta é a terceira vez. Eu estive, a primeira vez, lançando o Programa de Prevenção ao Câncer de Mama e do Colo de Útero para as mulheres amazonenses e para as mulheres de todo o Brasil.

Voltei a segunda vez para lançar aqui o Plano Brasil sem Miséria, que leva à frente os compromissos que nós tivemos ao longo de todo o governo Lula. Esses compromissos são com o povo mais pobre do nosso país, e fizeram com que o Brasil crescesse, tivesse o respeito internacional, criasse o mercado interno.

Falei para vocês, naquela hora, que eu voltaria uma terceira vez e iria trazer um presente de aniversário, um presente de aniversário para os 342 anos de Manaus. E aí, eu trouxe dois presentes. Esse presente está embrulhado com uma certeza – eu vou falar quais são os

presentes: o primeiro presente é a prorrogação da Zona Franca, da condição da Zona Franca, por 50 anos; o segundo presente faz com que a região que vai ser considerada Zona Franca seja estendida à Região Metropolitana de Manaus, a Grande Manaus.

Por que nós trazemos esse presente? Pelo reconhecimento que nós temos de ter à situação do povo do Amazonas e também do que representa a Floresta e a biodiversidade dessa floresta, essa imensa riqueza. Nós queremos que, aqui, através da Zona Franca, se gerem empregos para os milhões de amazonenses. Eles têm direito, como todos os brasileiros, ao emprego, às oportunidades de uma vida digna, a criar seus filhos e suas famílias. Por isso, a Zona Franca, que o presidente Lula, quando ela estava praticamente sendo encerrada pelos governos anteriores, prorrogou a primeira vez, e agora, dando continuidade a isso, eu faço uma prorrogação de 50 anos. Por que essa prorrogação de 50 anos? Pela certeza de que o nosso país tem, na preservação de um grande patrimônio seu, que é esta floresta. E, ao mesmo tempo em que a gente preserva a Floresta e impede o desmatamento, nós criamos oportunidades de trabalho para a população do Amazonas ter uma vida digna.

Então, aqui se combinam duas coisas: o crescimento e o meio ambiente, o respeito ao meio ambiente. E também o reconhecimento da importância da região metropolitana de Manaus, para que haja um desenvolvimento sustentável aqui na região.

Por isso, eu estou muito feliz de estar aqui nesta comemoração do aniversário de 342 anos. Junto com o Gasoduto Coari-Manaus, junto com o Luz para Todos, com o Minha Casa, Minha Vida, que nós, hoje, damos continuidade ao programa do presidente... gente, para, calma! Ô gente, não vamos empurrar! O presidente Lula já pediu e eu também faço, aqui, meu pedido. Tem mulheres, tem crianças, não vamos fazer isso.

E aqui eu encerro, desejando a Manaus, ao Amazonas e ao povo amazonense um feliz aniversário. Estejam certos de que nós sempre estaremos atentos para criar oportunidades iguais, não só para as regiões, mas também para todos os brasileiros e brasileiras.

Um grande abraço a todos aqui, homens e mulheres amazonenses.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-ponte-sobre-o-rio-negro-manaus-am-07min41s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-ponte-sobre-o-rio-negro-manaus-am-07min41s) (07min41s) da Presidenta Dilma

Salvar

# **25-10-2011 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos**

**Durante a declaração, presidenta Dilma diz que, como inovação e educação andam juntas, engenheiros brasileiros irão à Ucrânia para capacitar-se em empresas produtoras de veículos lançadores de satélites**

**Palácio do Planalto, 25 de outubro de 2011**

Excelentíssimo senhor Viktor Yanukovych, presidente da Ucrânia,

Senhoras e senhores ministros integrantes das delegações da Ucrânia e do Brasil,

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas,

Senhoras e senhores,

Quero reiterar as minhas boas vindas ao presidente Yanukovych e a sua comitiva, na primeira visita que faz à América Latina. Sua presença entre nós reflete a sólida relação que estamos construindo nesses últimos anos. Ela coincide também com a comemoração dos 120 anos da imigração ucraniana para o Brasil, que tanto nos orgulha.

Na reunião que acabamos de realizar, discutimos a situação da economia internacional e as perspectivas para a Cúpula do G-20, em Cannes. Relatei ao presidente Yanukovych nossa preocupação com o quadro global da Economia. A falta de uma ação rápida só levará ao agravamento da crise, com sérias consequências políticas e sociais.

Por outro lado, a saída da crise exige uma combinação equilibrada entre medidas de ajuste fiscal e de estímulo ao crescimento econômico e ao emprego.

É preciso um esforço concertado de reequilíbrio de toda a economia internacional. Há que sempre evitar que alguns países transfiram para outros os custos de uma conjuntura difícil, seja por artifícios de controle cambial, seja por políticas monetárias excessivamente expansivas, seja por qualquer desequilíbrio financeiro.

Ouvi, muito interessada, e manifestei para o Presidente a importância que nós damos à questão da segurança nuclear, e manifestei o interesse do Brasil na Cúpula de Segurança Nuclear, realizada em abril último, por ocasião dos 25 anos do acidente de Chernobyl. Aqueles eventos e o de Fukushima mostram a necessidade do aprimoramento constante de todas as instalações nucleares, e aqui eu estou me referindo àquelas relativas à geração de energia elétrica.

Queria destacar também que reiterarei o compromisso do Brasil com os esforços internacionais em prol do desarmamento e da não proliferação de armas de destruição em massa.

O presidente Yanukovych e eu passamos em revista uma ampla agenda. Na área espacial, a cooperação bilateral é emblemática do potencial das relações entre os nossos países. A instalação do sítio de lançamento do Cyclone-4, em Alcântara, terá efeitos multiplicadores em atividade de sensoriamento remoto, serviços meteorológicos e controle do espaço aéreo,

além de permitir que o Brasil também ingresse no mercado internacional de lançamento de satélites. Como inovação e educação andam juntas, engenheiros brasileiros irão à Ucrânia para capacitar-se em empresas produtoras de veículos lançadores de satélites.

Ampliaremos também, na esfera comercial, as nossas relações com a Ucrânia. O Brasil se tornou o maior parceiro da Ucrânia na América Latina. Temos um comércio bilateral que cresceu de forma sustentada até 2008. Apesar dos efeitos da crise financeira sobre o nosso intercâmbio de bens e serviços, já vemos uma clara recuperação em 2011 e, por isso, eu queria aqui acrescentar a importância da parceria estratégica entre o Brasil e a Ucrânia como um dos elementos importantes na conformação de novos polos comerciais de relacionamento na esfera internacional.

O acordo para a promoção bilateral de investimentos vai se consubstanciar também em um fórum de CEOs, em um fórum de empresários, de governadores e um fórum com a participação tanto do governo da Ucrânia quanto do governo brasileiro.

São essas iniciativas que vão fomentar novas oportunidades de negócio e de comércio, tanto para o Brasil quanto para a Ucrânia. Nós encaramos a parceria estratégica com a Ucrânia como elemento essencial deste novo momento por que o mundo passa, porque ao mesmo tempo em que devemos enfrentar a crise em cada um dos nossos países, devemos também construir novas relações de forma mais profunda. O Brasil e a Ucrânia começaram esse processo há alguns anos, e agora chegou a hora do aprofundamento das nossas relações.

Expressei também ao presidente Yanukovich minha satisfação com a parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz e a empresa ucraniana Indar para a produção de insulina no Brasil, o que reduzirá o custo dos medicamentos, beneficiando as camadas mais pobres da população.

Queremos também fazer da Ucrânia um supridor cada vez mais importante para a produção de fertilizantes no Brasil. A exportação de ureia e amônia ucranianas abastecerão as fábricas em construção no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento 2.

Ainda na área agrícola, compartilhamos a avaliação de que a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Embrapa e a Academia Ucraniana de Ciências Agrárias vai impulsionar pesquisas e projetos de cooperação conjuntos, com efeitos positivos no setor de segurança alimentar e bioenergia.

Concordamos em aprofundar o diálogo no Grupo de Trabalho sobre Biocombustíveis, com base na experiência do Brasil nessa área e no interesse da Ucrânia em aumentar a produção e o uso de biocombustíveis.

Também avaliamos positivamente as relações entre a Petrobras e as empresas ucranianas para aquisição e produção no Brasil de turbinas a gás, que gerarão energia elétrica para as plataformas do pré-sal.

Decidimos levar adiante as negociações de cooperação na área de Defesa, que nos permitirá explorar complementaridades industriais para promover o desenvolvimento de equipamentos militares.

Sobre as questões da Paz e da Segurança, coincidimos em que as antigas estruturas vigentes no mundo bipolar perderam sua eficiência neste novo mundo multipolar. Assim sendo, as Nações Unidas carecem de reformas como, por exemplo, a reforma no Conselho de Segurança da ONU. E, a esse respeito, reiterarei meu reconhecimento ao governo ucraniano pelo apoio ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado e representativo. Manifestei também ao Presidente o apoio brasileiro à presença da Ucrânia como membro não permanente.

Convidei o Presidente ucraniano a participar também das Conferências que... principalmente da Conferência, no Brasil, a Rio+20, que nós queremos que seja uma conferência a definir padrões de desenvolvimento sustentável, inclusão social e economia de baixo carbono, a Rio+20.

As decisões que tomamos durante a visita de hoje, elas consolidam o relacionamento entre o Brasil e a Ucrânia, reafirmam essa parceria estratégica e mostram como dois países podem se beneficiar, através de um relacionamento não somente respeitoso, como também um relacionamento complementar, e com uma visão clara de que é estratégico, tanto para o Brasil quanto para a Ucrânia, o estabelecimento de relações tão estreitas.

Além disso, disse ao Presidente que os 120 anos da imigração ucraniana para o Brasil mostram e tornam essa oportunidade uma ocasião propícia à visita do Presidente e, ao mesmo tempo, reforça a imensa diversidade cultural brasileira, na medida em que os nossos brasileiros ucranianos e brasileiras ucranianas são responsáveis pela construção deste nosso Brasil – multidiverso, multicultural e multiétnico.

Muito obrigada, senhor Presidente, e queria agradecer também à sua delegação. E espero que, nesta tarde, as nossas respectivas delegações aproveitem para estreitar os seus vínculos.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-brasilia-df-11min46s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-brasilia-df-11min46s>) (11min46s) da Presidenta Dilma

Salvar

# 25-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido ao presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovych

**Presidenta Dilma destaca que "com o apoio do Programa Ciência sem Fronteiras vamos fortalecer essa iniciativa de capacitação dos profissionais brasileiros na área de Ciências Exatas, aproveitando a reconhecida capacitação científica e técnica ucranianas"**

**Palácio Itamaraty, 25 de outubro de 2011**

Excelentíssimo senhor Viktor Yanukovych, presidente da Ucrânia,

Senhor senador José Sarney, presidente do Senado Federal, ex-presidente do Brasil,

Excelentíssimo senhor Fernando Collor de Mello, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e ex-presidente da República Federativa do Brasil,

Embaixador Antonio Patriota, ministro das Relações Exteriores,

Senhoras e senhores ministros integrantes das delegações ucraniana e brasileira,

Senhores senadores Cristovam Buarque e Sérgio Souza,

Senhoras e senhores deputados federais,

Senhoras e senhores empresários. Em especial eu queria saudar os empresários do Paraná aqui presentes,

Senhoras e senhores,

Eu gostaria muito de dizer que é com alegria que recebemos hoje um amigo do Brasil, o presidente Yanukovych. E ele nos visita num momento – e eu não canso de dizer – extremamente, especial, particularmente feliz: os 120 anos da imigração ucraniana e do recebimento desses ucranianos - brasileiros e brasileiras - que integraram o nosso país, que deram sua contribuição, que foram trabalhadores incansáveis e empreendedores, e que integram a nossa nacionalidade. Nós somos um país multiétnico e multiverso, e isso é muito importante, porque cria pontes entre nós e várias outras partes do nosso planeta.

Temos muito orgulho em abrigar a terceira maior comunidade de ucranianos do mundo. Quase meio milhão de descendentes de imigrantes, que aqui encontraram uma nova pátria e que eu queria dizer que ajudam, com determinação, a construir o nosso país.

Eu, como filha de imigrante búlgaro, bem sei o valor dessas contribuições étnicas e culturais para a formação de nossa nacionalidade.

Sua visita, senhor presidente Yanukovych, constitui valiosa oportunidade para que a gente fortaleça os vínculos entre nossos países e nossos povos.

Desde a independência da Ucrânia, em 1991, estamos aproximando duas nações que possuem desafios comuns e hoje possuem algo muito relevante: oportunidades compartilhadas.

A parceria estratégica estabelecida em 2009 entre Brasil e Ucrânia é o eixo desse processo. Desejo, assim, reafirmar meu compromisso em fortalecê-la, ampliando os campos de cooperação, especialmente nas áreas de alta tecnologia, como é o caso do Projeto Cyclone Space em Alcântara. É o caso da área de Educação, da área de Saúde e da área de Energia e Agricultura.

Estamos rompendo barreiras na área espacial, consolidando uma aliança que fez história com o projeto Cyclone-4. Sou muito grata aos esforços pessoais de Vossa Excelência para o avanço do projeto, inclusive no campo financeiro.

Esta é iniciativa de efeitos multiplicadores, e que agora se estende para a cooperação educacional. Tenho certeza de que o Maranhão saberá recebê-los cada vez com mais amizade e com mais carinho. Os engenheiros da Universidade de Brasília que partirão para estudar na Ucrânia, em dezembro próximo, serão precursores do que, espero, seja um caminho e um intercâmbio promissor de alunos e professores.

Com o apoio do Programa Ciência sem Fronteiras vamos fortalecer essa iniciativa de capacitação dos profissionais brasileiros na área de Ciências Exatas, aproveitando a reconhecida capacitação científica e técnica ucranianas.

Outro aspecto que evidencia o potencial de nossa relação é o crescimento, tanto do comércio bilateral como também das oportunidades que, a partir de agora, se abrem em nossos caminhos e em nossos horizontes.

Senhor Presidente,

Sua visita é um grande passo para que a gente aprofunde uma relação que valoriza e que sirva de catalisador para impulsionar, a partir de agora, cada vez mais, essa aliança e essa parceria estratégica que estabelecemos.

No seu retorno a Kiev, peço que leve a amizade e a mensagem de carinho e respeito do povo brasileiro pelo povo ucraniano, e, sobretudo, nossa expectativa de que a Seleção Ucraniana de Futebol se classifique para a Copa do Mundo de 2014. Estou certa de que atletas e torcedores ucranianos também serão recebidos de braços abertos nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

É com esse espírito de amizade e parceria que convido a todos a erguerem um brinde à prosperidade da Ucrânia, à cooperação entre nossos povos e países e à saúde do presidente Yanukovich!

▣  
Ouçã a íntegra do discurso (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-oferecido-oferecido-ao-presidente-da-ucrania-viktor-yanukovitch-brasil-07min24s>) (07min24s) da Presidenta Dilma

# **26-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de sanção da lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**

**Com o Programa, o governo pretende dar condições para que jovens e trabalhadores cheguem mais capacitados ao mercado de trabalho, além de aumentar a produtividade da economia e a renda da população**

**Palácio do Planalto, 26 de outubro de 2011**

Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,

Presidente do Senado Federal, senador José Sarney,

Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,

Senhoras e senhores ministros de Estado aqui presentes, e eu cumprimento todos os ministros, ao cumprimentar o ministro da Educação, Fernando Haddad, e todas as ministras, ao cumprimentar Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil,

Cumprimento também os senhores governadores aqui presentes: governador Cid Gomes, do Ceará; governador Jaques Wagner, da Bahia; e em nome deles saúdo também os governadores parceiros do Programa, do Pronatec,

Queria cumprimentar as senadoras e os senadores aqui presentes,

As senhoras e os senhores deputados federais aqui presentes,

Queria cumprimentar também o senhor Paulo Tigre, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que... instituição que foi parceira de primeira hora desse Programa,

Queria cumprimentar o reitor Cláudio Ricardo Gomes de Lima, por meio de quem cumprimento todas as reitoras e reitores aqui presentes,

Cumprimentar também os senhores estudantes e, ao cumprimentar o Yann Evanovick, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), cumprimento todos aqueles que vão se beneficiar dos ganhos e das oportunidades do Pronatec,

Queria cumprimentar também o ministro Lupi, em especial – vou destacar o ministro Lupi pelo fato de que ele representa aqui também a necessária capacitação profissional dos trabalhadores,

Cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Esse Programa, ele é, sobretudo, um programa que deve estar casado com uma palavra; a palavra é oportunidade. Acredito que o Brasil, nesta década e na próxima, tem um caminho a percorrer que é a construção de, cada vez mais, uma Educação de alta qualidade, e essa Educação de alta qualidade, ela tem de ser universalizada. O Pronatec é um dos passos nessa direção.

Desde 28 de abril passado, quando nós enviamos e lançamos... enviamos para o Congresso e lançamos o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego, recebemos muito apoio, e, por isso, foi grande a minha satisfação ao sancionar o projeto. Nós dispomos agora da autorização legislativa para implantá-lo em todas as suas dimensões e consequências.

Eu quero agradecer ao Congresso Nacional pela importância que deu a esse projeto. Agradecer a cada um dos deputados e senadores aqui presentes, ou também que não estão presentes, mas que contribuíram com o seu voto para essa aprovação.

E queria fazer uma menção especial aos relatores do Projeto de Lei em sua tramitação pelo Congresso: agradeço ao deputado Alex Canziani, do PTB do Paraná, relator da Comissão do Trabalho; agradeço ao deputado Antonio Carlos Biffi, do PT do Mato Grosso, relator na Comissão de Educação; agradeço ao deputado Jorginho Mello, do PSDB de Santa Catarina, relator na Comissão de Constituição e Justiça; agradeço ao deputado Júnior Coimbra, PMDB do Tocantins, relator na Comissão de Finanças e Tributação; e agradeço à senadora Marta Suplicy, relatora nas Comissões de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça.

Agradeço a todos eles o excelente trabalho e a dedicação que deram à aprovação dessa matéria. Essa celebração aqui hoje se deve, em muito, à atuação dos senhores relatores, da senhora relatora, e à atuação e à determinação do Congresso Nacional. E por isso homenageio aqui também, e acredito que expresso o agradecimento da sociedade brasileira homenageando os senhores deputados e senadores.

Nós sabemos, e o Brasil passa por esse momento, que uma das maiores alavancas, uma das maiores plataformas e um dos melhores caminhos para o desenvolvimento de um país é a Educação.

No nosso caso, nós estamos em uma fase em que nós completamos o primeiro movimento, que foi o movimento da universalização da Educação. E agora nós estamos buscando, da creche à pós-graduação, modificar a qualidade da Educação no Brasil. E hoje nós temos sim um desafio: o desafio de assegurar capacitação para nossos jovens, para os trabalhadores, e para os adultos que não tiveram no passado a oportunidade dessa qualificação.

A palavra é capacitação, porque capacitação implica dois grandes movimentos. Um primeiro movimento, que é o movimento produtivo. É a garantia de que o nosso país vai ter as condições de aumentar sua produtividade, melhorar a sua produção de bens e serviços, beneficiando o conjunto da sua população, competir internacionalmente e agregar valor a sua produção, o que significa trabalho de alta qualidade, expresso nos nossos produtos.

Nós somos um grande produtor de commodities, e temos de nos orgulhar disso. Aliás, as nossas commodities alimentares, os nossos produtos agrícolas, eles são produtos, obviamente, da nossa geografia, do nosso clima, da nossa insolação, mas eles são produtos também de uma especial dedicação inovadora e de pesquisa na área de Ciência e Tecnologia, na área agrícola.

O que nós estamos fazendo hoje é dar um passo na direção da formação profissional de alta qualidade dos nossos jovens. Através desse grande pilar, deste Programa, do Programa Nacional... do Pronatec – Programa Nacional de Tecnologia e Emprego [Programa Nacional

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego], que é assegurar que o ensino médio brasileiro não seja um ensino pura e simplesmente iluminista do passado, mas seja um ensino que combina o conhecimento geral, mas também o conhecimento, a prática específica e as qualificações necessárias para fazer frente à economia do conhecimento, à sofisticação tecnológica. É esse o passo que nós damos nesse pilar.

O outro grande pilar é uma parceria muito importante feita com a nossa... com os nossos empresários, porque o Brasil é um país de uma sofisticada indústria; é um país que tem, na sua indústria, uma qualidade muito especial. Poucos países do mundo podem contar, nessa parceria, com a qualificação do Senai e do Senac. Por isso, quando nós fizemos essa parceria com o Senai e com o Senac, com o segmento industrial brasileiro, o que nós estamos dizendo é o seguinte: o Estado cumpre a sua parte e a iniciativa privada dá sua grande contribuição, na medida em que a formação profissional dos nossos jovens é algo estratégico para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país e para a oportunidade para milhões de famílias. Porque nós sabemos que, nas famílias, as mães e os pais se orgulham extremamente da formação profissional dos seus filhos. Porque nós estamos, assim, dando renda de qualidade para a família brasileira.

Uma outra questão estratégica são os nossos trabalhadores. Nós queremos trabalhadores cada vez mais bem formados. É um outro tipo de formação. Não há nenhum demérito entre uma e outra. Não se pode comparar, são coisas diferenciadas. Mas queremos também dar oportunidade para adultos que não tiveram essa oportunidade nos momentos anteriores.

E tudo isso, seja quando se olha para a questão do ensino médio, seja quando se olha para a capacitação profissional do adulto e do trabalhador, nós estamos utilizando todos os instrumentos à disposição do governo federal, para assegurar, também, uma parceria com os governos dos estados no que se refere à expansão das escolas públicas estaduais. E, expandindo a rede federal, algo que já tinha começado no governo do presidente Lula, porque o presidente Lula sempre teve uma profunda consciência da importância, na sua própria vida, da capacitação que ele teve no Senai. E nós estamos expandindo e consolidando esse processo, através das nossas 208 escolas técnicas federais.

E outros instrumentos nós estamos utilizando. Nós estamos utilizando uma política de crédito para garantir, junto com uma política tributária de desoneração, para garantir que os empresários invistam na educação profissional, coloquem esta como uma das questões essenciais para o seu crescimento, e, ao mesmo tempo... o Fernando, eu acredito que esqueceu, ou eu que não percebi, a questão do Fies. Nós estamos fazendo o financiamento do ensino técnico profissionalizante para aquele aluno que quer estudar em uma escola privada e terá, portanto, acesso ao financiamento do ensino... agora, do ensino técnico profissionalizante.

Tudo isso configura junto, também, com esse decreto que eu assinei da e-Tec, a nossa escola aberta de tecnologia à distância, o que será também uma grande contribuição para que esse ensino técnico profissionalizante se interiorize. Porque o que nós queremos é que na sua cidade, ou o mais perto possível dela, o nosso jovem, o nosso adulto e o trabalhador tenham uma oportunidade de capacitação.

Por tudo isso, eu quero dizer a vocês que o Brasil é do tamanho dos nossos sonhos, dos sonhos de cada um de nós, mas também, além dele ser do tamanho dos sonhos, é do tamanho das oportunidades que nós damos para os brasileiros e as brasileiras realizarem seus sonhos. E eu tenho muito orgulho de dizer que o Pronatec é a maior máquina, o maior instrumento, a maior iniciativa, a maior ação, no sentido de realização dos sonhos e do futuro de muitos jovens brasileiros e brasileiras.

Obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-que-cria-o-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego-pronatec-brasilia-df-15min06s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-que-cria-o-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego-pronatec-brasilia-df-15min06s)(15min06s) da Presidenta Dilma

Salvar

# **26-10-2011 - Mensagem lida em nome da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da cerimônia de imposição de comendas da Ordem ao Mérito Aeronáutico, em comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira**

**Presidenta afirma que o Brasil conta com uma Força Aérea respeitada e eficiente**

**Base Aérea de Brasília, 26 de outubro de 2011**

Em 23 de outubro de 1906, em seu 14 BIS, Alberto Santos Dumont alçou o nome do Brasil a uma inegável posição de destaque. O patrono da Aeronáutica tornou-se o símbolo da vitória e da persistência sobre séculos de sonhos, recompensando os visionários que almejaram compartilhar com os pássaros a amplitude dos céus.

Impulsionadas pelo espírito vitorioso de Santos Dumont, gerações de brasileiros – muitos pertencentes à Aeronáutica – se dedicaram para que o Brasil adentrasse ao seleto grupo de países que concebem e fabricam seus próprios aviões e desenvolvem programa espacial. Seus esforços nos propiciaram uma indústria de transporte aéreo estratégica para um país de enormes dimensões territoriais e com regiões só alcançáveis por meio aéreo. Seu trabalho nos garantiu um moderno, eficiente e integrado sistema de controle do espaço aéreo.

Estas conquistas têm sido fundamentais na manutenção de nossa soberania. Têm propiciado ao Brasil proteger suas fronteiras, suas riquezas e seu povo.

Nossa Força Aérea evoluiu também sob a inspiração da dedicação e disciplina de Santos Dumont. O Brasil conta com uma Força Aérea respeitada e eficiente e se orgulha disto. Força Aérea que trabalha pelo bem comum, seja na solidão amazônica, no semiárido nordestino, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas ou na vigilância das riquezas do pré-sal. Força Aérea que tem papel de destaque na pesquisa científica e tecnológica nacional, contribuindo para a inovação e o aumento de produtividade da indústria brasileira.

Vejo nossa Força Aérea como uma instituição dinâmica e resoluta no cumprimento de suas altas responsabilidades, alinhada com os objetivos maiores desta nação. Uma instituição que tem compromisso inegociável, junto com as Forças coirmãs, com a democracia, os interesses nacionais e a garantia plena das liberdades individuais.

Devemos continuar avançando. Sabemos que, mesmo para agir pacificamente, nossas Forças Armadas precisam dispor de modernas tecnologias de defesa com foco na capacitação profissional. Nesta convicção, se assentam a Estratégia Nacional de Defesa e as medidas de fomento à Indústria Nacional de Defesa, recém-adotadas. Essas políticas

estratégicas permitirão que a Força Aérea, assim como as Forças coirmãs, continuem se aprimorando. Garantirão que o desenvolvimento do Brasil esteja acompanhado da indissociável soberania e preservação de seu território.

Caros aviadores do Brasil,

O Brasil do futuro será exatamente do tamanho do que juntos fizermos por ele hoje.

Como Comandante Suprema das Forças Armadas, convoco-os a manter vivo o espírito de perseverança de Alberto Santos Dumont e, investidos desta atitude, continuar participando do esforço de transformação do nosso país, mantendo a grandiosa aeronave Brasil sempre em ascendente trajetória rumo ao futuro.

Parabéns à Força Aérea de todos nós brasileiros!

# 31-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de posse do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo**

**Palácio do Planalto, 31 de outubro de 2011**

Senhor Michel Temer, vice-presidente da República,

Senador José Sarney, presidente do Senado Federal,

Senhoras e senhores ministros aqui presentes. Eu cumprimento o ministro do Esporte, Aldo Rebelo e, em nome dele, cumprimento todos os demais ministros.

Queria também cumprimentar o ex-ministro do Esporte, meu companheiro de governo, Orlando Silva,

Cumprimentar os governadores Eduardo Campos, de Pernambuco; Teotônio Vilela Filho, de Alagoas;

E os senadores Benedito de Lira, Blairo Maggi, Ciro Nogueira, José Pimentel, Lídice da Mata, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá e Walter Pinheiro,

Cumprimentar o deputado Cândido Vaccarezza, por intermédio de quem cumprimento os demais deputados federais presentes,

Cumprimentar o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, por meio de quem eu cumprimento todos os prefeitos presentes,

Cumprimentar o nosso querido Pelé, embaixador honorário para a Copa do Mundo de 2014, e que nos honra neste momento,

Cumprimentar o presidente do PCdoB, Renato Rabelo,

Cumprimentar os presidentes de clubes de futebol aqui presentes,

Os senhores e as senhoras atletas,

Os senhores e as senhoras jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

Esta cerimônia não estava nos meus planos, nos planos do governo. Muitas vezes somos conduzidos a situações inesperadas que temos de enfrentar e enfrentar, muitas vezes, com tristeza, mas sempre com coragem e com determinação. Foi o que fizemos nesse caso, sem abrir mão de construir o caminho que escolhemos.

Há alguns versos de um compositor popular – Martinho da Vila – que se ajustam a esse momento: “Deixo o mundo me rumar para onde eu quero ir; as circunstâncias podem nos empurrar e querer nos dar rumo, mas vamos para onde queremos, movidos por nossos

princípios e por nossas crenças, e não para onde querem nos levar”.

Senhoras e senhores,

As mudanças podem ocorrer, e as pessoas podem nos deixar, mas as políticas e as linhas de ação terão de ser preservadas.

Orlando Silva fez um excepcional trabalho na liderança do Ministério do Esporte, do qual sou testemunha, como ministra do mesmo governo que ele e agora como presidenta da República. Esse trabalho foi incansável na preparação do Brasil para os grandes eventos esportivos que sediaremos. Por isso, e por todas as iniciativas e pelo cumprimento das orientações do governo no que se refere à inclusão social e ampliação de oportunidades através do esporte, reconhecemos seu trabalho e todo o acúmulo de experiências que deixa para a realização dos grandes eventos esportivos do país.

Ao me comunicar sua resolução de se afastar da pasta dos esportes, disse-me que precisava sair para se defender. Ele ganha plena liberdade para restituir a verdade e preservar, assim, a sua biografia. Orlando Silva não perde meu respeito. Desejo-lhe muito sucesso em sua cruzada pela verdade.

Perco um colaborador, mas preservo o apoio de um partido cuja presença no meu governo considero fundamental. O PCdoB tem sido, nos últimos nove anos, um parceiro leal e relevante do nosso projeto nacional de governo e de desenvolvimento, baseado na democracia, na afirmação soberana do Brasil e no crescimento com distribuição de renda e inclusão social. Ao longo da minha vida, compartilhei aspirações e certezas de transformação e soberania do Brasil com o PCdoB.

É esse partido que me proporciona hoje um novo colaborador, experiente, qualificado, sério, líder reconhecido, homem de Estado e, sem sombra de dúvida, reconhecido por todos como um defensor corajoso, de opiniões fortes, dos interesses nacionais. Aldo Rebelo tem experiência de ex-coordenador político do governo Lula, e com ele também compartilhei o ministério do presidente Lula. Ex-presidente da Câmara dos Deputados, Aldo é um cidadão, um parlamentar respeitado por seus pares, independentemente dos partidos a que pertençam.

Ele tem plenas condições de dar continuidade às políticas prioritárias do Ministério que hoje está assumindo, e estabelecer, desde logo, relações claras com todos os entes envolvidos na preparação da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

Aldo Rebelo, como nós podemos ver por este plenário, é rico em amigos e companheiros, colegas que conhecem seu caráter e suas convicções e que o respeitam. Estou certa de que, como novo ministro do Esporte, saberá empreender, realizar e, quando for o caso, negociar a busca de soluções em que todos ganhem, principalmente e especialmente o Brasil e o povo brasileiro, sem que a ninguém seja imposto abdicar de princípios e de direitos legais em vigor no país.

Como Ministro, eu tenho certeza que o ministro Aldo será um titular, um titular em nosso time. Mas o objetivo persiste exatamente o mesmo: dar continuidade ao nosso projeto de desenvolvimento e garantir os novos avanços que os brasileiros esperam de nós.

Com o renovado apoio do PCdoB, este governo, que se orgulha de ser de coalizão, continuará trabalhando para retirar 16 milhões de brasileiros da pobreza absoluta e garantir a todos os brasileiros oportunidades, muito especialmente Educação e Saúde pública de qualidade. Nesses dois temas, a questão do esporte ocupa um papel especial, tanto no que se refere à Educação, como no que se refere à Saúde pública.

Nós temos o compromisso de preservar as conquistas da população brasileira, em especial dos 40 milhões que chegaram à classe média, e ampliar cada vez mais seus direitos e suas oportunidades. Temos o compromisso de fortalecer a estrutura produtiva nacional e continuar gerando milhões de empregos que os brasileiros almejam e desejam. Sobretudo, iremos realizar a maior Copa do Mundo de todos os tempos, em 2014.

Desejo usar uma das imagens emprestadas do futebol, que o presidente Lula sempre utilizava: hoje colocamos a bola no chão, reiniciamos o jogo e vamos para o ataque, por um Brasil mais justo e mais desenvolvido. Esta será a vitória de todos nós.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-senhora-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-do-ministro-do-esporte-aldo-rebello-brasilia-df-10min32s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-senhora-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-do-ministro-do-esporte-aldo-rebello-brasilia-df-10min32s>) (10min32s) da Presidenta Dilma

Salvar

# **31-10-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante entrega do prêmio “As Empresas Mais Admiradas do Brasil”, oferecido pela revista Carta Capital**

**Durante discurso, presidenta Dilma afirma que "essas empresas e empresários merecem respeito e admiração porque investem no Brasil, inovam no Brasil, criam empregos no Brasil e formam gerentes, trabalhadores, funcionários, que serão e que são a base do nosso modelo de desenvolvimento"**

**São Paulo-SP, 31 de outubro de 2011**

Boa noite a todos.

Queria cumprimentar o governador Geraldo Alckmin e a senhora Lu Alckmin. E, de fato, Governador, fiquei muito feliz com as suas palavras. Temos tido, nesses dez meses em que eu sou presidente da República, uma parceria muito produtiva, do interesse dos paulistas, de São Paulo e de todo o Brasil.

Queria dizer ao jornalista Mino Carta, diretor de redação da revista Carta Capital, o quanto eu estou feliz de estar aqui, porque eu tenho admiração tanto pela sua conduta como pelo seu caráter e, sobretudo, pela sua capacidade de realização.

Queria cumprimentar, também, meu professor Luiz Gonzaga Belluzzo, consultor editorial da revista Carta Capital.

Cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado: Guido Mantega, da Fazenda; Garibaldi Alves, da Previdência Social; Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia; Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais; Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral; Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social; Iriny Lopes, da Secretaria de Política para as Mulheres.

Queria dirigir também um cumprimento especial a outro parceiro republicano do governo federal, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

Cumprimentar todas as senhoras e senhores deputados aqui presentes.

Cumprimentar o governador Cid Gomes.

Dirigir um cumprimento especial às lideranças empresariais e sindicais que estão aqui hoje. Às senhoras e aos senhores agraciados: empresários, líderes empresariais. E dizer que um país como o nosso tem de ter orgulho dos seus trabalhadores e dos seus empresários.

Hoje é uma festa em que nós comemoramos a existência no Brasil de segmentos empresariais, empresas e lideranças que têm descortínio, ousadia e visão.

Cumprimentar... Em especial, eu queria cumprimentar um líder empresarial, o Eike Batista, pelas palavras que proferiu aqui e pelo fato de que um empreendedor é sempre um exemplo de ousadia. Várias empresas aqui são grandes empresas; eu escolhi uma pessoa e não uma

empresa porque eu acho que as pessoas aqui, os líderes empresariais, é que fazem a diferença nas suas empresas. E aqui nós estamos falando de pessoas e não de instituições. Então, meus parabéns a cada um dos empresários aqui presentes.

Queria também cumprimentar os representantes da imprensa, jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Cumprimentar aqui as senhoras aqui presentes. E aí eu queria cumprimentar uma empresária: a minha querida amiga e a quem eu respeito muito, a nossa querida Luíza.

Para mim, é um prazer estar aqui hoje participando da premiação às empresas mais admiradas do país e da celebração dos 17 anos da Carta Capital. Estar com os maiores empresários brasileiros, representantes da força da nossa economia, neste momento que antecede a minha viagem para participar da região... da reunião do G-20 em Cannes, na França, é no mínimo inspirador.

Eu queria dizer que é inspirador pelo que cada um dos empresários aqui presentes tem de um sobrevivente, qual um sobrevivente de um processo de seleção que foi o processo de seleção que ao longo dos últimos 20 anos tornou os empresários brasileiros extremamente experientes em matéria de crise, de sobrevivência, nas situações mais difíceis possíveis. E isso é muito inspirador diante do que ocorre no mundo. Não por uma soberba, em que nós olhamos para o mundo e dizemos: "ainda bem que não somos eles", mas pela certeza de quem passou por enormes desafios e os superou.

Eu aproveito este momento também para dizer a vocês que eu visitei hoje o senhor presidente Lula, ex-presidente Lula, no Hospital Sírio-Libanês e quero dizer para vocês que eu o conheço de muito perto e tenho certeza que ele é um sobrevivente, um guerreiro e um superador de desafios.

Por falar em desafios, Mino, eu quero iniciar fazendo um reconhecimento ao sucesso da revista Carta Capital e à atividade profissional de seu diretor. Mino Carta tem, e nós todos aqui sabemos disso, uma trajetória ímpar. Porque todo projeto do qual ele participa torna-se uma publicação bem-sucedida e respeitada, mesmo que depois, a partir de um certo tempo, quando ele já criou, ele se afaste. Foi assim com a Quatro Rodas, com o Jornal da Tarde, com a Veja, com a IstoÉ e, agora, com essa filha diletta, da qual há 17 anos ele não se afasta, Carta Capital.

Mino Carta costuma produzir grandes triunfos jornalísticos e profissionais. O projeto da Carta Capital é sumamente importante para todos nós que acreditamos no papel estratégico da informação de qualidade, na construção de uma sociedade livre, democrática. Há alguns conceitos de Mino Carta sobre jornalismo que merecem ser destacados: Mino sempre diz que o jornalista e mesmo as publicações jornalísticas não estão errados se assumirem publicamente as suas posições em política, desde que respeitem, nos relatos que fizerem, a verdade dos fatos.

Nisso ele não está sozinho. Grandes publicações internacionais têm esse tipo de conduta e esse posicionamento. É o caso, por exemplo, do *[The] New York Times*. Ele defende ainda que o jornalista tem espírito crítico e que os jornais e revistas se qualifiquem para atuar como os fiscais de todo e qualquer poder. Carta Capital, coerente com esses princípios, nunca escondeu do leitor suas posições editoriais.

Senhores empresários, senhoras empresárias,

Meus amigos, minhas amigas,

O Brasil está vivendo, há mais de duas décadas, uma democracia plena, com liberdade de

expressão e de imprensa sem restrições.

Daí porque nós hoje nos reunimos aqui, numa comemoração do aniversário de um órgão de imprensa e, ao mesmo tempo, uma homenagem às empresas mais admiradas e aos líderes mais admirados do Brasil.

Na semana que passou, nós demos passos decisivos para solidificar esse ambiente democrático que remonta ao surgimento do nosso Estado Democrático de Direito. As leis de acesso a informações públicas e a criação da Comissão da Verdade permitirão tornar o Estado brasileiro mais transparente, e o conhecimento da nossa história, sobretudo aquela construída nos momentos de exceção, durante a ditadura militar mais presente. A memória e a verdade são a garantia para que as gerações futuras possam dizer sobre aquele período: “nunca mais”. É apenas isso: memória e verdade.

O prêmio “As Empresas e os Empresários mais Admirados do Brasil” é o reconhecimento à excelência de seu trabalho. Reconhecimento tanto mais importante porque baseado na avaliação de seus pares, conhecedores dos desafios enfrentados no cotidiano empresarial e dos méritos em superá-los.

Essas empresas e empresários merecem respeito e admiração porque investem no Brasil, inovam no Brasil, criam empregos no Brasil e formam gerentes, trabalhadores, funcionários, que serão e que são a base do nosso modelo de desenvolvimento.

O vigor da nossa economia foi construído pela competência, pelo talento e pelo empenho de nossos empresários e de nossos trabalhadores. E é isso que integra a força política com que chegarei e chegaremos nós, representantes do Brasil, à reunião do G-20, na França.

Trata-se hoje, e todos os presentes aqui sabem, de uma reunião crucial, principalmente pelo momento em que ocorre: em meio ao esforço dos líderes da União Europeia e da Zona do Euro, para superar uma crise de grave profundidade e ainda de solução imprevisível.

Aliás, nós sabemos como é importante que as soluções não tardem, não demorem. Nós sabemos que é muito importante que tenhamos clareza dos problemas e possamos resolvê-los de imediato. A isso se chama eficiência em encarar desafios.

A demora da União Europeia em oferecer solução para as questões da sua dívida soberana e da fragilidade dos seus bancos, e de erguer muros de proteção a seus Estados que são solventes - apesar de hoje ilíquidos -, tornam os problemas mais graves.

Aliás, junte-se a isso os problemas do baixo crescimento em todos os países avançados, que está nos levando a uma situação de crise de confiança muito semelhante à de 2008, no que se refere aos países desenvolvidos. Recentemente, o mercado interbancário europeu paralisou-se e já se torna mais difícil e mais caro o financiamento das próprias transações comerciais.

Os países emergentes, que vêm sustentando o crescimento da economia mundial, não podem deixar de sentir os efeitos, mesmo que indiretos, dessa situação. Por exemplo, o encolhimento dos mercados avançados está contraindo o comércio externo, que é a base da atividade econômica internacional. A combinação de altas taxas de desemprego, redução do consumo e paralisia em algumas decisões, mina a possibilidade de recuperação e, por isso, tem levado ao desemprego e aos surtos de reação popular e à desesperança no cotidiano de muitas famílias.

O Brasil está sendo menos atingido por essas turbulências, graças ao peso do nosso mercado interno, à diversificação geográfica do destino de nossas exportações, à solidez das nossas contas públicas e também ao nosso setor financeiro. Nós sabemos que, se a crise se

agravar, a economia brasileira sofrerá alguns dos efeitos da recessão global, mas temos todos os instrumentos para resistir e proteger nosso mercado e nossos empregos.

Nós estamos fazendo a nossa parte ao sustentar o crescimento, a despeito da ameaça de recessão global. Sabemos, a partir da nossa própria experiência, que na ausência de crescimento é impossível alcançar efetivamente a sustentabilidade fiscal. O avião não voa. Temos demonstrado que é possível crescer com as contas públicas equilibradas ao mesmo tempo em que se prioriza a geração de melhores empregos, a agregação de valor, a inovação tecnológica e uma maior igualdade de renda.

Hoje dispomos de US\$ 350 bilhões em reservas internacionais. Cumprimos com rigor nossas metas de superávit primário; a inflação começa a ceder e as projeções do mercado já indicam que a meta de 2011 será cumprida.

Estamos criando ambiente para a queda sustentada dos juros. Em setembro, foi registrado um recorde histórico no ingresso de investimentos produtivos no Brasil. Nos primeiros nove meses do ano, o montante já investido no país ultrapassa US\$ 50 bilhões, sinal, pelo menos, de confiança dos nossos investidores externos no país e nos nossos indicadores econômicos.

O grande interesse de empresas internacionais em se instalar no Brasil ou ampliar suas atividades aqui se deve, claro, à expectativa de bom retorno do investimento e, sobretudo, à consciência – generalizada em todos os países do mundo – do mercado interno poderoso que continua crescendo, apesar da cautela necessária, imposta pelas ameaças da crise mundial.

Segundo projeções do Fundo Monetário, ainda este ano o PIB brasileiro vai ultrapassar o do Reino Unido e nós seremos a sexta maior economia do mundo. Mas isso não é relevante e pode oscilar. O fato é que o crescimento brasileiro é algo que não há nenhum país do mundo que coloque sobre ele alguma suspeita. Sabem que é um crescimento sustentável e contínuo, baseado na inclusão de grandes segmentos da população na classe média, fortalecendo o consumo doméstico e criando um poderoso mercado em nosso país. Sabemos que de 2003, no início do governo do presidente Lula, até hoje, em torno de uma Argentina integrou o mercado consumidor brasileiro.

Por isso, minhas amigas e meus amigos, a posição que o Brasil levará a Cannes é que o G-20 deve agir propondo tanto medidas financeiras urgentes e emergenciais como também um plano de sustentação do crescimento e do emprego. Cabe ao G-20 ajudar a restabelecer a confiança no retorno do crescimento, em especial das economias desenvolvidas, porque nós somos capazes de fazer a nossa parte por nós mesmos.

Como já disse, e vou insistir, inegavelmente a solução imediata, apesar de ser responsabilidade dos países avançados e, neste momento, particularmente, dos europeus, não pode fechar os olhos para o fato de que se todos fizerem ajustes recessivos, a situação de recessão será uma profecia autorrealizável. Estímulo ao crescimento, ao emprego e à melhoria de vida das populações de todos os países do mundo é também um dos bons instrumentos para que possamos, de fato, superar e controlar a crise.

Estou convencida de que esse foco no crescimento, com redução de desigualdades, com políticas fiscal e monetárias responsáveis são parte essencial da solução para a atual crise global.

Nós vamos deixar claro na reunião do G-20 que não acreditamos que a crise será efetivamente superada com guerra cambial e com a velha receita, pura e simples, da recessão e do desemprego. Investir no crescimento e no emprego não é uma escolha ideológica, é uma opção pela eficiência e pela certeza de que nós, assim, teremos respaldo

para que o mundo saia desta crise que hoje já é de proporções parecidas, senão piores, com a de 1929.

Encerro fazendo mais uma homenagem: uma homenagem à Carta Capital, uma homenagem aos empreendedores e aos líderes empresariais aqui presentes.

Encerro também fazendo uma homenagem a uma liderança política. Presto um sincero tributo ao estadista brasileiro e mundial que percebeu, lá em 2008, que a maneira mais eficiente de enfrentar a crise internacional que explodia, naquela época, em Wall Street, e começava a contaminar o planeta, era com investimento, desonerações tributárias, apoio dos bancos públicos, estímulo ao consumo e ao crescimento econômico. Foi graças a essa visão estratégica de estadista, de Luiz Inácio Lula da Silva, que o Brasil foi o primeiro país a sair daquela fase da crise e reúne hoje condições de enfrentar novas ameaças com segurança e estabilidade.

O presidente Lula nos legou uma receita de desenvolvimento que continuaremos perseguindo: fazer dos nossos 190 milhões de brasileiros e brasileiras cidadãos efetivos, com direito ao consumo, ao trabalho, à qualificação profissional, à pesquisa, à ciência, à tecnologia, à inovação e à renda. Essa é a nossa verdadeira riqueza.

Parabéns mais uma vez aos empreendedores e aos empresários premiados. Nós sabemos que esse país cresceu e evoluiu baseado na capacidade sistemática de superar desafios. Por isso, eu tenho certeza de que nós saberemos perfeitamente, juntos, superar mais esse.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-premio-201cas-empresas-mais-admiradas-do-brasil201d-oferecido-pela-revista-carta-capital-sao-paulo-sp-23min) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-premio-201cas-empresas-mais-admiradas-do-brasil201d-oferecido-pela-revista-carta-capital-sao-paulo-sp-23min>) (23min01s) da Presidenta Dilma

Salvar